



NAS MARGENS E NAS BORDAS

**DISSENSO E AUTONOMIA
EM TORNO DO RIBEIRÃO ONÇA**

JOSÉ CAMILO CARLOS JÚNIOR

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Escola de Arquitetura

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

José Camilo Carlos Júnior

**NAS MARGENS E NAS BORDAS:
dissenso e autonomia em torno do Ribeirão Onça**

Belo Horizonte

2022

José Camilo Carlos Júnior

**NAS MARGENS E NAS BORDAS:
dissenso e autonomia em torno do Ribeirão Onça**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Silke Kapp

Belo Horizonte
2022

C278m

Carlos Júnior, José Camilo.

Nas margens e nas bordas [manuscrito] : dissenso e autonomia em torno do Riberão Onça / José Camilo Carlos Júnior. - 2022.

149 p. : il.

Orientadora: Silke Kapp.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Espaço urbano - Teses. 2. Planejamento urbano - Aspectos ambientais - Teses. 3. Belo Horizonte (MG) - Teses. I. Kapp, Silke. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. IV. Título.

CDD 711.4



FOLHA DE APROVAÇÃO

Nas margens e nas bordas: dissenso e autonomia em torno do Ribeirão Onça

JOSÉ CAMILO CARLOS JÚNIOR


Dissertação submetida à Comissão Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG como requisito para obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo, área de concentração: Teoria, produção e experiência do espaço.

Aprovada em 22 de dezembro de 2022, pela Comissão constituída pelos membros:


Prof. Dra. Silke Kapp – Orientadora
EA-UFMG


Prof. Dr. Roberto Eustaáquio dos Santos
EA-UFMG


Prof. Dra. Margarete Maria de Araújo Silva
EA-UFMG


Prof. Dra. Heloisa Soares de Moura Costa
IGC-UFMG

Belo Horizonte, 22 de dezembro de 2022.

Agradecimentos

Aos moradores do Ribeiro de Abreu e integrantes do COMUPRA e do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa por compartilharem com tanto afeto e gentileza suas histórias, seus imaginários sobre um cotidiano permeado pelo Ribeirão Onça e as tantas conversas inspiradoras que extrapolam essa dissertação.

À Silke, por me instigar e motivar a todo o tempo e por sua leitura atenta e precisa na orientação do trabalho. O aprendizado foi imenso ao seu lado.

À Heloisa, Low, Leta e Ró, pelos comentários e pelas provocações que contribuíram para o andamento do trabalho.

Ao Victor por acompanhar cada passo desse processo com seu suporte e carinho, que foram essenciais nesse tempo. As nossas idas e vindas ao Baixo Onça, as conversas que iam de discussões teórico metodológicas às espontaneidades da vida, que fizeram desse processo mais leve.

À minha mãe, meu pai e minha irmã, sem vocês nada disso seria possível.

Às amigas que fiz compartilhando o cotidiano no Ribeiro de Abreu, Ana Laura, Luiza, Thais e Raquel.

Ao grupo MOM, pelo acolhimento, em especial a Thaís Moreno pela gentileza, pela amizade e parceria desde o começo do mestrado.

Aos meus amigos do CEFET e da FAU-PUCC, que mesmo distantes, são fundamentais companhias na minha vida.

Aos professores e funcionários do NPGAU e da Escola de Arquitetura.

O presente trabalho foi realizado com apoio do
Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico (CNPq).

Resumo

Esta pesquisa surge a partir das inquietações sobre como se dão as articulações e os conflitos cotidianos de grupos que coexistem em bordas urbanas ambientalmente frágeis. Investigo a produção de tipos espaciais, no bairro Ribeiro de Abreu, localizados nas margens e proximidades do leito natural do Ribeirão Onça, em Belo Horizonte. O objetivo central desta pesquisa é compreender como se dá a produção do espaço cotidiano periférico e como isso resulta em diferentes práticas, entraves e conflitos vividos por – e entre – grupos espacialmente próximos. A coexistência de grupos tidos como marginais, nas bordas urbanas, propicia formas singulares de solidariedade e de alteridade, assim como de interação com a natureza. Deste modo, articulo um trabalho de campo e uma pesquisa documental para sistematizar como se deu a gênese e consolidação dos tipos espaciais e como se dão as formas de organização e mobilização de seus moradores. Os grupos engajados ao redor do Ribeirão Onça têm tensionado as fronteiras e as dicotomias entre urbano e natureza, a partir de suas vivências cotidianas e das reivindicações em torno da transformação do espaço construído e da despoluição dos cursos d'água. Esses são aspectos que mostram potencialidades para pensar outras formas de morar, de viver e de interagir com humanos e não humanos.

Palavras-chave: espaço cotidiano; urbanização; natureza; dissenso.

Abstract

This research emerges from concerns about the daily articulations and conflicts of groups which coexist in environmentally fragile urban margins. I investigate the production of spatial types, in the Ribeiro de Abreu neighborhood, located in the margins and proximities of the natural riverbed of Ribeirão Onça, in Belo Horizonte. The central objective of this research is to understand how the production of peripheral everyday space occurs and how it results in different practices, obstacles, and conflicts experienced by and between groups that are spatially close to each other. The coexistence of groups considered marginal, on the urban outskirts, provides unique forms of solidarity and alterity, as well as interaction with nature. Thus, I have articulated field work and documentary research to systematize how the genesis and consolidation of these spatial types came about, and how the forms of organization and mobilization of their inhabitants take place. The groups engaged around Ribeirão Onça have challenged the boundaries and dichotomies between urban and nature, based on their everyday experiences and their claims regarding the transformation of the built space and the depletion of waterways. These are aspects that show potentialities for thinking about other ways of living and interacting with humans and non-humans.

Key-words: everyday space; urbanization; nature; dissensus.

Lista de ilustrações

1	Ribeirão Onça antes da ETE-ONÇA	49
2	Obras de macrodrenagem no Ribeirão Onça	50
3	Obras de macrodrenagem no Ribeirão Onça(a)	51
4	Ribeirão Onça em curso natural	52
5	Antiga sede do COMUPRA	64
6	Início da ocupação Novo Lajedo	65
7	Atual sede do COMUPRA	67
8	Loteamento Ribeiro de Abreu	72
9	Banhos no Onça	74
10	Praia	77
11	Horta comutária na Escola Bolivar Tinoco Mineiro	81
12	Caminhada pela paz	81
13	Aniversário da ponte	83
14	Rua Antônio Ribeiro de Abreu: antes e depois das remoções	84
15	Rua Antônio Ribeiro de Abreu	85
16	Início das remoções	85
17	Primeira ponte (2002)	88
18	Rua Frei Luiz de Ravena	89
19	Primeira ponte	89
20	Rua Dona Ambrosina	90
21	Paisagem de parte do Baixo Onça	91
22	Fim de tarde	91
23	Rua Olavo Ferreira	92
24	Esquina	92
25	Conjunto Casas Populares	94
26	Criança no Conjunto Casas Populares	96
27	Jornal da comunidade (junho de 1980)	99
28	Jornal da comunidade (junho de 1980)a	100
29	Casa 'original'	103
30	Rua Monte Gilgal	103
31	Rua Monte Moriá	104
32	Cascata da Santinha	104
33	Barragem	105

34	Espaço contemplativo	105
35	Conjunto Ribeiro de Abreu	107
36	Escola Secretário Humberto Almeida (1992)	110
37	Segunda ponte	113
38	Casas geminadas	114
39	Erosão	115
40	Prédios e jardim	116
41	Quadra de prédios	116
42	Areia Branca	118
43	Quintal de Maria José	132
44	Quintal de Vera	133
45	Quintal de Júlia	134
46	Quintal de Angélica e Itamar	135
47	Cultivos de Viviane e João	136
48	Mutirões de plantio	137
49	Espaço Vitrine	141

Lista de abreviaturas e siglas

AMABEL	Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte
AMCRA	Associação de Moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu
APC-BH	Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
APM	Arquivo Público Mineiro
BH	Belo Horizonte
BNH	Banco Nacional de Habitação
CARE/PBH	Coordenadoria de Atendimento Regional Nordeste da Prefeitura de Belo Horizonte
CBH-VELHAS	Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas
CBTU	Companhia Brasileira de Trens Urbanos
CCNC	Comissão Construtora da Nova Capital
CEMCASA	Central Metropolitana dos Sem-Casa
COMUPRA	Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu
COPASA	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
CSA	Comunidade que Sustenta a Agricultura
DEIXEM	Deixem o Onça Beber Água Limpa
DRENURBS	Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
ETE-ONÇA	Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Onça
FAMOBH	Federação de Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte
FAVIFACO	Federação das Associações Comunitárias das Vilas, Favelas e Conjuntos Populares de Belo Horizonte e Região Metropolitana
FJP	Fundação João Pinheiro
GELUNE-SLU/PBH	Gerência de Limpeza Urbana Regional Nordeste - Superintendência de Limpeza Urbana da Prefeitura de Belo Horizonte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MG	Minas Gerais
MOM	Grupo Morar de Outras Maneiras
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PANCS	Plantas Alimentícias Não Convencionais
PBH	Prefeitura de Belo Horizonte

PDDBH	Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte
PDDI-RMBH	Plano de Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte
PLANURBS	Plano de Urbanização e Saneamento Básico de Belo Horizonte
PROBAIRRO	Programa Municipal de Regularização e Urbanização dos Loteamentos Existentes de Fato (Clandestinos)
PRODECOM	Programa de Desenvolvimento de Comunidades
PROSAM	Programa de Saneamento Ambiental das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça
RMBH	Região Metropolitana de Belo Horizonte
SEPLAN-MG	Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais
SMAPU	Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano
SMOBI	Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura
SUDECAP	Superintendência de Desenvolvimento da Capital
SUSAN	Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional
UCRA	União Comunitária Ribeiro de Abreu
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
URBEL	Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte
UTP	União dos Trabalhadores de Periferia

Lista de entrevistas

Maria Luisa Lélis, liderança do COMUPRA, moradora do Conjunto Ribeiro de Abreu (prédios). *Julho de 2021.*

Sônia, participante do DEIXEM, moradora do Conjunto Ribeiro de Abreu (prédios). *Julho de 2021.*

Cléria, liderança do COMUPRA, moradora do bairro Guarani. *Novembro de 2021.*

Roneide, liderança do COMUPRA, moradora do Conjunto Ribeiro de Abreu (casas). *Dezembro de 2021.*

Tomás e Rosângela, Conjunto Casas Populares, sem envolvimento no COMUPRA. *Dezembro de 2021.*

Dona Júlia, moradora Loteamento Ribeiro de Abreu. *Janeiro de 2022.*¹

João Victor, morador do Loteamento Ribeiro de Abreu, sem envolvimento no COMUPRA. *Fevereiro de 2022.*

Dona Vera, moradora Loteamento Ribeiro de Abreu. *Março de 2022.*

Viviane e João Mingau, moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu (prédios), participaram de uma reunião do DEIXEM. *Julho de 2022.*

Simone, liderança do COMUPRA, moradora Loteamento Ribeiro de Abreu. *Agosto de 2022.*

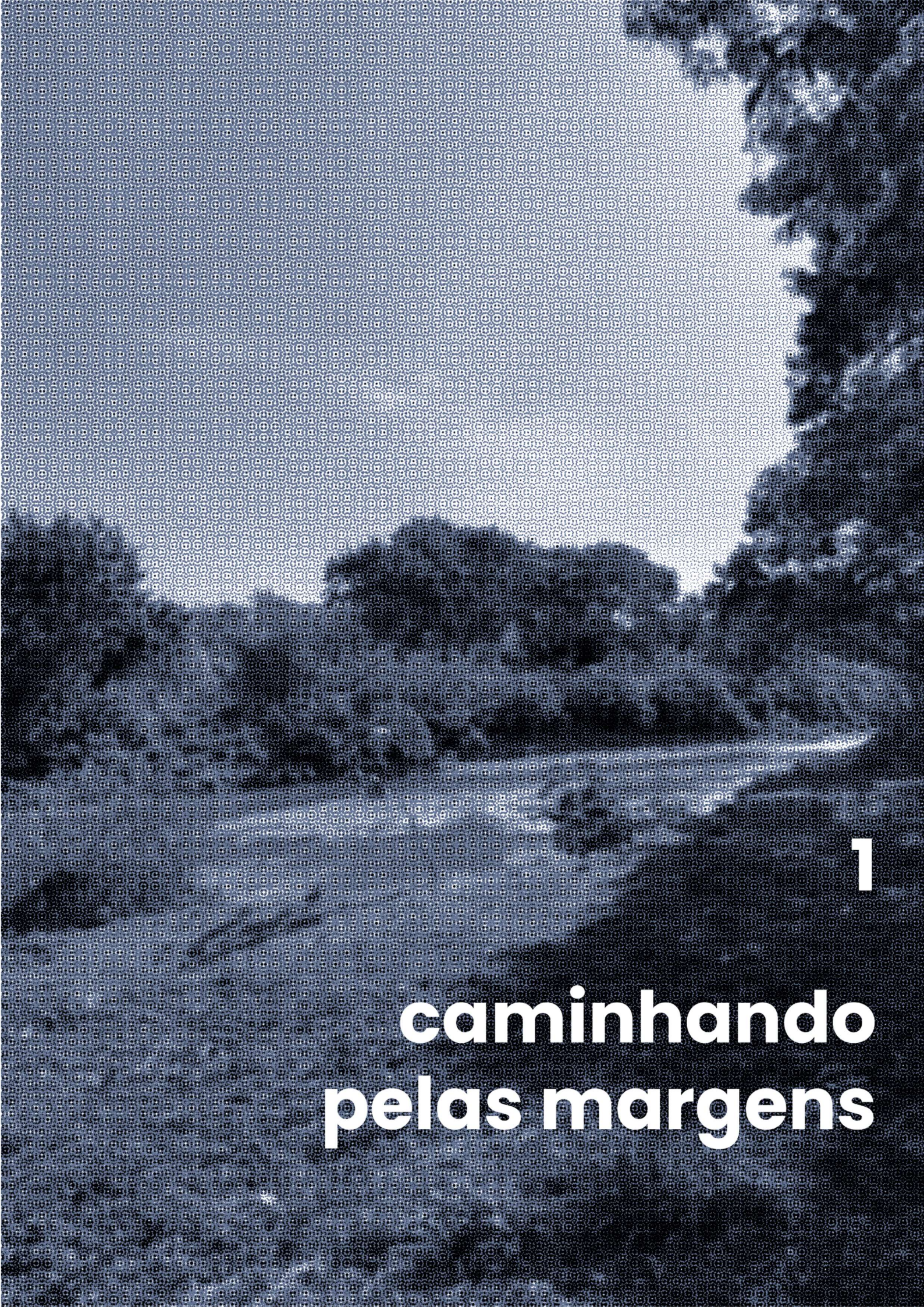
Diego, morador do Loteamento Ribeiro de Abreu, sem envolvimento no COMUPRA. *Setembro de 2022.*

Angélica, Dona Helena, Itamar e Maria José são moradores do Loteamento Ribeiro de Abreu e os relatos ao longo do texto foram tidos em conversas espontâneas.

¹ As entrevistas realizadas com Dona Júlia e Dona Vera foram acompanhadas pelo pesquisador Victor Gabriel de Souza Lima Alencar. Naquele momento, estava com sua pesquisa de mestrado em andamento sobre os quintais agroecológicos do bairro Ribeiro de Abreu e outras experiências de agricultura urbana e agroecologia no Baixo Onça. Sua pesquisa, com título "Semeando e cultivando a agroecologia na metrópole de Belo Horizonte: agriculturas do Baixo Onça" foi publicada no segundo semestre de 2022.

Sumário

1 Caminhando pelas margens	13
Do desenho da pesquisa	14
Da lógica dos tipos de espaços cotidianos	18
Do processo de pesquisa	23
2 Espaços da vida cotidiana na periferia	29
Da espoliação urbana à espoliação da natureza	29
Antagonismos nas camadas populares	34
Produção da moradia	36
Virtualidades da periferia	38
3 Trajetórias sócio-espaciais	43
Nota sobre as políticas das águas	43
Baixo Onça: uma história compartilhada	54
Loteamento Ribeiro de Abreu	71
Conjunto Casas Populares	94
Conjunto Ribeiro de Abreu	107
Sobre o Areia Branca	118
4 Dissensos ao redor do Ribeirão Onça	120
Afetos e desafetos na vizinhança	120
Sob as cheias do Onça	125
No tempo das plantas	129
Que parque queremos?	139
5 Viver com o rio vivendo	143
Referências	148



1

caminhando pelas margens

1 Caminhando pelas margens

Do desenho da pesquisa

As cidades reúnem modos de habitar distintos, ao mesmo tempo que os achata, simplifica e homogeneiza. É notório que, nas margens da cidade, as camadas populares enfrentaram e ainda enfrentam dificuldades cotidianas, tanto pela precariedade das moradias e da infraestrutura urbana, quanto pela degradação da natureza, que ali, nas bordas, se manifesta de maneira muito mais direta do que nas áreas centrais. Entretanto, as trajetórias de existência e resistência na periferia não são homogêneas, e sim muito mais diversificadas e complexas do que se costuma imaginar ao vê-las a partir de fora e de longe. A coexistência nas bordas urbanas propicia multifacetadas formas de solidariedade e de alteridade, que ultrapassam em muito a oposição entre ricos e pobres. Relações de vizinhança, articulações, alianças, parcerias e conflitos nessas áreas periféricas são pautados por características e eventos que escapam aos dados estatísticos convencionalmente disponíveis. As trajetórias sócio-espaciais desses grupos podem apontar modos de habitar e produzir a cidade que se distanciam da matriz hegemônica.

Perspectivas com foco econômico, comuns na formulação de planos, projetos e programas urbanos, acabam por achatar muitos desses aspectos que caracterizam lugares e seus moradores. Dado que populações periféricas quase sempre se assemelham quanto aos níveis de renda (baixos), elas tendem a ser tratadas, pelas políticas públicas, como se fossem homogêneas. Aprendizados e desacertos coletivos, acumulados pelos grupos ao longo do tempo, não costumam ser considerados relevantes. Essa tendência culmina, então, em propostas também homogêneas ou padronizadas de ampliação do acesso a bens de consumo individuais e coletivos, pautadas no conhecimento técnico de arquitetos, urbanistas e planejadores, em detrimento do saber local próprio dos moradores. Assim, áreas diversas recebem o mesmo padrão de intervenção urbana, reduzindo sua diversidade em vez de valorizar suas especificidades, diminuindo sua autonomia em vez de a fortalecer.

Se essa tendência de achatamento vale em relação aos modos de vida da população na periferia, vale igualmente para os respectivos sítios e a interação entre mundos humanos e não humanos que neles se configura ao longo do tempo. Onde quer que ainda haja formas não convencionais de lidar com a natureza, também elas tendem a ser apagadas. As águas em meio urbano, que têm constituído um tema cada vez mais relevante nos meios acadêmicos e extra-acadêmicos, podem ser tomadas como o fio de Ariadne — para usar uma metáfora de Swyngedouw — dessas discussões. Sua condição

física, seu manejo e seu imaginário são expressões diretas do caráter híbrido das cidades, entre sociedade e natureza, humano e não humano.

Parece-me que um primeiro passo para superar essa tendência ao achatamento mediante intervenções e manejos tecnicamente padronizados seria refinar a compreensão das áreas periféricas, evidenciando sua diversidade de atores, ações e relações. Isso implica um procedimento centrado não no levantamento, na descrição e no ‘diagnóstico’ de espaços urbanos, como se fossem produtos acabados, e sim no discernimento dos processos sociais e naturais que os determinam. Implica também reconhecer o poder e a capacidade da população para refletir e decidir sobre seus espaços e suas práticas, em vez de partir do pressuposto de que o controle deve ser delegado a técnicos e planejadores.

Henri Lefebvre formulou essa premissa há décadas: uma vez que o modo de produção capitalista, mais do que mercadorias *no espaço*, produz o próprio espaço, é preciso “passar dos produtos [...] à produção”, para pensar uma transformação radical no seio da sociedade capitalista.¹ Porém, as considerações de Lefebvre a esse respeito se mantiveram num registro sempre relativamente abstrato, genérico ou muito amplo em termos espaciais.

A perspectiva que procuro explorar aqui é mais concreta, centrada num espaço específico: o entorno do Ribeirão Onça no bairro Ribeiro de Abreu (como é oficialmente denominado), na Regional Nordeste de Belo Horizonte. Além de algumas ocupações informais e construções irregulares, o bairro Ribeiro de Abreu é formado por três porções principais: o Loteamento Ribeiro de Abreu,² aprovado em meados da década de 1950; o Conjunto Casas Populares, concluído em 1968; e o Conjunto Ribeiro de Abreu, concluído em 1984, que se subdivide numa área de prédios e outra de casas. O principal elemento de ligação — e de conflito — entre essas três porções é o Ribeirão Onça, que delimita o bairro a oeste e o atravessa na sua parte norte, e que configura a chamada sub-bacia do Baixo Onça, composta de outros sessenta e um bairros, além do Ribeiro de Abreu. O Ribeirão Onça corre parte em canal aberto, parte em leito natural, e suas margens conformam um território potente para refletir sobre outras formas de interação com as águas em meio urbano.

A ocupação do Baixo Onça se deu a partir de meados da década de 1950, com áreas de cultivo e agricultura, loteamentos populares, conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas. A região se consolidou com diversas precariedades e foi acompanhada de uma intensa atuação de alianças entre moradores e outras formas de mobilização, que conquistaram uma série de melhorias como infraestrutura urbana, serviços públicos, escolas e postos de saúde. Com a urbanização e o

¹ LEFEBVRE, A produção do espaço, [1974] 2006, p. 49.

² Denominarei o Loteamento Ribeiro de Abreu, simplesmente, Loteamento (com inicial maiúscula).

desenvolvimento industrial da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), aumentou muito a poluição das águas e a degradação ambiental da região. Desde os anos 2000, essa condição tem mobilizado lutas socioambientais no Baixo Onça.

Especificamente no bairro Ribeiro de Abreu, tive contato com três grupos de moradores engajados nessas lutas: um é de moradores do Conjunto Casas Populares; outro é de moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu; e o terceiro, com atuação mais abrangente, é o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA), que integra moradores do Loteamento e do Conjunto Ribeiro de Abreu. A constituição desses grupos, assim como suas articulações com instituições diversas, colaboradores eventuais e moradores não afiliados, estão num contínuo processo de transformação e disputa por outras formas de produção da cidade.

As práticas desses atores do entorno do Ribeirão Onça revelam contradições relevantes na forma como se deu a urbanização da região. A história sócio-espacial desse bairro é perpassada por alianças dos moradores entre si e com o ribeirão, mas também por dissensos quanto ao acesso à terra, à forma de produção das moradias e do espaço urbano, e ao convívio com o curso d'água. As interações com o sítio natural e as decisões sobre onde e como morar são atravessadas, entre outras coisas, pelo fortalecimento de laços com vizinhos ou pelo seu oposto: o distanciamento que às vezes desemboca em conflitos.

O método regressivo-progressivo elaborado por Lefebvre em *Do rural ao urbano* parece produtivo para compreender como se dão as continuidades e discontinuidades nas formas de auto-organização e relação com os cursos d'água nas margens do Ribeirão Onça. No espaço coexistem temporalidades desencontradas que precisam estar articuladas, apreendendo passado e presente de forma dialética. Então, como Lefebvre sintetiza o conhecimento passa por um “movimento de duplo sentido: regressivo (do virtual ao atual, do atual ao passado) e progressivo (do superado e do finito ao movimento que declara esse fim, que anuncia e faz nascer algo novo)”.³ Dessa forma, os fenômenos são apreendidos não como uma sucessão linear de acontecimentos, mas como processos que articulam diferentes temporalidades.

Diante disso, a pergunta central da pesquisa aqui apresentada é pelas implicações que diferentes processos de urbanização periférica têm para a auto-organização dos moradores e seu engajamento na preservação e recuperação das águas urbanas ou, de modo mais amplo, da ‘natureza urbana’, isto é, da natureza na cidade. Procuo, a partir de um levantamento de histórias pessoais, coletivas e espaciais, compreender os imbricamentos entre urbanização, destruição da natureza e articulações coletivas, comparando grupos que estão espacialmente próximos, mas cujas trajetórias diferem.

³ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, 2002, p. 33.

Pelo estudo de porções espaciais diferentes que, no entanto, são vizinhas e compartilham a condição periférica, tento elucidar como surgem as articulações coletivas para a produção do espaço e como se dão os conflitos cotidianos vividos dentro dos grupos e entre eles. O objetivo central dessa investigação é delinear que circunstâncias favorecem engajamentos e práticas potentes, e que ambiguidades e contradições as perpassam.

Para isso, importa entender como os espaços de vizinhança e suas águas são percebidos e vivenciados pelos seus habitantes, ou seja, que noções e convicções povoam o imaginário a esse respeito. Qual foi a trajetória sócio-espacial de cada porção desse bairro? Como são as interações das pessoas com os espaços em que vivem? O que elas pensam a respeito? E, considerando que a política — num sentido amplo do termo — consiste no equacionamento dialógico de visões e interesses conflitantes, importa também compreender como diferentes grupos veem a si mesmo e aos demais, quais são seus principais dissensos e quais seriam, possivelmente, suas perspectivas de ação conjunta.⁴

A abordagem apresentada nesta dissertação é amparada pelas discussões e publicações do Grupo MOM (Morar de Outras Maneiras), especialmente pela “tipologia de espaços cotidianos”, elaborada pelo grupo no âmbito do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI-RMBH). Ela tem por premissa olhar para o espaço não como um produto estático e acabado, mas como um processo de produção, social e material, cotidianamente transformado. Busco investigar como se dão as “contradições nos processos de produção e uso do espaço, e apontar possibilidades de transformação desses processos”,⁵ a partir de questões que permeiam a vida cotidiana nas bordas da cidade.

Nas demais sessões deste capítulo introdutório, explico a inserção da pesquisa na referida tipologia de espaços cotidianos e em que medida ela pode contribuir para o seu aprofundamento. Por fim, descrevo o processo da pesquisa, seus métodos e o percurso do trabalho de campo entre setembro de 2021 e setembro de 2022.

No capítulo 2, “Espaços da vida cotidiana na Periferia”, apresento alguns conceitos centrais para compreender os conflitos dentro desses territórios. Trata-se de articular os processos mais gerais de urbanização com a questão ambiental e com a lógica da (auto)produção da moradia.

O capítulo 3, “Trajetórias sócio-espaciais” consiste na descrição do espaço estudado e de seus processos históricos de produção. Começo pelas políticas de tratamento de água em Belo Horizonte, na medida em que afetaram o Ribeirão Onça. Depois contextualizo o histórico de ocupação do

⁴ Cf. RANCIÈRE, O dissenso, 1996.

⁵ KAPP, Por que teoria crítica da arquitetura? 2005, p. 123.

Baixo Onça e da Fazenda Capitão Eduardo, para reconstituir a trajetória dos tipos espaciais no bairro Ribeiro de Abreu. Busquei construir uma história sócio-espacializada combinando as narrativas pessoais dos moradores com dados provenientes de pesquisa documental, que inclui mapas históricos e imagens aéreas. Como forma de integrar os relatos dos moradores ao texto, sinalizo as citações diretas de suas falas em itálico, sem aspas.

O capítulo 4, “Dissensos ao redor do Ribeirão Onça”, visa uma análise do conjunto de percepções de moradores e lideranças sobre seus espaços, buscando sistematizar, comparar, confrontar e interpretar os temas e dilemas mais relevantes.

O último capítulo, “Viver com o rio vivendo”, é uma breve conclusão, apontando as perspectivas que se abrem a partir das constatações anteriores.

Da lógica dos tipos de espaços cotidianos

Meu ponto de partida para compreender as práticas ligadas ao espaço, às formas de organização e às redes de solidariedade mobilizadas por moradores nas bordas urbanas é, como já mencionado, o estudo dos tipos de espaços cotidianos sistematizado pelo Grupo MOM para o PDDI-RMBH. O estudo foi resultado do trabalho de pesquisa sobre moradias e vizinhanças feito nos trinta e quatro municípios que compõem a RMBH. Ele faz parte das leituras técnicas do PDDI-RMBH para auxiliar futuros programas e políticas públicas, bem como estimular a autonomia da população na escala microlocal por meio da identificação de situações comuns a áreas do mesmo tipo.⁶ Aqui, a tipologia de espaços cotidianos da RMBH serviu como base para a compreensão do bairro Ribeiro de Abreu.

Mas o que são espaços cotidianos? Henri Lefebvre concebe a *vida cotidiana* ou, simplesmente, o *cotidiano* na modernidade em contraste com a vida pré-moderna (ou não moderna). Nas palavras de Michael Gardiner, essa última seria “integrada numa totalidade relativamente indiferenciada de práticas humanas”, em que “não havia lugar ou tempo separado para o ‘trabalho’ como diferente da sociabilidade cotidiana, das celebrações populares e dos rituais coletivos”.⁷ A modernidade, pelo contrário, aparta a vida do trabalho ‘produtivo’, gerador de valor para o capital. Assim, o cotidiano é justamente o que resta depois dessa subtração, e esse ‘resto’ é afetado por ela. Se a vida pré-moderna seria como um tecido aglutinador das diversas atividades — fluido, pouco especializado, não programado —, o cotidiano moderno é reificado, reduzido, manipulado via consumo de massa. O

⁶ UFMG et al, *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2010.

⁷ GARDINER, *Critiques of Everyday Life*, 2002, p. 76. Original: “integrated into a relatively undifferentiated totality of human practices” e “there was no separate place or time for ‘work’ as distinct from everyday sociality, popular celebrations and collective rituals”.

cotidiano se tornou “um mundo de alienação”;⁸ “o alcance dos mecanismos de controle social se ampliou, invadindo cada vez mais áreas da vida”.⁹ Costumes, tradições e imaginários passam a ser objetos de controle e expansão das fronteiras do capitalismo.

Ao mesmo tempo, Lefebvre vê na esfera do cotidiano — mais do que no chão de fábrica — o potencial de transformação. Nesse sentido, envolve também o direito à cidade, que não está apenas no acesso a infraestrutura, transporte, saúde, educação e lazer (ou seja, no consumo de mercadorias na forma de bens ou serviços),¹⁰ mas incorpora sobretudo a atuação concreta das pessoas nas decisões e nas ações referentes ao seu espaço. O direito à cidade abrange atividades criadoras em favor de valores de uso, isto é, de necessidades ‘autênticas’, e não artificialmente criadas e exploradas. Portanto, as dimensões apontadas na teoria lefebvriana sobre o direito à cidade são importantes para pensar uma “coletividade territorial” e a autonomia dos seus sujeitos. Autonomia, coletiva e individual, é entendida, aqui, como uma prática consciente “do autogoverno de uma determinada coletividade” e como “capacidade de indivíduos particulares de realizarem escolhas em liberdade”.¹¹

A definição de espaço cotidiano proposta por Silke Kapp é um desdobramento do pensamento de Lefebvre sobre a vida cotidiana.

O espaço cotidiano seria o que resta quando se subtraem espaços ‘superiores, especializados, estruturados’, como monumentos e redes e equipamentos urbanos de amplo alcance. Define-o o fato de não demandar organização para funções especializadas, tampouco organização por especialistas.¹²

Como Kapp argumenta o, “espaço cotidiano seria, assim, a menor escala de um exercício concreto do direito à cidade entendido como direito coletivo de transformá-la”.¹³ Imposições externas, que determinam as regras e a vida da população ‘de cima para baixo’, contradizem o direito à cidade, pois esse direito “implica que grupos locais e microlocais determinem seus processos e desenvolvam-nos ao longo do tempo”.¹⁴ Mesmo nas condições atuais, “certos *graus de autonomia* podem ser alcançados, ainda que permaneçam limitados e insuficientes e tendam a ocorrer em margens, nichos, periferias”.¹⁵

⁸ NETTO; CARVALHO, *Cotidiano, conhecimento e crítica*, 2017, p. 20.

⁹ GARDINER, *Critiques of Everyday Life*, 2002, p. 10. Original: “the scope of the mechanisms of social control have broadened, encroaching on more and more areas of life”.

¹⁰ LEFEBVRE, *O direito à cidade*, [1968] 2011.

¹¹ SOUZA, *Mudar a cidade*, [2001] 2010, p. 174.

¹² KAPP, *Direito ao espaço cotidiano*, [2012] 2021, p. 395.

¹³ *Ibidem*, p. 396.

¹⁴ *Ibidem*.

¹⁵ KAPP, *Casa alheia, vida alheia*, [2011] 2021, p. 377

Entendo que, nos espaços cotidianos, existem negociações entre moradores e lideranças que apontam para brechas nas imposições da modernidade. É na escala microlocal, vinculada à vizinhança — às vezes com da extensão de um bairro —, que existem “espaços passíveis de serem experienciados intensa e diretamente no cotidiano” e, conseqüentemente, com mais possibilidades de transformação pelos moradores.¹⁶ Essa possibilidade, por mais que seja tênue, vai ao encontro da proposta lefebvriana acerca do direito à cidade.

No contexto do PDDI-RMBH, o objetivo da tipologia de espaços cotidianos era sistematizar “situações típicas, problemas e entraves encontrados na produção do espaço cotidiano”.¹⁷ Identificou-se uma “defasagem entre informações municipais e microlocais”, ou seja, uma insuficiência de dados acerca da realidade cotidiana vivida pelos moradores na escala da vizinhança e do bairro.¹⁸ Dessa forma, o estudo incorporou dados quantitativos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como densidade populacional e renda dos chefes de família, e do relatório sobre déficit habitacional realizado pela Fundação João Pinheiro (FJP), articulando isso com outros critérios como, por exemplo, a forma de tomada de decisões na produção do espaço, a estrutura de propriedade da terra e a situação socioeconômica da população. Além dos dados estatísticos e geográficos gerais, foram levantados dados qualitativos, obtidos em oficinas participativas “que incluíram discussões específicas sobre as práticas relacionadas à habitação e aos ambientes urbanos coletivos e públicos”, em entrevistas com técnicos das prefeituras e em estudos de caso.

A tipologia é, portanto, uma ferramenta conceitual para sistematizar e reunir características de grupos sociais e respectivos espaços, procurando identificar nexos entre eles. Esse método, embora não possa evitar a descrição de aspectos dos ‘produtos’ resultantes da produção dos espaços de moradia — a casa propriamente dita e seu entorno imediato —, dá ênfase aos processos de produção que geraram os diferentes tipos espaciais. Importa, sobretudo, como foram tomadas as decisões e por quem. Isso permite investigar momentos em que moradores, grupos, associações e organizações internas ou externas conseguiram estabelecer, ou não, estratégias peculiares de produção do espaço.

Saber por quem e quando são tomadas as decisões acerca dos espaços é fundamental para compreender seus processos e dinâmicas de produção. Aspectos como a negociação entre vizinhos, ajuda mútua e conflitos durante esses processos são muitas vezes invisíveis e “não se refletem

¹⁶ SOUZA, *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*, 2013, p. 203.

¹⁷ UFMG et al, *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2010, p. 174.

¹⁸ *Ibidem*, p. 175.

necessariamente nas estruturas físicas da cidade”.¹⁹ Dessa forma, a organização da tipologia propicia um olhar para a realidade concreta a partir de processos microlocais que mobilizam redes locais.

No PDDI-RMBH, os tipos de espaços cotidianos foram organizados em quatro grandes grupos — conjuntos, parcelamentos, aglomerados e moradias rurais — e estruturados a partir dos critérios resumidos no quadro a seguir.

Conjuntos	Parcelamentos	Aglomerados	Moradias rurais
... são situações em que as decisões mais relevantes sobre a moradia e seu ambiente imediato são tomadas ...			
... por uma instância única (planejador, empreendedor) num momento determinado	... em parte por uma instância única num momento determinado e em parte por muitos indivíduos ao longo do tempo	... por muitos indivíduos ao longo do tempo	... por uma instância única ao longo do tempo
Seu principal aspecto de diferenciação é...			
... a faixa de renda dos moradores	... o tamanho das parcelas (lotes)	... o grau de consolidação	... a relação entre trabalho e moradia
Essa diferenciação dá origem aos tipos:			
(1) Conjunto de interesse social	(4) Parcelamento de lotes pequenos (< 360m ²)	(7) Aglomerado frágil	(10) Unidade agrária familiar
(2) Conjunto popular	(5) Parcelamento de lotes médios (360m ² a 1.000m ²)	(8) Aglomerado consolidado	(11) Unidade agrária empregadora
(3) Conjunto de classe média ou alta	(6) Parcelamento de lotes grandes (> 1.000m ²)	(9) Aglomerado histórico	(12) Unidade rural não produtiva

Quadro 1

Sistematização dos tipos de espaços cotidianos na RMBH. Fonte: KAPP, 2012.

O PDDI-RMBH, então, propiciou um mosaico de tipos espaciais e questões comuns a eles na região metropolitana. O modelo centro-periferia, pelo qual o espaço urbano de Belo Horizonte (e da maioria das cidades brasileiras) se consolidou, faz com que os tipos de espaços cotidianos ocupados ou produzidos pelas camadas populares coexistam sobretudo nas bordas urbanas. A tipologia possibilita estruturar uma compreensão das formas de organização sócio-espacial das pessoas nessas bordas.

Como no PDDI-RMBH, a pesquisa aqui apresentada utiliza a tipologia “para descrever e caracterizar diferentes tipos de espaços cotidianos”.²⁰ No entanto, minha proposta é olhar, especificamente, para a produção social do que denomino *espaços cotidianos periféricos*. Essa denominação, no plural, busca contemplar a heterogeneidade dos espaços, dos grupos e de suas trajetórias, que constituem predominantemente as camadas populares. Enfoco a produção desses espaços nas margens da

¹⁹ KAPP; Uma tipologia de espaços cotidianos, [2012] 2021, p. 414.

²⁰ Ibidem, p. 414.

cidade, nas práticas cotidianas de seus moradores e em formas de (co)existência impensáveis ou pouco consideradas no paradigma dominante de urbanização. Essa perspectiva é bem mais próxima das dinâmicas microlocais e evidencia solidariedades e distanciamentos dependentes de outros fatores, não se detendo apenas a estrutura de tomada de decisões na primeira produção dos respectivos espaços urbanos. Espero mostrar nos capítulos seguintes que a relação com o sítio natural — que depende em grande parte do grau de urbanização de um entorno no momento de sua ocupação — é um aspecto tão importante como a autonomia ou heteronomia na estrutura de planejamento e projeto em si.

Considerando o bairro Ribeiro de Abreu, interessam aqui dois dos doze tipos que a tipologia abrange: os conjuntos de interesse social e os parcelamentos de lotes médios. Quanto aos conjuntos, “trata-se de um espaço que não resulta de um processo histórico ou orgânico de produção, mas de deliberações feitas principalmente no momento do planejamento”,²¹ com “o pressuposto de que, uma vez construído, o empreendimento estará ‘pronto’ e não precisará ser modificado”.²² O tipo de conjuntos caracterizado como *de interesse social* abrange aqueles geralmente construídos nos limites da mancha urbana e com dificuldades de acesso ao transporte público e a oportunidades de trabalho. Em sua maioria, tais conjuntos apresentam repetição formal e ausência de espaços de lazer e recreação, e “geram ou agravam conflitos sociais, sobretudo quando reúnem moradores sem nenhuma (auto)organização prévia”.²³

Já nos parcelamentos, a estrutura urbana e a moradia propriamente dita são decididas em momentos distintos e por diferentes atores. A estrutura urbana é planejada (bem ou mal), gerando parcelas (lotes) de tamanho relativamente homogêneo, isto é, sem variações expressivas dentro de um mesmo parcelamento, ao passo que as edificações são decididas individualmente e podem variar bastante.²⁴ Esse é o grupo mais comum na RMBH, em áreas centrais, nas periferias e até em áreas ambientalmente frágeis ou de risco. Parcelamentos destinados ao público de menor renda se caracterizam, via de regra, por parcelas menores, localização mais periférica e infraestrutura mais precária, isto é, por características que reduzem o preço de cada lote.

Desses tipos espaciais surgiram grupos engajados que vêm construindo articulações potentes pela melhoria da vida da população e pela permanência e despoluição das águas e da natureza. O que pretendi foi rastrear tais brechas de autonomia individual e coletiva. A meu ver, é preciso articular

²¹ Ibidem, p.419.

²² Ibidem, p. 419.

²³ UFMG et al, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010, p. 184.

²⁴ Os aglomerados não são temas desta dissertação, mas, à título de esclarecimento, vale dizer que se trata de espaços em que as decisões sobre a estrutura urbana são tomadas paulatinamente e de modo quase concomitante com a construção das moradias.

os processos mais amplos de urbanização, que produzem distâncias sociais, às diferentes formas de habitar e aos ganhos de autonomia eventualmente encontrados nesses locais.

Do processo de pesquisa

Iniciei a pesquisa sobre o Baixo Onça durante a pandemia de COVID-19, em novembro de 2020, e só tive a possibilidade de me mudar para Belo Horizonte em agosto de 2021. Nesse período, examinei o material disponível on-line: jornais, Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APC-BH), Arquivo Público Mineiro (APM), *Youtube*, *Facebook* e outros websites esparsos.

A princípio, eu tinha a intenção de analisar relações sócio-espaciais numa parte da sub-bacia do Baixo Onça que, além do bairro Ribeiro de Abreu, abrangia também o assentamento Novo Lajedo, o Quilombo Mangueiras, o acampamento cigano Calon e as vilas Fazendinha e Ouro Minas. Contudo, ao longo do trabalho de campo, mesmo sabendo que esses territórios são elementos importantes da diversidade da produção sócio-espacial do Baixo Onça, reformulei o escopo da pesquisa. Entendi que, no prazo de realização do mestrado, seria impossível estabelecer relações de confiança suficientemente sólidas com moradores e lideranças desses diferentes espaços para de fato compreender suas histórias, dificuldades atuais, pautas, reivindicações e relações mútuas. Assim, concentrei minha interação direta numa entidade e nas pessoas que dela participam, seja como lideranças ou colaboradores: o já mencionado COMUPRA. Apenas complementei esse trabalho por meio de entrevistas com alguns moradores dos conjuntos Casas Populares e Ribeiro de Abreu não envolvidos no COMUPRA.

Consegui meu primeiro contato direto com uma liderança dessa entidade pela sua página de *Facebook*, em meados de maio de 2021: Maria Luiza Lélis, ou Malu, moradora do Conjunto Ribeiro de Abreu. Marcamos uma entrevista on-line, em que ela me contou um pouco de sua trajetória pessoal no Baixo Onça e da história do COMUPRA. Também falou do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (DEIXEM), que é um braço do COMUPRA mais focado na mobilização social. Malu me convidou para assistir o evento *Meta 2025: Nadar, Pescar e Brincar no Ribeirão Onça*. Era o décimo terceiro evento público do DEIXEM, que dessa vez aconteceria apenas on-line, nos dias 19 e 26 de junho e 3 e 10 de julho de 2021. O principal objetivo do seminário era a apresentação de ações e propostas da URBEL e da COPASA para a região; representantes desses órgãos expuseram seus planos, que foram complementados por relatos de moradores afetados pelas inundações do ano anterior (mas sem que houvesse, propriamente, um debate entre moradores e técnicos).

Depois do evento, fiz mais duas entrevistas on-line com participantes do DEIXEM: Sônia, moradora do Conjunto Ribeiro de Abreu e professora da Escola Municipal Secretário Humberto Almeida; e Saint Clair, professor da Escola Municipal Herbert José de Souza, frequentador, mas não morador, do Baixo Onça. Considero que essas entrevistas iniciais tiveram caráter exploratório, isto é, me ajudaram a formar uma ideia geral das atividades e forneceram pistas para os passos seguintes.

O trabalho de campo presencial se tornou viável com o avanço da vacinação em Belo Horizonte. Na segunda-feira, dia 20 de setembro de 2021 (eu mesmo já estava vacinado com duas doses), fiz a primeira visita ao Ribeiro de Abreu, acompanhado de Ana Laura Souza Vargas.²⁵ Juntos fomos até a atual sede do COMUPRA, na antiga sede da Fazenda Capitão Eduardo. Andei pela área da fazenda, onde há o ‘casarão’ principal, uma estufa, hortas e o curral com a criação de peixes cuidada por Itamar. Como todas as segundas-feiras, Roneide, Maria José, Dona Helena e Itamar estavam trabalhando na colheita de alimentos produzidos ali, e na montagem e entrega das cestas que comercializam, numa prática denominada Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA).²⁶ Durante a atividade da CSA, batemos papo, expliquei o motivo da minha presença e expus minha vontade de contribuir com o grupo. No final da visita, pude sentar e conversar um pouco mais detidamente com Itamar, que me contou sobre a luta socioambiental do COMUPRA e a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça, e me provocou a pensar sobre o meu propósito ali.

Depois da visita, fiquei motivado a me envolver mais intensamente nas atividades do COMUPRA e percebi que as complexidades daquele lugar e daqueles sujeitos eram muitas e que precisava ir além do distanciamento que usualmente caracteriza as relações entre pesquisadores e pesquisados. Só poderia compreender os motivos da luta socioambiental ali numa interação mais próxima e constante.

A etnógrafa francesa Jeanne Favret-Saada, a partir da sua experiência com pesquisas sobre feitiçaria, discute a diferença entre a observação participante comumente empregada nas pesquisas acadêmicas e um trabalho de campo em que a pesquisadora assume a condição de ‘ser afetada’. “Aceitar ser afetado supõe [...] que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer”.²⁷ De fato, enquanto eu caminhava junto ao povo do Onça, o desenho da pesquisa tomava outro rumo. Experimentei um dilema muito semelhante ao que Favret-Saada descreve:

²⁵ O contato com Ana Laura se deu por intermédio de Malu. Ana já colaborava nas atividades do COMUPRA e do DEIXEM desde o final de 2020. Desde o segundo semestre letivo de 2021, é mestranda na Escola de Arquitetura da UFMG.

²⁶ A CSA é uma prática “para um desenvolvimento agrário sustentável e o escoamento de cultivares orgânicos de uma forma direta ao consumidor, criando uma relação próxima entre quem cultiva e quem se alimenta”. Disponível em: <https://csabrasil.org/csa/sobre/>

²⁷ FAVRET-SAADA, Ser afetado, [1990] 2005, p. 160.

No começo, não parei de oscilar entre esses dois obstáculos: se eu ‘participasse’, o trabalho de campo se tornaria uma aventura pessoal, isto é, ao contrário de um trabalho; mas se tentasse ‘observar’, quer dizer, manter-me à distância, não acharia nada para ‘observar’.²⁸

As diversas atividades e articulações do COMUPRA foram difíceis de apreender de início — me senti perdido, estranho, novato. Sua relação com o rio me instigou: falavam do Onça como de um familiar doente.

Desde então, participei das atividades promovidas pelo COMUPRA, como reuniões internas e com parceiros, colheita de alimentos e mutirões. Essas atividades normalmente aconteciam no período da manhã e culminavam num almoço coletivo na sala do casarão, preparado por Dona Helena — tudo isso permeado por histórias sobre o COMUPRA, as pessoas, os sabores e lendas locais, e sobre o Onça. Eu não andava com o caderno de anotações nesses momentos, pois estávamos sempre construindo, limpando, adubando ou plantando canteiros de hortaliças e verduras.

Depois de dois meses participando semanalmente das atividades, percebi que essa interação cotidiana, embora fosse essencial para criar laços de confiança, nem sempre propiciaria o aprofundamento que eu procurava. Enquanto as conversas informais com Dona Helena, Maria José e Itamar rendiam muitas histórias, as com Roneide, Cléria e Simone acabavam sendo sempre interrompidas, tomando outros rumos justo nos momentos mais interessantes. Decidi então pedir a Roneide e Cléria entrevistas individuais um pouco mais formais, aprofundando os temas da história da ocupação e do povoamento da região, bem como as visões, percepções e vivências das entrevistadas. Elas me permitiram gravar e transcrever essas entrevistas, que foram realizadas em novembro e dezembro de 2021, na própria sede do COMUPRA, e em que eu apenas formulava algumas (poucas) perguntas que favorecessem a ‘contação de casos’. Quanto a Simone, ela estava menos presente no COMUPRA nesse período e acabei fazendo a entrevista com ela apenas no ano seguinte. Ela me recebeu na sua casa e, depois de algum tempo de conversa, seu marido Claudécir e sua filha Cecília se juntaram a nós, contando vivências próprias e mutuamente estimulando suas memórias.

Além das entrevistas com essas lideranças do COMUPRA, realizei entrevistas em profundidade com algumas pessoas da região que não são diretamente engajadas nessa entidade: um casal de moradores do Conjunto Casas Populares (Rosângela e Tomás); um casal de moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu (Viviane e João Mingau); e quatro entrevistas com membros de diferentes famílias moradoras do Loteamento (Dona Júlia, João Victor, Dona Vera e Diego).

²⁸ Ibidem, p. 157.

Considero que todas essas entrevistas, à diferença das iniciais (com Malu, Sônia e Saint Clair), tiveram caráter mais narrativo e etnográfico.²⁹ No momento das primeiras entrevistas, eu conhecia pouco da realidade do Baixo Onça e das atividades do COMUPRA e do DEIXEM. O caráter exploratório visava, justamente, “à obtenção de informações de que as pessoas entrevistadas em geral já dispõem” e foram orientadas a que essas pessoas dissessem “o que consideram importante a respeito de uma situação, um processo, um espaço”.³⁰ Depois, minha convivência com as pessoas e os espaços da região mudou o caráter das entrevistas. Elas passaram a se configurar como narrativas que, “além da sequência temporal, [...] contêm sequências espaciais”,³¹ revelando — como é característico das entrevistas etnográficas — “perspectivas, ações e relações que não são evidentes à primeira vista”.³² Além disso, à diferença das entrevistas exploratórias, as entrevistas narrativas muitas vezes são oportunidades de as pessoas entrevistadas contarem acontecimentos e vivências de uma maneira que elas mesmas não haviam feito antes, ou seja, há um conhecimento ou uma articulação que são produzidos no decorrer da entrevista.

Nas entrevistas privilegiei três aspectos: 1) a história do morador ou da moradora no Ribeiro de Abreu; 2) suas percepções sobre o bairro e os grupos, e 3) as relações de vizinhança que a pessoa entrevistada estabeleceu ao longo do tempo. Perguntei, por exemplo: *Como você chegou no bairro? Como você viu as mudanças acontecendo no bairro? Que dificuldades você enfrenta? Sente que há diferença entre os moradores? E com os bairros do entorno?* As informações sobre os sujeitos e suas trajetórias caminharam junto com sua história de moradia — no bairro ou antes de se mudar para lá —, até se desdobrarem nas suas percepções e vivências atuais. Alguns temas foram recorrentes nesse segundo ciclo de conversas: as interações cotidianas com o Onça, afetos e desafetos com a vizinhança, o cultivo de alimentos, as ocupações irregulares nas margens do ribeirão e a perspectiva de implantação do parque ciliar.

Paralelamente às entrevistas e à colaboração no COMUPRA, percorri o bairro Ribeiro de Abreu em diferentes momentos, num exercício de observação direta. Nessas caminhadas, tentei iniciar conversas mais espontâneas com moradores, mas senti que havia pouca abertura para entrevistas sem uma apresentação por algum conhecido ou uma atividade conjunta prévia. Assim, decidi não insistir e me concentrar na interação com as pessoas que já haviam me concedido acesso aos seus espaços e seus cotidianos.

Portanto, as falas citadas nesta dissertação refletem visões de moradores engajados de uma ou outra maneira, e de fato interessados em mudanças na relação das pessoas com as águas, com a natureza

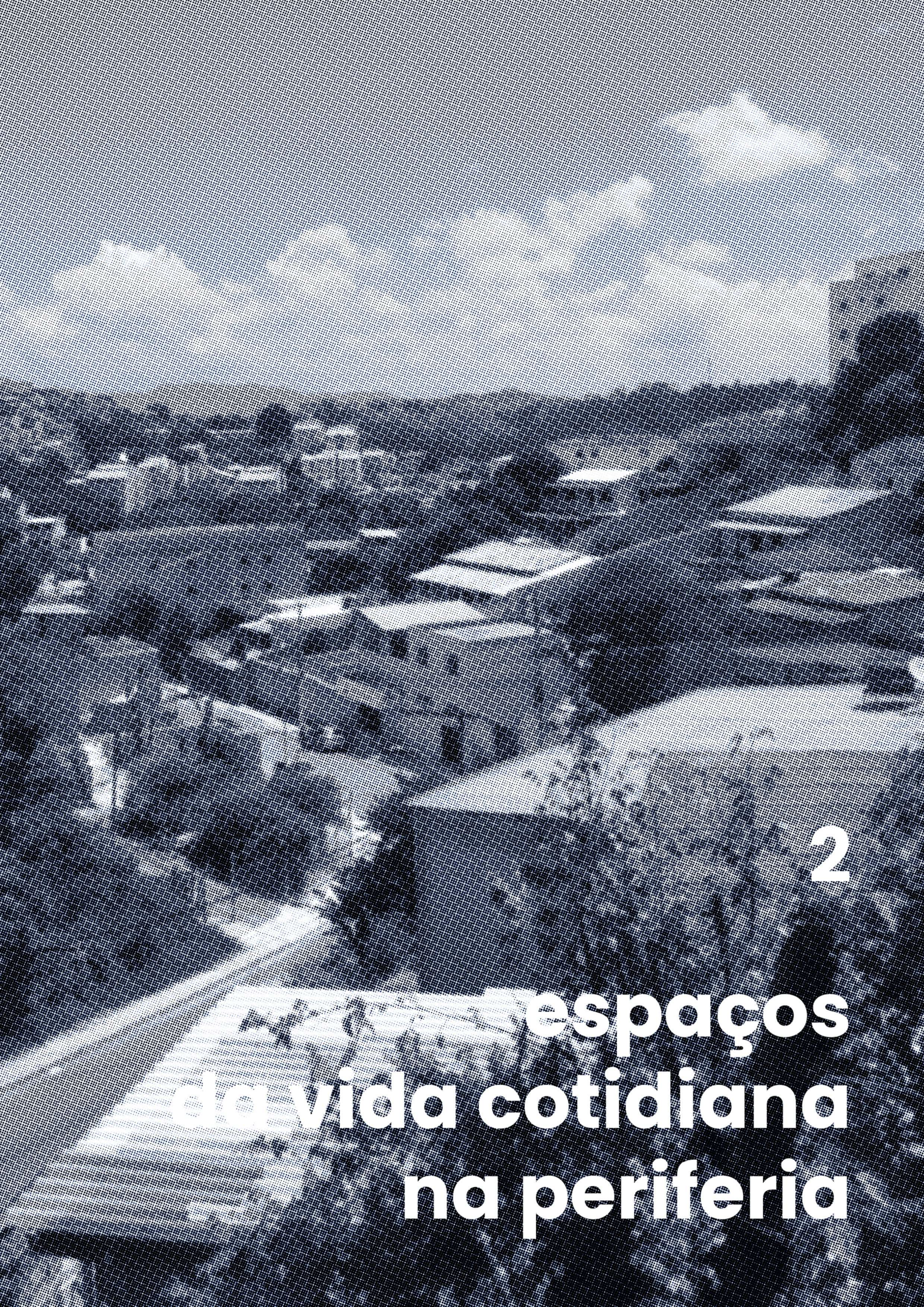
²⁹ Cf. KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, [2020] 2021.

³⁰ KAPP, Entrevistas na pesquisa sócio-espacial, [2020] 2021, p. 107.

³¹ Ibidem, p. 114.

³² Ibidem, p. 110.

e com a vizinhança. Elas empreendem práticas de agricultura, de cuidado com nascentes, de preservação da natureza e de discussão sobre as transformações na vida da população ribeirinha. Tenho consciência de que suas visões não constituem uma amostra representativa da totalidade dos moradores da região. Porém, importa que traduzem a perspectiva de interações possíveis entre gente e rio, humanos e animais, cidade e natureza.



2

**Os espaços
da vida cotidiana
na periferia**

2 Espaços da vida cotidiana na periferia

Da espoliação urbana à espoliação da natureza

Na perspectiva da economia política da cidade proposta por Milton Santos, incorporando o fenômeno da urbanização, a cidade é uma forma específica de organização e controle da sociedade pelo capital, que a cada ciclo se organiza e organiza o espaço da cidade para a produção e circulação de mercadorias. Para Santos, a cidade é uma forma privilegiada de socialização das forças produtivas e “a urbanização não é apenas um fenômeno social, ou econômico, ou político, mas também um fenômeno espacial”.¹

Entenda-se por socialização capitalista a criação de capitais comuns, de meios coletivos à disposição do processo produtivo. É socialização pelo fato de que não são capitais individuais que a devem empreender diretamente; é capitalista porque os benefícios são poucos, segundo uma hierarquia que vem do seu poder enquanto capitalista, isto é, de sua capacidade de utilizar produtiva e especulativamente as infraestruturas financiadas por meio de impostos, com o esforço coletivo, isto é, mediante a contribuição social.²

O processo de urbanização brasileiro se fez na correlação entre modernização das forças produtivas no setor industrial e expansão precária do tecido urbano, com formação de extensas periferias, principalmente nos e a partir dos grandes centros urbanos. Ao longo dos anos, as periferias sofrem transformações sócio-espaciais, alterando sua composição social, seus tipos de espaços e seus processos de urbanização e consolidação. Ainda assim, elas conviveram e ainda convivem, mais estreitamente do que as áreas centrais, com outros mundos, não-humanos, de plantas, florestas, rios e nascentes — mesmo que degradados e poluídos.

A mercantilização do espaço urbano é parte dos processos de fragmentação e segregação nas cidades, em que desigualdades sociais, econômicas, culturais e políticas dificultam o acesso à terra e a serviços para a reprodução da vida. Como Lúcio Kowarick mostra, o Estado tem papel fundamental na reprodução das desigualdades ao prover infraestruturas urbanas e bens de consumo coletivo de forma desigual, o que afeta diretamente os preços da terra.³ O Estado “converte-se em pressuposto da realização do grande capital, fornecendo insumos básicos e tornando-se ele próprio um agente

¹ SANTOS, *Por uma economia política da cidade*, 1994, p. 118.

² *Ibidem*, p. 122.

³ KOWARICK, *A espoliação urbana*, 1979.

produtor”.⁴ As raízes capitalistas da exclusão das populações mais pobres remetem à forma com que o capital industrial atrelado ao Estado incidiu sobre o processo de urbanização periférica. Esse processo deu condições para a acumulação ampliada de capital. Assim, cada “parcela do território urbano é valorizada (ou desvalorizada) em virtude de um jogo de poder exercido ou consentido pelo Estado”.⁵

A cidade como fruto da “participação diferenciada dos homens no processo de produção e de distribuição, ou seja, uma sociedade de classes”, expressa como as riquezas produzidas foram apropriadas de forma desigual pelos indivíduos, acentuando as relações de dominação e a divisão do trabalho.⁶ Enquanto se produziram inovações técnicas, passando de processos produtivos manufatureiros a processos industriais (pelo menos em alguns setores), acentuou-se a especialização das atividades localizadas no espaço urbano. Paul Singer, ao investigar as relações entre campo e cidade, traz alguns pontos importantes para entender a urbanização brasileira, visto que é no seio da separação entre cidade e campo que se ampliou a divisão social do trabalho.⁷

A modernização das forças produtivas e o crescimento econômico pautado pelo setor industrial tiveram como base a expansão das periferias das cidades com a reprodução da força de trabalho a baixo custo. Dessa forma, a “urbanização, em si mesma, portanto, nada tem de excessiva e, na verdade, está relacionada com o desenvolvimento das forças produtivas”.⁸ Como Lúcio Kowarick aponta, as relações de trabalho constituem um importante aspecto para entender a expansão das cidades e a consolidação de um espaço urbano desigual e segregado durante o rápido crescimento industrial no Brasil.⁹ Antes dos anos 1950, o custo de reprodução da vida nas cidades era baixo e as próprias empresas resolviam a questão da moradia em vilas operárias e subtraíam esses gastos dos salários dos trabalhadores. Com o rápido desenvolvimento econômico-industrial e o aumento da produção em geral, também se multiplicou a população nas cidades e, logo, a demanda por habitação e empregos. Diante disso e do conseqüente aumento do preço da terra urbana, deixou de ser lucrativo para o capital industrial arcar com a produção da moradia.¹⁰

Parte do aumento da população urbana entre as décadas de 1960 e 1970 se deve a processos de exclusão sofridos no campo. A incorporação de novas tecnologias e de características industriais à produção agrícola resultou em diversos e combinados processos de aumento das desigualdades, tendo como ponto chave a crescente dificuldade de acesso à terra pelos camponeses e a expansão

⁴ Ibidem, p. 68.

⁵ SANTOS, *Por uma economia política da cidade*, 1994.

⁶ Ibidem, p. 13.

⁷ Cf. SINGER, *Economia política da urbanização*, [1973] 1983.

⁸ Ibidem, p. 70.

⁹ KOWARICK, *A espoliação urbana*, 1979, p. 70.

¹⁰ Ibidem.

dos latifúndios.¹¹ Mas houve também “*fatores de mudança* das relações de produção”.¹² Singer explica que a modernização no campo — e também na cidade — pode “levar tanto a uma expropriação do solo por parte de empresários capitalistas como dar lugar a um processo de diferenciação no seio da própria comunidade”.¹³

Assim, forma-se um *exército de reserva*: pessoas não absorvidas nos postos de trabalho, que se tornam condição importante para a reprodução do capital. Tendo em mente a proporção desigual entre oferta e demanda da força de trabalho, pressuposto da sua superexploração e da precarização das condições de vida nas cidades, Kowarick formula o conceito de ‘espoliação urbana’.

[A espoliação urbana] é o somatório de extorsões que se opera através da inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo que se apresentam como socialmente necessários em relação aos níveis de subsistência e que agudizam ainda mais a dilapidação que se realiza no âmbito das relações de trabalho.¹⁴

A exploração no âmbito das relações de trabalho, em que os capitais obtêm sobrelucro pela diferença entre os salários e os reais custos de reprodução das pessoas, acarreta diretamente as condições de ocupação do espaço urbano pelas camadas populares. No momento em que o custo referente à habitação deixa de compor o salário, não resta outra possibilidade senão a autoprodução da moradia.

A periferia como fórmula de reproduzir nas cidades a força de trabalho é consequência direta do tipo de desenvolvimento econômico que se processou na sociedade brasileira das últimas décadas. Possibilitou, de um lado, altas taxas de exploração de trabalho; e de outro, forjou formas espoliativas que se dão ao nível da própria condição urbana de existência a que foi submetida a classe trabalhadora.¹⁵

Essa fórmula de produção das cidades caracteriza boa parte do processo de urbanização brasileira, principalmente entre o final da década de 1950 e meados da década de 1970, o que pode ser definido como um modelo centro-periferia, fruto da apropriação desigual da riqueza produzida e da organização do espaço pelo capital e seus agentes. A relação entre urbanização e degradação ambiental suscitou debates nas últimas cinco décadas. No entanto, como Heloísa Costa aponta, ainda “permanece um descompasso entre o avanço das práticas espaciais e das formulações teóricas”,¹⁶

¹¹ SINGER, *Economia política da urbanização*, [1973] 1983.

¹² *Ibidem*, p. 71.

¹³ *Ibidem*, p. 71.

¹⁴ KOWARICK, *A espoliação urbana*, 1979, p. 59.

¹⁵ *Ibidem*, p. 41.

¹⁶ COSTA, *Natureza e cidade na periferia*, 2015, p. 41.

indicando que falta articulação conceitual para defender e promover práticas existentes sem cair nos mesmos discursos hegemônicos.

A questão ambiental foi inicialmente incorporada ao tema da urbanização pela crítica do crescimento populacional, de vertente malthusiana, que responsabiliza os mais pobres pela degradação ambiental nas cidades. O campo da ecologia política surge como crítica dessa concepção, com o intuito de discernir os conflitos entre ativismos sociais, capital industrial e Estado acerca das determinações sobre o uso dos ‘bens naturais’. Na perspectiva da ecologia política, a natureza vem “sendo progressivamente apropriada e transformada para servir às necessidades da civilização industrial”,¹⁷ do capitalismo em geral e do Estado, que regula a sua ‘comodificação’ por medidas compensatórias e mitigatórias.

A generalização da prevalência do valor de troca implícita na concepção dos chamados serviços ambientais e o estabelecimento de medidas compensatórias por perdas de qualquer ordem, individuais ou coletivas, contribuem para naturalizar o consumo e a transformação da natureza em mercadoria como fundamentos da sociedade contemporânea.¹⁸

Embora o campo da ecologia política tenha pautado as relações entre a questão ambiental e as desigualdades sociais desde o seu início na década de 1970, noções como *justiça socioambiental* e *conflitos socioambientais* adquiriram relevância mais recentemente. São pivôs da crítica da apropriação desigual dos recursos e da distribuição desigual dos impactos ambientais, dando ênfase a usos compartilhados e não mercantilizados da natureza. Nesse contexto, conflitos socioambientais são vistos “como uma instância privilegiada de luta contra a desigualdade na apropriação social da riqueza e do conhecimento”.¹⁹

Em suma, a cidade é um lócus privilegiado da acumulação de capital. Seus arranjos espaciais favorecem a acumulação de riquezas por determinados grupos sociais, explorando as populações mais pobres e tendendo a expulsá-las para as bordas urbanas. Ao mesmo tempo, a cidade é um lócus ‘privilegiado’ de destruição da natureza. E justamente sua periferia, essa ‘não cidade’ ou ‘semi-cidade’ onde a natureza ainda se manifesta de forma mais direta, é o espaço que provê parte da reprodução da vida que o próprio capital não supre. Em particular no Brasil, a história dos moradores da periferia é uma história de subsistência sustentada por recursos naturais ainda não tornados mercadorias. Nesse sentido, cabe a assertiva de Swyngedouw: “a cidade e o processo urbano são

¹⁷ MONTE-MÓR, Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento, 2015, p. 59.

¹⁸ Costa, Natureza e cidade na periferia, 2015, p. 46.

¹⁹ Ibidem, p.46.

uma rede de processos entrelaçados a um só tempo humanos e naturais”.²⁰ Swyngedouw descreve esse caráter híbrido:

A cidade é, ao mesmo, tempo natural e social, real e fictícia. Na cidade, sociedade e natureza, representação e ser são inseparáveis, mutuamente integradas, infinitamente ligadas e simultâneas; essa ‘coisa’ híbrida sacionatural chamada cidade é cheia de contradições, tensões e conflitos.²¹

Nos escritos de Kowarick, não aparece como parte do processo de espoliação urbana a destruição da natureza. Porém, as camadas populares tiveram que ‘adentrar’ terrenos impróprios à ocupação, como áreas de risco e de alta declividade e nas margens de rios e córregos, como parte da estratégia de sobrevivência nas cidades desiguais. Essa é uma relação intrínseca com a produção capitalista do espaço, em que as condições precárias da moradia e a exploração da força de trabalho compõem o processo de urbanização que acaba repercutindo na destruição da natureza.

Assim, podemos entender a urbanização periférica no Brasil como um processo que inclui a espoliação de pessoas e a espoliação da natureza. E os mesmos pobres que são espoliados, sujeitos a cada novo ciclo de valorização da terra urbana e sempre empurrados para áreas mais baratas, ainda são responsabilizados pela chamada degradação ambiental, isto é, pela espoliação da natureza que o próprio capital produz.

Para uma elucidação desses processos complexos e contraditórios, Swyngedouw sugere como ‘fio de Ariadne’ as águas urbanas e seus caminhos. Para ele, “combinada com a necessidade biológica de água, a urbanização tem-se baseado sempre na organização, controle e domínio da circulação sacionatural da água”.²²

No entorno do Ribeirão Onça, contexto da pesquisa aqui apresentada, essa relação estreita entre a lógica capitalista de produção do espaço urbano, a periferização da pobreza e a “circulação sacionatural da água” é particularmente evidente. Há degradação das matas, poluição dos cursos d’água e inundações periódicas, mas também memórias, imaginários e engajamentos de resistência. Os processos socioecológicos que caracterizam as trajetórias dos espaços e dos seus habitantes se fazem na dialética de sociedade e natureza.

²⁰ Swyngedouw, *A cidade como um híbrido*, 2001, p. 84.

²¹ *Ibidem*, p. 84.

²² SWYNGEDOUW, *A cidade como um híbrido*, 2001, p.99.

Antagonismos nas camadas populares

As camadas populares em espaços cotidianos periféricos foram comumente associadas a uma condição de ‘parasitas’, dependentes dos grupos dominantes. Janice Perlman, no seu estudo sobre a marginalidade na América Latina, mais especificamente nas favelas e periferias cariocas, desmistificou essa visão corrente nos estudos de pobreza e desigualdade até a década de 1970.²³ Ela argumenta que a marginalidade é um mito, pois, na verdade, os grupos tidos como marginais estão integrados na economia e na vida social das cidades. São, portanto, equivocadas as leituras que os associam à falta de capacidade organizativa e de alteração da própria situação de pobreza, e que lhes atribuem a responsabilidade pela posição que ocupam na sociedade.

Essas pessoas, em muitos casos, precisam conviver com o despejo de esgoto doméstico nos cursos d’água, com o assoreamento de nascentes e com a devastação de matas e florestas. Elas não são marginais à vida urbana, mas sofrem um processo de marginalização sócio-espacial. A precariedade e insuficiência da infraestrutura urbana e a poluição das águas no meio urbano são frutos da atuação do Estado e do capital, que impõem a essa população uma situação de inúmeras vulnerabilidades e dificuldades. Isto é, são processos que são agravados pela situação de marginalização à que essa população foi submetida, ou em outras palavras, os embates entre a preservação da natureza e o direito à moradia estão quase que pré-programados nas periferias.

Dependendo de como se constituem esses espaços e de como são construídos laços entre moradores e com o sítio natural, surgem articulações, discussões, oposições e imaginários diversos. As diferentes perspectivas dos sujeitos levam não só a desentendimentos entre grupos pertencentes a classes diferentes ou a embates com o Estado, mas também a antagonismos no interior das camadas populares e no interior de grupos locais que compartilham o mesmo território.

Mas a questão é mais ampla. A concepção de Pierre Bourdieu de *espaço social* e de sua relação com o espaço físico ajuda a compreender essa amplitude. A metáfora do *espaço social* pode ser entendida como descrição da maneira como grupos e indivíduos estão diferenciados de acordo com as posições relativas que ocupam na hierarquia social. O espaço físico, no entanto, reflete e reproduz essa hierarquia. “Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais”.²⁴

Assim, a discriminação vinda de fora, isto é, de grupos privilegiados na hierarquia social, incide nos imaginários e na constituição dos grupos nas periferias: a tendência é que ali se reproduzam opiniões e preconceitos da classe dominante e dos espaços dominantes. Loïc Wacquant, partindo

²³ PERLMAN, O mito da marginalidade, 1977.

²⁴ BOURDIEU, Efeitos de lugar, [1993] 2008, p. 160.

dos conceitos de Bourdieu, estudou os efeitos da discriminação vinda de fora em duas periferias do norte global, o *gueto* norte-americano e a *cit * francesa.²⁵ Enquanto o *gueto*   marcado pela diferenciação racial e apresenta uma população étnica e culturalmente homogênea, a *cit * francesa é composta por uma população heterogênea de franceses natos e imigrantes. Para os moradores do *gueto*, a marginalização está intrinsecamente ligada ao racismo estrutural, que afeta também sua experiência nos outros espaços da cidade. Já para os moradores da *cit * francesa, o próprio local de moradia é um marcador de estigmas, reproduzidos não apenas externamente, mas também pelos próprios afetados. Porém, nos casos, a situação de marginalização sócio-espacial gera preconceitos das pessoas em relação ao espaço em que elas mesmas se situam na cidade. Nesse sentido, Wacquant identifica o *estigma territorial* como um denominador comum entre a *cit * e o *gueto*, que contribui para acentuar os conflitos cotidianos.

[A] estigmatização territorial origina entre os moradores estratégias soci fobas de evasão e distanciamento mútuos e exacerba processos de diferenciação social interna, que conspiram em diminuir a confiança interpessoal e em minar o senso de coletividade necessário ao engajamento na construção da comunidade e da ação coletiva.²⁶

[Esse efeito do estigma territorial] estimula práticas de diferenciação e distanciamento social interno que acabam diminuindo a confiança entre as pessoas e minando a solidariedade social no plano local.²⁷

As posições que as pessoas ocupam na hierarquia social podem estar relacionadas às condições de apropriação do espaço, assim como às características físicas, como, por exemplo, morar perto de um rio poluído, estar ou não na proximidade de equipamentos de saúde e lazer, ter ou não vizinhos em posição mais alta na sociedade.²⁸ Outro fator são os “ganhos simbólicos de distinção que estão ligados à posse monopolística de uma propriedade distintiva”; eles podem ser transcritos em ganhos de ocupação (ou de acumulação) análogos   apropriação ou posse de um espaço físico ‘bem-visto’, como apartamentos e belas paisagens.²⁹ A fronteira entre esses ganhos não   rígida. Estão numa relação de interdependência, influenciando-se mutuamente. Mas, certamente, geram no tecido social nas periferias urbanas embates e conflitos entre os moradores atravessados pela situação de marginalização sócio-espacial.

Em suma, diferenciação social nessas áreas periféricas tem uma relação intrínseca, mas não direta, com as lógicas espaciais mais amplas, dando sentidos diferentes aos tipos de espaços e grupos,

²⁵ Cf. WACQUANT, *Os condenados da cidade*, 2001.

²⁶ Ibidem, p. 33.

²⁷ Ibidem, p. 144.

²⁸ Cf. BOURDIEU, *Efeitos de lugar*, [1993] 2008.

²⁹ Ibidem, p. 163.

traduzidos em subjetividades, valores e práticas bem além dos dados quantificáveis em bens ou salários. A diferenciação interna, em parte determinada pela diferenciação externa, tende a resultar num enfraquecimento das lutas e numa fragmentação das pautas reivindicadas por grupos engajados.

Produção da moradia

Os espaços periféricos sofreram alterações na composição de seus grupos e na organização e construção de seus espaços. Hoje, muitas áreas outrora autoproduzidas estão consolidadas e são determinadas por processos distintos daqueles que marcaram sua primeira ocupação e urbanização. Para além da autoprodução, convivem com intervenções do Estado, com novos padrões de consumo e com a ascensão de parte de sua população. A produção e reprodução do capital alteraram a vida cotidiana, o ambiente construído e as relações sociais.

No entanto, o passado do Ribeiro de Abreu foi claramente marcado por duas formas distintas de produção das moradias: a autoprodução de casas no Loteamento e a produção formal, heterônoma, das moradias (casas e apartamentos) nos conjuntos habitacionais. A coexistência dessas duas formas, que corresponde em boa parte aos respectivos tipos de espaços cotidianos, teve implicações na segregação sócio-espacial e fragmentação do tecido social no bairro.

Entendo a autoprodução como uma prática que se realiza sem a presença de técnicos, como arquitetos e planejadores, conforme a noção proposta pelo Grupo MOM. Essa noção não exclui os processos realizados por mutirão e autoconstrução, mas expande a compreensão das práticas de construção, especialmente em espaços cotidianos periféricos, tendo em vista outras redes criadas em torno da construção da moradia, assim como a transformação da composição social e o aumento da renda, do crédito e do consumo.

Essa autoprodução pode estar associada à autoconstrução ou pode ser realizada apenas pelo trabalho de terceiros. No entanto, o pequeno empreendedor que constrói para venda ou aluguel, reproduzindo com alguma sistematicidade os expedientes de maximização de lucro do capital de construção ou do capital rentista, não pertence à categoria do autoprodutor porque não é usuário dos espaços que produz.³⁰

Assim, a construção propriamente dita do espaço cotidiano autoproduzido está para além da compra e venda da força de trabalho para a extração de mais-valor. Tem como objetivo um valor de uso

³⁰ KAPP; NOGUEIRA; BALTAZAR, Arquiteto sempre tem conceito, 2009, p. 11.

para satisfazer as necessidades de reprodução da vida. Como Marx aponta, “quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social”.³¹ A autoprodução não configura em si uma produção capitalista, o que não exclui que seja comercializada como mercadoria; “mercado imobiliário e produção capitalista de imóveis não são a mesma coisa”.³² A autoprodução inclui práticas que hoje são comuns nas periferias urbanas, como a contratação de serviços de serventes, pedreiros e eletricitistas.

Sérgio Ferro, em “A produção da casa no Brasil”, publicado no fim dos anos 1960, analisa diversos fatores que compunham a produção da casa popular naquele contexto, em que a autoprodução ainda coincidia quase integralmente com a autoconstrução. Ele destaca particularmente a ambivalência, já então bastante nítida e hoje exacerbada, entre valores de uso e de troca nesse processo. Quem realizava a autoconstrução empregava materiais baratos, objetivando um “valor de uso particular na miséria”.³³ A construção da moradia era orientada por uma técnica socializada por meio da experiência, e seu uso, pela urgência — projeto, construção e uso aconteciam concomitantemente.³⁴ Mas, embora não houvesse ali o intuito do lucro, “o sistema e o modo de produção capitalista estão presentes sob várias outras formas”.³⁵ O produto, a moradia, muitas vezes vista como temporária, já continha ao menos um potencial de troca. Assim, a moradia era comumente construída no fundo dos lotes e se ampliava ao longo do tempo, muitas vezes para gerar um aluguel. Ou seja, já os autoconstrutores ‘clássicos’ das nossas periferias utilizavam “valores de uso excedentes [...] como valor de troca” para complementar a renda.³⁶

Os anos de rápida urbanização multiplicaram loteamentos populares em áreas cada vez mais distantes, o que foi estimulado pelo Estado e respaldado pelo decreto-lei 58, de 1937. Como Nabil Bonduki explica, esse decreto “privilegiava os aspectos jurídicos dos loteamentos, como o registro em cartório [...], deixando de tratar do controle urbanístico”.³⁷ O tamanho dos lotes era reduzido, assim como eram reduzidos o investimento privado na infraestrutura e a oferta pública de equipamentos de saúde, lazer ou educação (cuja existência, por si, já tende a valorizar uma área urbana).

As precariedades dos loteamentos produzidos a partir dessas premissas eram inúmeras e em muitos casos persistem até hoje. Além da ausência de redes de água e esgoto, iluminação pública e pavimentação, conviveram (e convivem) com a insuficiência do transporte público, embora tenha sido

³¹ MARX, *O capital*, [1867] 2017, p. 117.

³² KAPP et al., *Pontos de partida*, [2004] 2021, p. 32.

³³ FERRO, *A produção da casa no Brasil*, [1969] 2006.

³⁴ Cf. FERRO, *O canteiro e o desenho*, 2006.

³⁵ FERRO, *A produção da casa no Brasil*, [1969] 2006, p. 67.

³⁶ *Ibidem*, p. 65.

³⁷ BONDUKI, *A habitação por conta do trabalhador*, [1998] 2011, p. 288.

justamente o modelo do transporte rodoviário (ônibus) que tornou possível a permanência das pessoas de menor renda — força de trabalho indispensável à cidade — em loteamentos periféricos.

Entre a (auto)produção da casa popular e a produção das mansões burguesas, Ferro situa a produção de unidades habitacionais para o “estreito mercado de massa”, isto é, para as classes médias. É nele que se encontra a produção capitalista propriamente dita. Na década de 1960, tratava-se de fato de um mercado “estreito”, reduzido em volume se comparado à construção informal, à de elite e à não destinada a edificações. No entanto, a produção dos conjuntos de interesse social, estimulada também pelo Banco Nacional de Habitação (BNH), opera nessa lógica, ainda que tenha o Estado como provedor da mercadoria produzida. Essa “lógica contribuiu para acelerar o processo especulativo que prevaleceu no período” e “colaborou para ampliar o padrão periférico de expansão urbana, reproduzindo um modelo excludente e especulativo”.³⁸

Os dois conjuntos do bairro Ribeiro de Abreu são exemplares típicos dessa produção formal. Ambos foram financiados pelo BNH e construído, à época, para além das bordas da cidade: o Casas Populares em 1968; e o Conjunto Ribeiro de Abreu de 1982 a 1984. A implantação desses conjuntos, nas margens dos cursos d’água aprofundou problemas ambientais e conflitos com o entorno, e transformou as dinâmicas na região. A forma como foram produzidos aponta alguns elementos que ajudam a compreender os conflitos cotidianos na região e como eles se refletem nos imaginários correntes.

Virtualidades da periferia

Henri Lefebvre, ao discutir o processo de industrialização e urbanização, enfatiza como as relações de produção não se restringem aos limites da cidade, mas abrangem todo o espaço. O processo de implosão-explosão da cidade industrial e a proliferação do tecido urbano é também das relações de produção, tendo implicações na configuração espacial. Para Lefebvre, é “um momento de concentração (de pessoas, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc.)”.³⁹

No entanto, esse processo não equivale simplesmente a uma dominação capitalista plena e absoluta. O que Lefebvre entende como *o urbano* é, também, a construção de uma sociedade virtual e possível, orientado por uma práxis em que “as diferenças são conhecidas e reconhecidas,

³⁸ BONDUKI, *Os pioneiros da habitação social*, 2014, p. 67.

³⁹ LEFEBVRE, *A revolução urbana*, [1970] 2002, p. 26.

consideradas, concebidas, e ganham significados”.⁴⁰ Talvez, hoje, os sinais desse urbano anunciado por Lefebvre se manifestem menos no centro do que nas margens — literais e metafóricas.

O conceito de *urbanização extensiva* elaborado por Roberto Monte-Mór considera uma dialética semelhante. Por um lado, “esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais” constitui a “forma socioespacial” do capital e do Estado contemporâneos.⁴¹ Por outro lado, isso também implica a extensão da “virtualidade da sociedade urbana”, com uma “politização crescente do espaço social que tem seu nascedouro na cidade mas que hoje, para espanto relativo de alguns e esperança de outros, redefine as relações sociais em todo o território”.⁴²

A urbanização extensiva, com seu duplo sentido de forma/processo socioespacial, de extensão do urbano-industrial, mas também de extensão do urbano-utopia através da pólis/política e da civitas/ cidadania, agora penetra dialeticamente a todo o espaço social.⁴³

Na dimensão utópica ou emancipatória do urbano, ele abarcaria múltiplas formas de habitar o mundo e produzir espaço, caminhando para relações mais solidárias, inclusive com a natureza. As dicotomias cidade-campo ou cidade-natureza não seriam diluídas numa dominação total, mas superassumidas no “terceiro termo da tríade dialética, a síntese da contradição cidade-campo” ou, enfim, da contradição cidade-natureza.⁴⁴

De fato, há rupturas com as lógicas urbano-industriais nas variadas dinâmicas sócio-espaciais das periferias, assim como nas brechas de formas hegemônicas de trabalho e renda.⁴⁵ No contexto de poluição e dominação das águas, grupos periféricos têm experimentado práticas e narrativas que possibilitam reconfigurar as interações entre cidade e natureza.

Em oposição a consensos, que tendem a diluir as diferenças, Jacques Rancière enfatiza a figura do dissenso como motor da ação política. São momentos de discussão e embate de visões que contestam a ordem constituída, desestabilizando estruturas sociais e fazendo que surjam desentendimentos e argumentação sobre um mundo comum.⁴⁶

⁴⁰ Ibidem, p. 44.

⁴¹ MONTE-MÓR, *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento*, 2019, p. 253.

⁴² MONTE-MÓR, *Cidade e campo, urbano e rural*, 2007, p. 109.

⁴³ MONTE-MÓR, *Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento*, 2015, p. 62.

⁴⁴ MONTE-MÓR, *Cidade e campo, urbano e rural*, 2007, p. 97.

⁴⁵ Mesmo que esse tema seja importante, não será aprofundado nessa pesquisa. Existem diferentes pesquisas e estudos que caminham para compreender e visibilizar outras formas econômicas existentes que causam rupturas e deslocam as formas hegemônicas de relação de trabalho e renda – alguns dessas abordagens podem ser compreendidas no campo da Economia Popular Solidária, Outras Economias, assim como naquelas inspiradas na teorização de Milton Santos sobre os circuitos econômicos urbanos.

⁴⁶ Rancière, *O dissenso*, 1996.

É isso o que chamo dissenso: um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. O dissenso não é guerra de todos contra todos. Ele dá ensejo a situações de conflito ordenadas, a situação de discussão e de argumentação. [...] Com efeito, devem primeiro constituir o mundo no qual elas são argumentações. É preciso primeiro provar que há algo a argumentar, um objeto, parceiros, um mundo que os contém. E é preciso prová-lo na prática, ou seja, fazendo como se esse mundo já existisse.⁴⁷

O sensível seria tudo aquilo que é “visível, dizível, contável”, e o dissenso, o encontro de mundos heterogêneos que perturbam a configuração do sensível. Nesse encontro, os consensos são colocados a prova e emergem possibilidades de imaginar, pensar e agir que excedem as lógicas urbano-industriais.

Podemos perceber alguns desses elementos do dissenso na história de Máxima (moradora do norte dos Andes do Peru), descrita por Marisol de la Cadena. No contexto de um conflito socioambiental, uma mineradora planejava extrair cobre e, para isso, drenar as lagoas existentes no local. A contrapartida proposta pela empresa foi a construção de reservatórios de água para a população. No entanto, para a população local, a água vinda dos reservatórios não seria a mesma água. As pessoas se organizaram como ‘guardiões das lagoas’ para resistir à exploração das águas. Muitos “morreram nessa defesa, tornando público outro exemplo da guerra contra aqueles que se *opõem à tradução da natureza em recursos*”.⁴⁸ Marisol descreve as narrativas colocadas em disputa por Máxima:

Ela confronta a mineradora argumentando sua propriedade sobre a terra — ela ainda mostra os documentos legais que provam sua propriedade. No entanto, quando Máxima explica como é impossível haver uma separação em seu estar-com-a-terra, como elas estão juntas, como compõem com as culturas, chuva, solo, animais — entidades que fazem/são a relação — sua explicação, proponho, excede o limite do conceito de propriedade, no que ela, no entanto, também considera a mineradora em seu confronto.⁴⁹

A relação que Máxima estabelece com a terra e com a água vai além da narrativa de preservação do meio ambiente. É no momento em que a mulher se recusa a vender sua terra para a exploração das águas da lagoa que podemos “incluir outra relação: uma de onde mulher-terra-lagoa [...] emergem inerentemente juntas” e seria impossível pensar a existência delas de forma separada.⁵⁰ Esse

⁴⁷ Ibidem, p. 374.

⁴⁸ DE LA CADENA, *Natureza incomum*, 2018, p. 107.

⁴⁹ Ibidem, p. 109.

⁵⁰ Ibidem, p. 108.

conflito expõe as complexidades em torno da formulação das narrativas sobre a natureza e revela “um dissenso que não encontra uma resolução fácil porque excede o domínio existente da lei, a saber, a concepção e a regulação da natureza como recursos”.⁵¹

No caso das práticas e dos imaginários ao redor do Ribeirão Onça, a relação com a natureza também assume uma dimensão peculiar. Ali, no período inicial da ocupação, as fronteiras e dicotomias entre cidade e natureza foram menos tensionadas do que seriam numa área plenamente urbanizada, e essa característica é hoje retomada e expandida no discurso e nas ações dos grupos locais que se mobilizam em prol de causas ambientais.

Diferente das dinâmicas homogeneizadoras que prevalecem nos centros urbanos, marcadas por um alto grau de especialização das atividades e da vida urbana, nessas margens existem interações com não humanos, terra e água que permeiam a vida cotidiana e transformam a própria experiência urbana. Sua narrativa caminha, potencialmente, para uma racionalidade que não seja de dominação da natureza. Nessas margens há uma recuperação da experiência passada com as águas para introduzir no presente outras maneiras de lidar com a natureza no meio urbano.

Como contraposição ao urbano-industrial e suas formas hegemônicas de produção do espaço, Monte-Mór aponta que “só o *urbano-natural* pode garantir o espaço em que podemos viver”.⁵² O urbano-natural, como o lugar da diferença e dos dissensos, possibilitaria processos socioecológicos que estão imbricados nas trajetórias dos espaços e dos seus habitantes. Como Monte-Mór formula, “à urbanização extensiva deveria corresponder uma naturalização extensiva”,⁵³ para que se consiga uma transformação qualitativa do espaço urbano.

Como se verá no capítulo seguinte, as trajetórias sócio-espaciais nas margens do Onça estão permeadas por outras maneiras de viver com as águas e com a natureza. Como diz Itamar, morador do Loteamento Ribeiro de Abreu e uma das lideranças do COMUPRA, o *rio, ele renasce primeiro dentro da gente. Você só vai olhar para o rio a partir do momento que você sente ele dentro de você*.⁵⁴

⁵¹ Ibidem, p. 111-112.

⁵² MONTE-MÓR, Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento, 2015, p. 63.

⁵³ Ibidem, p. 62.

⁵⁴ Fala de Itamar na mesa “Desextinção: como renascem os rios?” durante o seres-rio festival fluvial. Disponível em: <https://seresrios.org/evento/desextincao/>



3

**trajetórias
sócio-espaciais**

3 Trajetórias sócio-espaciais

Nota sobre as políticas das águas

A seguir apresento brevemente algumas políticas referentes ao tratamento das águas urbanas nas bacias hidrográficas em que o município de Belo Horizonte está inserido: a do Ribeirão Arrudas e a do Ribeirão Onça. O histórico é de dominação e canalização dos cursos d'água. Ao longo dos pouco mais de cem anos de existência da cidade, cerca de duzentos quilômetros de córregos, ribeirões e rios foram retificados, canalizados e em parte tamponados. Só muito recentemente houve alguma mudança nesse paradigma.¹

Quanto à bacia do Arrudas, que abrigava o antigo *Curral D'El-Rey*, que deu origem a cidade e cuja área veio a configurar sua porção mais central, os cursos d'águas foram usados para a construção de avenidas e escoamento de esgoto, num processo que começou com o plano inicial da cidade e foi exacerbado depois em empreendimentos típicos do urbanismo moderno, caracterizados pelo apagamento da natureza e das águas, excluindo de antemão a maioria das possibilidades de sua interação cotidiana com a vida urbana. Já na bacia hidrográfica do Ribeirão Onça, a história foi um pouco diferente.

A bacia do Ribeirão Onça constitui o território norte e nordeste do município, além de parte do município de Contagem. Nela habitam cerca de 1,3 milhões de pessoas (91,3% em Belo Horizonte).² De acordo com a delimitação utilizada pelas instâncias de planejamento e gestão das águas — que, como se verá adiante, difere um pouco da delimitação utilizada pelas organizações locais —, a bacia se divide em quatro sub-bacias: Pampulha, Izidora-Vilarinho, Médio Onça e Baixo Onça. Em Contagem, os principais cursos d'água são os córregos Ressaca, Sarandi e Bom Jesus, todos pertencentes à sub-bacia da Pampulha.

O Ribeirão Pampulha e o Córrego Cachoeirinha compõem a sub-bacia do Médio Onça, enquanto o Ribeirão Onça propriamente dito nasce da confluência desses dois cursos d'água, próxima ao Terminal e Estação de Metrô São Gabriel, percorrendo a sub-bacia denominada Baixo Onça. A

¹ Cf. PINHEIRO, *Políticas públicas de manejo de águas pluviais em Belo Horizonte*, 2019.

² CBH-VELHAS, *Cartilha*, s.d., p. 5.

partir desse encontro, ele segue por três quilômetros em canal aberto, fruto de obras públicas para a construção da Estação de Metrô São Gabriel e da rodovia MG-20. A jusante do trecho canalizado, a partir da Cachoeira do Onça no bairro Novo Aarão Reis, o ribeirão segue em seu leito natural por aproximadamente oito quilômetros, passando por diversos bairros, vilas e conjuntos habitacionais das regiões norte e nordeste de Belo Horizonte: Vila São Gabriel, Vila Fazendinha, bairros Ouro Minas e Ribeiro de Abreu (na margem leste), e bairro Novo Aarão Reis e Conjunto CBTU (na margem oeste). Sua foz, no encontro com o Rio das Velhas, marca a divisa de Belo Horizonte com os municípios de Sabará e Santa Luzia.

Assim, no trecho em que ainda está em leito natural, o Onça integra uma paisagem múltipla e diversa. Há cachoeiras, moradias, campos de futebol, hortas comunitárias, agrofloresta e a chamada Praia do Onça (no encontro do Onça com o Córrego Izidora, no loteamento Areia Branca, que faz parte do bairro Ribeiro de Abreu). É um território potente para pensar as relações entre meio urbano e natureza, cuja história de ocupação inclui antigas fazendas, desapropriações, loteamento populares, conjuntos habitacionais e ocupações espontâneas, além de relevantes lutas e mobilizações por moradia e pela preservação das águas.

Cabe mencionar que, à diferença da delimitação da sub-bacia do Baixo Onça utilizada pelas instâncias de planejamento e gestão de caráter mais técnico, os movimentos sociais COMUPRA e DEIXEM entendem por ‘Baixo Onça’ a região composta pelos bairros imediatamente adjacentes ao trecho do Onça que ainda está em leito natural e onde sua influência na vida da população é direta. Esse entendimento foi construído a partir da luta pela despoluição do ribeirão e pela melhoria da qualidade de vida nas suas margens. COMUPRA e DEIXEM se engajam em mutirões, conversas, acordos com o poder público e outras atividades numa escala que corresponde ao alcance espacial e político de suas práticas.³ Particularmente a área de abrangência do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça tem mobilizado, desde 2014, suas ações e alianças, bem como potencializado disputas e conflitos na região.

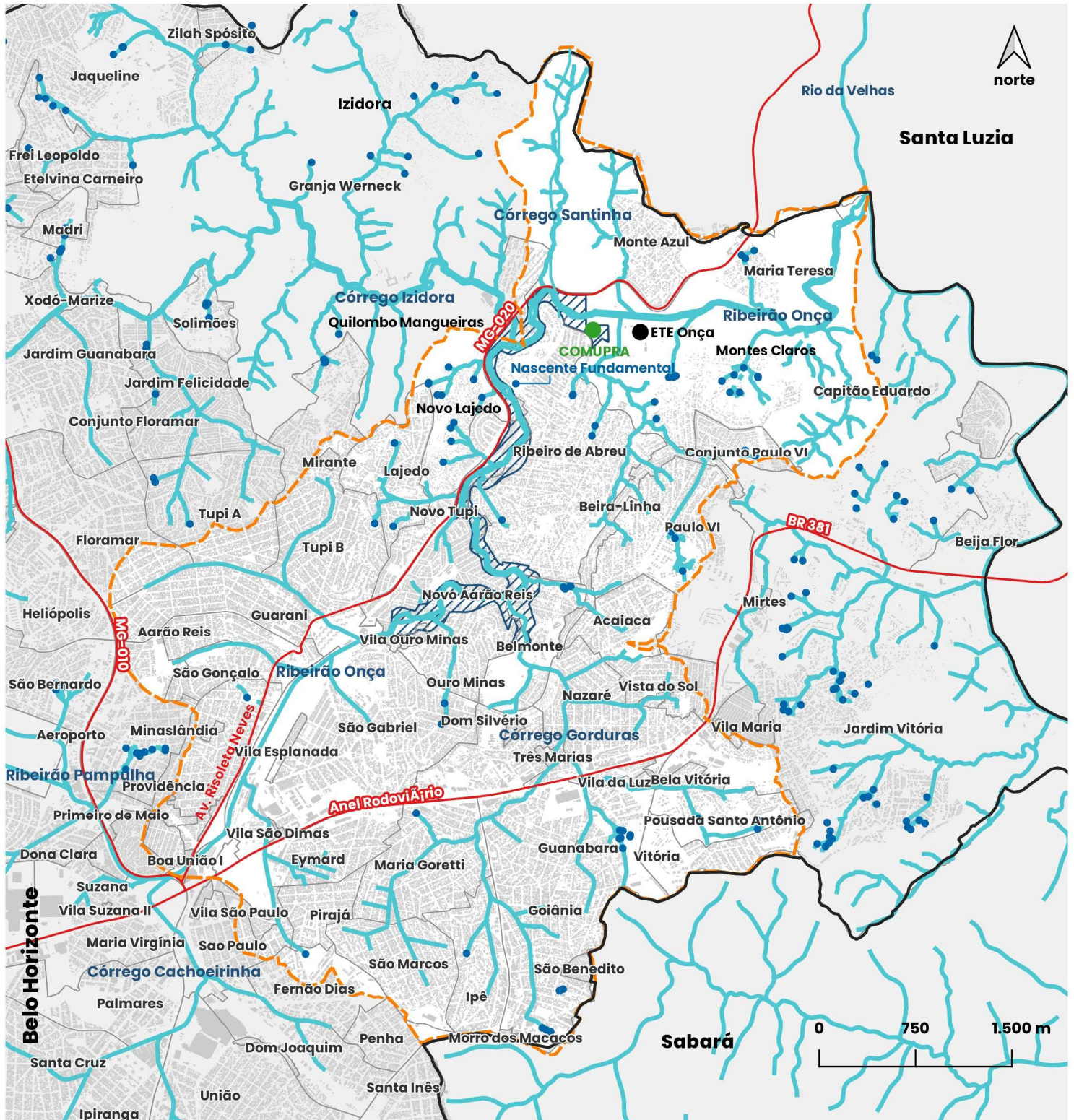
Por estar na parte baixa da bacia, o Ribeirão Onça recebe os impactos de poluição industrial, urbanização, esgoto doméstico e degradação da mata ciliar produzidos nas partes média e alta da bacia, principalmente na sub-bacia da Pampulha. Hoje, ele é considerado o maior poluidor do Rio das Velhas, como se ‘levasse a culpa’ por tudo o que acontece a montante. O cenário é de um rio poluído e degradado, cujas águas escuras e mal cheirosas causam indignação, e que provoca perdas em razão das inundações periódicas. Ao mesmo tempo, é um rio que surpreende com cachoeiras e

³ ——— SOUZA, Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial, 2013, p. 182.



Bacia do Ribeirão Onça

- Cursos d'água
- Limites municipais



Legenda

- Limites municipais
- Limites do Baixo Onça
- Limites dos bairros
- Cursos d'água
- Rodovias
- Nascentes cadastradas pela PBH
- Projeção das edificações (2017)
- ▨ Área de inundação do Ribeirão Onça, que corresponde à área do Parque Ciliar

BAIXO ONÇA

praias a quem caminha pelas suas margens, e que de fato potencializa ações de grupos locais para a transformação e a reinvenção da relação com as águas.

Nesse sentido, a população do Baixo Onça, em grande parte moradores de uma periferia vulnerável, sofre os impactos causados pelas formas ‘clássicas’ de gestão e manejo das águas urbanas, pois a principal fonte de poluição do Onça não é o lançamento de esgoto doméstico pelos próprios moradores do Baixo Onça, e sim a má qualidade das águas que recebe das outras três sub-bacias.

Com o crescimento populacional de Belo Horizonte, os limites da cidade se estenderam para além de suas origens na bacia do Arrudas, ocupando a bacia do Ribeirão Onça. A implantação do Complexo da Pampulha e a abertura da Avenida Antônio Carlos, na década de 1940, impulsionaram o crescimento e a ocupação da bacia do Onça em direção ao eixo norte da cidade. Até então considerada rural, a área do Baixo Onça foi incorporada ao perímetro urbano da cidade nessa época, e permaneceu com características rurais até final da década de 1970.

Desde o princípio, as diferenças em relação à cobertura dos serviços de saneamento básico (e de infraestrutura urbana de maneira geral) entre a zona urbana e as zonas suburbana e rural foram evidentes. Nessas últimas, os serviços tardavam em se instalar e, quando existiam, eram deficientes. Essa disparidade foi ainda mais acirrada [...] em meados do século XX, quando o déficit no serviço de abastecimento de água atingiu um estado crítico nos anos 1950 e 1960. Essa situação se configurou em razão dos sistemas produtores não terem acompanhado o crescimento da demanda de consumo, decorrente em grande parte do crescimento populacional acentuado pelo êxodo rural.⁴

Até meados da década de 1960, a ação pública em Belo Horizonte no que se refere às águas se concentrou no problema do abastecimento. Apenas ao final dessa década começaram a se desenhar arranjos institucionais para a enfrentar a poluição dos cursos d’água, que havia se agravado com a falta de tratamento do esgoto doméstico e dos efluentes industriais.

O primeiro Plano Diretor de Esgotos de Belo Horizonte (1969–1971) já apontou a necessidade da construção de estações de tratamento nas bacias do Arrudas e do Onça (que só foram construídas no início dos anos 2000). A partir de então, criaram-se diversos planos e programas para resolver as questões do abastecimento de água e da coleta de esgoto.⁵ Destaco aqui o Plano de Urbanização e Saneamento Básico de Belo Horizonte (PLANURBS), em 1979, o Programa de Saneamento Ambiental

⁴ ————— PINHEIRO, *Políticas públicas de manejo de águas pluviais em Belo Horizonte*, 2019, p. 50.

⁵ Cf. *Ibidem*.

das Bacias dos Ribeirões Arrudas e Onça (PROSAM), em 1990, e o Plano Diretor de Drenagem Urbana de Belo Horizonte (PDDBH), em 1997.

O PLANURBS consistiu numa ação da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) para solucionar a coleta, a interceptação e o tratamento do esgoto. Contudo, teve impacto ambiental antes negativo do que positivo, pois deu origem a planos e obras de “retificação e canalização de todos os cursos d’água do Município, associando as necessidades de implantação de interceptores de esgotos com empreendimentos viários estruturantes”.⁶ De fato, os fundos de vale foram sistematicamente urbanizados e transformados em avenidas sanitárias.

Já o PROSAM, implementado entre 1993 e 1999, teve como objetivo a recuperação da qualidade ambiental e das características hídricas dos cursos d’água nas referidas duas bacias. No entanto, novamente “o modelo adotado para a expansão da cobertura dos serviços de coleta e tratamento dos efluentes foi a avenida sanitária”.⁷ No escopo desse programa foi realizada também a canalização do Ribeirão Onça no trecho entre a Estação São Gabriel e a Cachoeira do Onça, para a construção de uma avenida sanitária (Avenida Risoleta Neves). Obras desse tipo não foram previstas no restante do curso do ribeirão devido ao alto custo de implantação desse tipo de infraestrutura (não por razões ambientais).

Uma mudança no tratamento das águas em Belo Horizonte se deu a partir da elaboração do PDDBH que “deveria orientar o *planejamento sustentável* do sistema municipal de manejo de águas pluviais” e partiu de uma “concepção integrada aos sistemas urbanos que interagem com a drenagem”.⁸ Esse plano culminou no Programa de Recuperação Ambiental e Saneamento dos Fundos de Vale e dos Córregos em Leito Natural de Belo Horizonte (DRENURBS), “tendo como um de seus princípios norteadores, até então inédito na gestão pública municipal, a recuperação e preservação ambiental dos cursos de água remanescentes em leito natural”.⁹

O escopo inicial do DRENURBS, em 2007, abrangia quarenta e sete cursos d’água e respectivas áreas adjacentes. Porém, até 2011, quando o programa foi reformulado e renomeado Programa Nascentes, houve intervenções em apenas cinco córregos: Primeiro de Maio, Nossa Senhora da Piedade, Baleares, Bonsucesso e Engenho Nogueira. Embora o Ribeirão Onça não estivesse nesse escopo inicial do DRENURBS, a mudança de paradigma influenciou as ações empreendidas no ribeirão atualmente.

⁶ CHAMPS, Drenurbs, 2003, p. 5.

⁷ PINHEIRO, *Políticas públicas de manejo de águas pluviais em Belo Horizonte*, 2019, p. 66.

⁸ Ibidem, p. 77.

⁹ Ibidem, p. 78.

A partir de 2013, a PBH captou recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) especificamente destinados a obras de drenagem. Numa articulação do COMUPRA com a Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU) e a Superintendência de Desenvolvimento da Capital (SUDECAP), através do Programa Nascentes, consolidou-se a proposta do então denominado Parque do Onça.

A proposta do parque foi elaborada em 2014, prevendo cerca de 5,5 quilômetros de extensão ao longo do córrego e a remoção de mil e quinhentas famílias nas Vilas Fazendinha e São Gabriel, e nos bairros Ouro Minas, Novo Aarão Reis e Ribeiro de Abreu.

A proposta de implantação do Parque Linear [sic] surgiu em função de uma obra de otimização do sistema de macrodrenagem do Córrego Cachoeirinha e ribeirões Pampulha e Onça, que ampliará as seções à montante do Ribeirão do Onça, alterando, por sua vez, as vazões no trecho de jusante do mesmo. Tal obra demandará a retirada das famílias em área de risco de inundação, previamente às obras de solução de macrodrenagem de montante. Haverá, portanto a demanda de se criar um uso para área, evitando-se nova ocupação. Dentro desta necessidade, surgiu a proposta de criação do parque. A proposta inicial é de revegetação, plantio de indivíduos arbóreos, tratamento de margens e erosões, bem como implantação de equipamentos de esporte e lazer no entorno.¹⁰

As obras, de responsabilidade da SUDECAP, se iniciaram em 2016 e ainda não foram concluídas. Também as remoções, de responsabilidade da URBEL, continuam em andamento. Até 2022, 1.597 famílias foram cadastradas e 768, removidas. Dessas últimas, 667 famílias receberam indenizações, 21 estão no programa Bolsa Moradia aguardando a construção de novas unidades habitacionais, e 66 famílias foram reassentadas em moradias existentes.

A elaboração da proposta de 2014 aconteceu a partir de três oficinas com moradores do Baixo Onça para definir potencialidades, problemas e necessidades. As pautas emergenciais que constam nessa proposta são o esgotamento sanitário, as inundações e as ocupações nas margens do ribeirão. Entre as potencialidades elencadas estão a articulação dos moradores, a riqueza ambiental (matas e cachoeiras) e o próprio Onça em seu leito natural. Finalmente, as diretrizes firmadas são: construção de equipamentos educacionais, esportivos e de lazer; fortalecimento da agricultura urbana e da agroecologia; despoluição do ribeirão; e realocação, nas proximidades, das famílias em áreas de risco.¹¹ A partir da formulação dessa proposta, o parque ganhou centralidade na mobilização e nas ações referentes à melhoria ambiental no Baixo Onça articuladas pelo COMUPRA.

¹⁰ PBH, Parque do Onça, 2014, p. 4.

¹¹ Cf. *Ibidem*.

Em 2018, a proposta do parque foi reformulada em razão da falta de recursos públicos para as obras que haviam sido previstas em 2014 (sobretudo pelos muros de arrimo e contenções projetados). O COMUPRA então realizou, junto com a URBEL, oficinas com os moradores do Baixo Onça para a redefinição dos usos do parque. As mudanças foram feitas levando em conta as atividades que já estavam em cursos nas margens do Onça, desde 2016, como a ocupação e construção de um parquinho infantil e um pequeno campo de futebol, e a implementação da Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu. Outras demandas apresentadas durante as oficinas foram a implementação da Horta Comunitária Seu Geraldo, no Novo Aarão Reis, do ‘monumento do Onça’, no Loteamento Ribeiro de Abreu, e do mirante na Nascente Fundamental do Ribeirão Onça, no Conjunto Ribeiro de Abreu.

No contexto das discussões de 2018, o COMUPRA propôs a mudança do nome do parque para Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. Isso significou a consolidação da perspectiva do COMUPRA, enfatizando dois aspectos. O primeiro, é a reconstituição da mata ciliar das margens do Onça — *Devolver o espaço que já era do rio*, diz a liderança do COMUPRA, Malu. O segundo, inspirado pelos mutirões já organizados até aquele momento, é a ênfase no caráter comunitário e autogestionário do parque, entendendo-se que a tomada de decisões e a produção daquele espaço devem partir da comunidade do Baixo Onça.

Assim, mesmo o ribeirão estando canalizado num trecho, o restante que segue em leito natural vem sendo objeto de intervenções que articulam as demandas do COMUPRA e da população do Baixo Onça. Até agora, houve intervenções efetivas em quatro áreas, com remoção de ocupações: a Horta Comunitária Seu Geraldo, no Novo Aarão Reis; a Nascente Fundamental do Ribeirão Onça, no Conjunto Ribeiro de Abreu; a área denominada Areia Branca, no encontro do Córrego Izidora com o Onça; e o Espaço Vitrine, no Loteamento Ribeiro de Abreu.

Conectados pelas águas do Onça e de seus afluentes, os grupos e lideranças locais têm pautado a preservação da natureza nessa periferia. Mas, enquanto essa é uma causa comum, também há ambiguidades quanto à sua defesa, especialmente quando põe em questão a permanências das famílias que vivem na área do planejado parque. A questão socioambiental e de acesso à moradia aparecem em disputas e divergências. Do mesmo modo, suas trajetórias, no tempo e nas dinâmicas microlocais, apresentam distinções.



1 Ribeirão Onça antes da ETE-ONÇA

Ribeirão Onça no centro, à esquerda a mg-20 antes da duplicação, à direita o Conjunto Ribeiro de Abreu, ao fundo o bairro capitão Eduardo, 2004. Fonte: COMUPRA.



2 Obras de macrodrenagem no Ribeirão Onça

Obra de controle de vazão no Ribeirão Onça, na Estação São Gabriel, 06 de abril de 2022. A fonte nas imagens quando não indicado de outra maneira são de minha autoria.



3 Obras de macrodrenagem no Ribeirão Onça(a)

Fim do tamponamento do Ribeirão Onça na Estação São Gabriel, 11 de agosto de 2022.



4 Ribeirão Onça em curso natural

Ribeirão Onça no Loteamento Ribeiro de Abreu, foto tirada do Espaço Vitrine.

Baixo Onça: uma história compartilhada

O cotidiano vivido pelos moradores nas margens do Ribeirão Onça é de uma contínua relação com os diferentes mundos que povoam esse lugar. Os moradores partilham com a natureza, os animais, as plantas, as praias e as cachoeiras o território do Baixo Onça, em interações por vezes harmoniosas, por outras conflituosas, principalmente mediadas pelas dinâmicas das águas. Antes da ‘chegada’ da urbanização, a relação com ribeirão era de desfrute. Havia atividades de lazer, de recreação e de partilha com o Onça como parte da reprodução da vida dos habitantes de suas proximidades. Essa relação entre mundos humanos e não humanos foi reforçada inúmeras vezes nas entrevistas e conversas espontâneas que fiz no Ribeirão de Abreu. Contudo, o avanço da urbanização e a decorrente poluição das águas do ribeirão implicou perdas materiais e simbólicas. O lançamento do esgoto (não só por famílias ribeirinhas, mas também pela própria COPASA), o mau cheiro e as inundações entre os meses de novembro e fevereiro são os principais motivos de recusa e insatisfação com a condição de habitar às margens do Onça.

A discussão do COMUPRA e do DEIXEM está centrada na transformação do Ribeirão Onça, das águas que caem nele, de suas margens, das populações que habitam nas suas proximidades e seus espaços. Esse é um rio de um emaranhado de histórias sobre, sob e em torno dele, que nós, pesquisadores e habitantes dos centros, pouco conhecemos. Quando me aproximei do território e das famílias que contribuem com o COMUPRA e o DEIXEM, ouvi inúmeras histórias, memórias e experiências compartilhadas entre os moradores e de alguma maneira relacionadas ao Onça. As que apresento nesta dissertação são em sua maioria de moradores engajados na luta pela qualidade das águas do Onça e pela vida das famílias ribeirinhas do Ribeirão de Abreu.

Volto um pouco no tempo para tentar esclarecer os processos de produção e ocupação no Baixo Onça. Inicialmente, essa ocupação foi catalisada por fazendas e usos agrícolas, que deram origem a dois povoados: o chamado Povoado do Onça, que se instalou nas margens do ribeirão e se concentrou onde hoje é as divisas dos bairros Novo Aarão Reis, Vila São Gabriel e Vila Fazendinha; e o Povoado do Gorduras, junto ao córrego de mesmo nome, derivado da vegetação predominante naquele lugar, o capim-gordura.

Cléria, moradora da região, participante do COMUPRA, psicóloga e professora do ensino fundamental, me contou as histórias que correm acerca do nome ‘Ribeirão Onça’. Uma delas a associa às onças que viviam nas antigas fazendas; outra, à medida de peso usada sobretudo para metais preciosos e medicamentos; e uma terceira — que Cléria diz ser a mais cultivada no imaginário dos moradores — reza que havia um senhor da beira do rio que era bravo como onça.

Todo o território hoje ocupado pelos bairros Ribeiro de Abreu, Belmonte, Montes Claros, Capitão Eduardo, Paulo VI e Beija-Flor, bem como pelo Conjunto Paulo VI, pertenceram à fazenda Capitão Eduardo. Suas terras eram delimitadas a oeste pelo Ribeirão Onça, pela Fazenda Hugo Werneck e pelo Quilombo Mangueiras; a sudeste e a sul, por outras pequenas fazendas; e a norte e leste, pelo Rio da Velhas, na atual a divisa entre os municípios de Belo Horizonte e Santa Luzia.

Comecei a busca pelos dados da fazenda Capitão Eduardo na bibliografia disponível, mas também em leis e decretos que a mencionam, especialmente para entender a transferência de propriedade até o processo de ocupação pelos bairros listados, sobretudo o Ribeiro de Abreu. No decreto de 1972, que desapropria parte da fazenda, há referência a um dos registros de sua partilha. Assim, meu passo seguinte foi buscar esse registro de partilha no cartório de imóveis e, a partir dele, rastreei os demais. A fazenda pertenceu ao Coronel Antônio Ribeiro de Abreu, sua esposa Ambrosina de Castro Abreu e, posteriormente, a suas filhas e seus netos.¹² A sede da fazenda, nas margens do Onça, já existia antes da compra pelo coronel, no início do século XX (a sede é considerada o casarão mais antigo do município de Belo Horizonte).

A linha do tempo apresentada a seguir sintetiza o histórico da ocupação e urbanização na região, desde a década de 1950, indicando também eventos que a influenciaram diretamente.

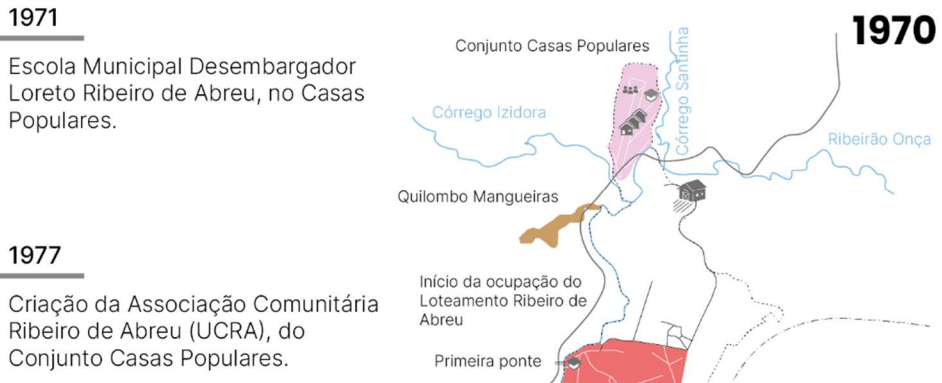
¹² Cf. APCBH, Histórias de bairros de Belo Horizonte, 20080

Linha do tempo

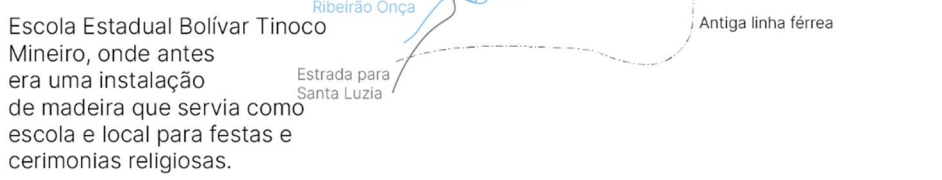
- Moradia rural
- Aglomerado histórico
- Aglomerado frágil
- Conjunto hab. de interesse social unifamiliar
- Conjunto hab. de interesse social multifamiliar
- Loteamento popular



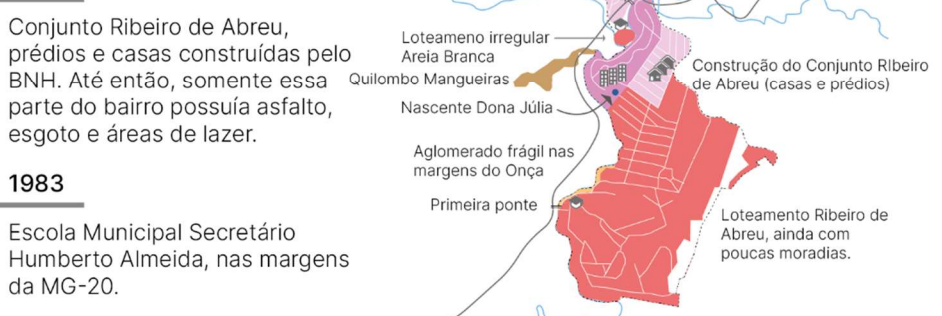
1900
Fazenda Capitão Eduardo e Quilombo Mangueiras



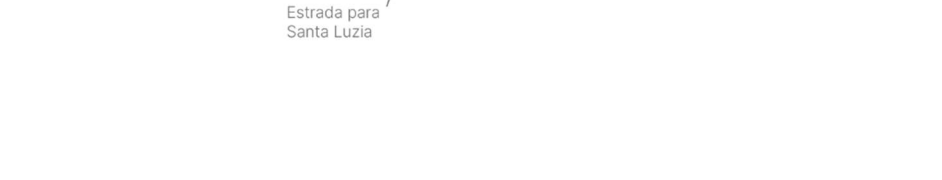
1950
Início da construção da Av. Cristiano Machado.



1953-55
Aprovação do Loteamento Ribeirão de Abreu



1968
Conjunto habitacional horizontal, Casas Populares construídas pelo BNH.



1971
Escola Municipal Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu, no Casas Populares.



1977
Criação da Associação Comunitária Ribeirão de Abreu (UCRA), do Conjunto Casas Populares.

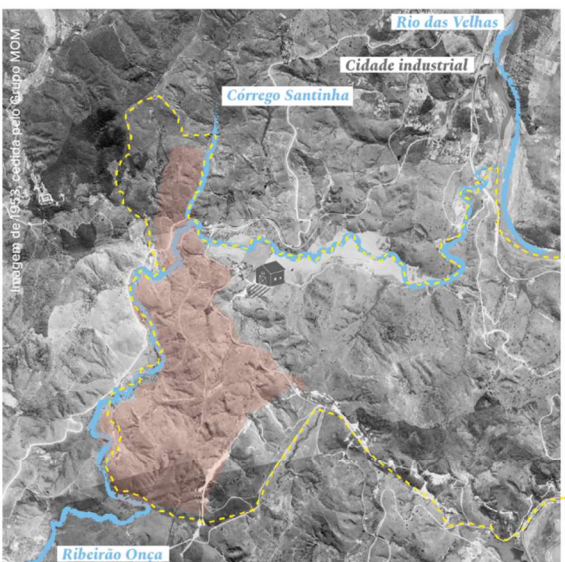
1979
Término da construção da Av. Cristiano Machado.

1982-84
Conjunto Ribeirão de Abreu, prédios e casas construídas pelo BNH. Até então, somente essa parte do bairro possuía asfalto, esgoto e áreas de lazer.

1983
Escola Municipal Secretário Humberto Almeida, nas margens da MG-20.

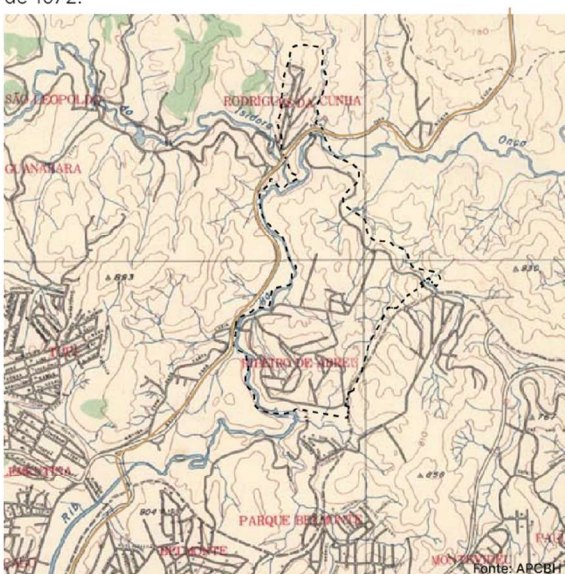
1983
Ocupação espontânea nas margens do Onça.

1950



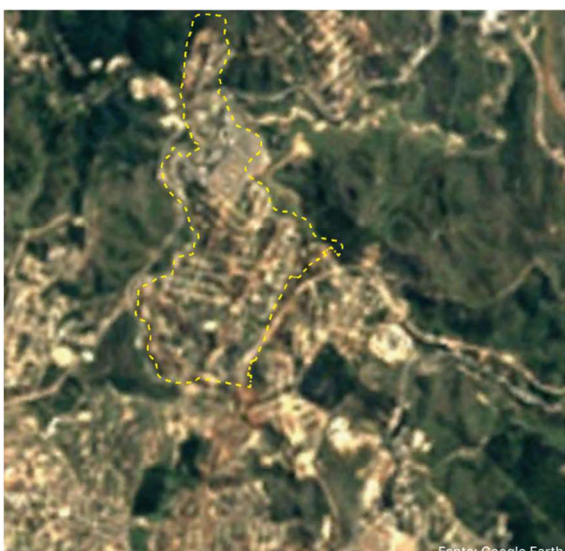
Delimitação aproximada da antiga Fazenda Capitão Eduardo (em Belo Horizonte). De acordo com os mapas de BH, essa era uma área rural do município, em 1953. Nesta data a fazenda já havia sido dividida entre Ambrosina e as filhas. Os limites da fazendas estão descritos no decreto nº 2302 de 1972.

1970



A partir do final da década de 1970 o Loteamento Ribeirão de Abreu começa a ser ocupado gradativamente. Fonte: APCBH

1980



Em 1984 é construído o Conjunto Ribeirão de Abreu, com 50 prédios e aproximadamente 180 moradias térreas unifamiliares. Segundo os relatos, o parcelamento até essa data continuava concentrado na porção sul, apenas com iluminação pública. Pela foto aérea dá para perceber a abertura de ruas. Fonte: Google Earth.

1991

Inauguração Minas Shopping.

Loteamento associativo do Novo Araão Reis.

Mutirões para a construção do centro de saúde no Loteamento

2001

Aprovação no Orçamento Participativo da Escola Municipal Professor Paulo Freire.

Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu (COMUPRA) voltado para as questões relacionadas a melhoria econômica, social e ambiental no Baixo Onça, na Rua Remi Pereira Lopes, no Loteamento Ribeiro de Abreu.

2002

Inauguração Estação São Gabriel do metrô.

2004

Início da Ocupação Novo Lajedo.

2006

Transferência da sede do COMUPRA para a antiga fazenda Antônio Ribeiro de Abreu.

2007

Formação do movimento Deixem o Onça Beber Água Limpa (DEIXEM).

2008

1º evento do DEIXEM.

2009

Duplicação da MG-20.

2014

Proposta do Parque Linear do Ribeirão Onça.

2016

Remoções na rua Antônio Ribeiro de Abreu e construção da área do parquinho, no Espaço Vitrine.

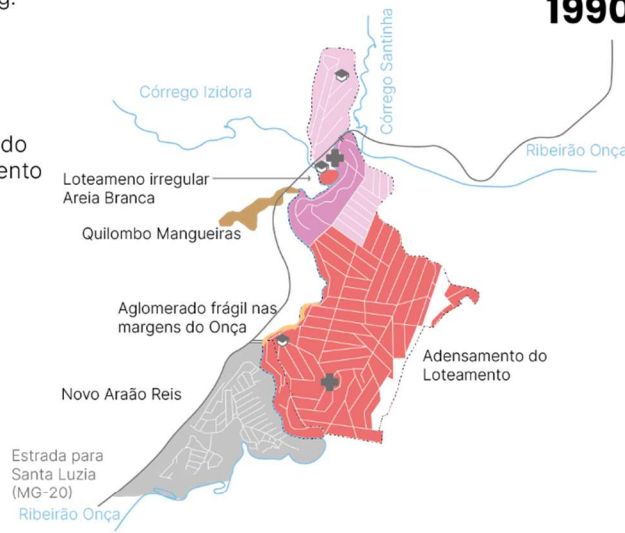
2018

Criação da Horta Comunitária Ribeiro de Abreu.

2020

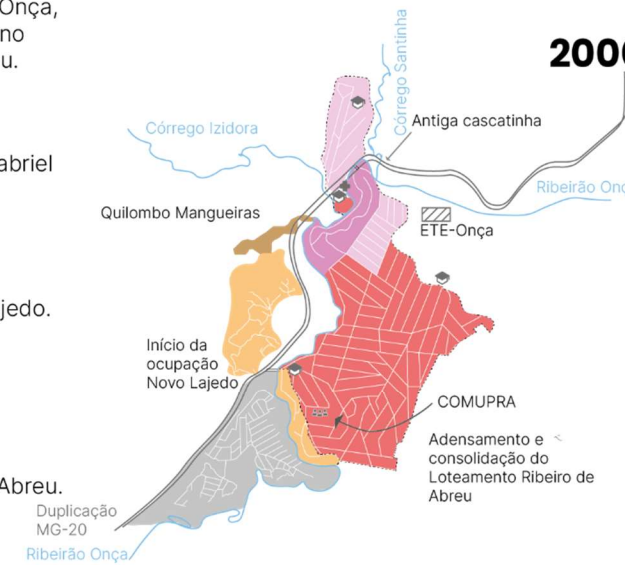
Criação do CSA (Comunidade Solidária em Agroecologia) para a entrega de cestas com alimentos das hortas do COMUPRA.

1990



Na década de 1990 esses locais passam a receber obras de infraestrutura por meio do Orçamento Participativo. O Loteamento Ribeiro de Abreu continua a receber moradores e com a eleição de Patrus Ananias em 1993 passa a ser periodicamente regularizado, finalizando no ano de 2004.

2000



Em 2001 surge o COMUPRA e em 2004, inicia a ocupação Novo Lajedo, área que para os moradores da região pertencia ao Quilombo Mangueiras. Em 2009, há a duplicação da MG-20, impactando no acesso dos moradores do Casas Populares e demolindo a 'cascatinha' do Córrego Santinha. No Loteamento Ribeiro de Abreu, algumas ruas ainda continuam sem pavimentação e a última área na porção sudeste começa a ser parcelada a partir do ano de 2008.

2010



A partir de 2010, inicia as ocupações da Izidora, impactando na qualidade da água do Córrego Santinha e Izidora. Há o adensamento da ocupação Novo Lajedo na direção do Quilombo Mangueiras. Em 2014, o projeto do Parque, em 2016 são removidas famílias no Loteamento Ribeiro de Abreu, área que é reocupada com parquinho e agrofloresta e no mesmo ano o COMUPRA muda para a sede da fazenda. Em 2022, essa área nas margens do Onça é nomeada de Espaço Vitrine.

O registro mais antigo da fazenda parece ser um documento de 1871, que autoriza o seu desligamento da jurisdição de Sabará e seu atrelamento à freguesia de Santa Luzia.¹³ No início do século XX, a fazenda foi adquirida pelo Coronel Antônio Ribeiro de Abreu, um comerciante e político que integrou a Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC), entre 1894 e 1897.¹⁴ Ele comprou a fazenda já com o casarão que constitui sua sede. A data de construção desse casarão é incerta, mas ele é considerado o mais antigo do município de Belo Horizonte. Depois da morte do coronel, em 1940, a fazenda passou à propriedade de sua esposa Ambrosina de Castro Abreu e suas filhas, e, posteriormente, à de seus netos.¹⁵ Segundo Alessandro Borsagli, o último morador da sede, até final dos anos 1990, foi o neto André Gustavo Pereira Pinto.¹⁶

Na pesquisa junto aos cartórios de registros de imóveis, constatei que o parcelamento do bairro Ribeiro de Abreu foi feito entre 1953 e 1955. No entanto, sua ocupação se deu com maior intensidade apenas na década de 1980. Até então, conservou características rurais, com uma ocupação dispersa de pequenos sítios e chácaras. A antiga estrada para Santa Luzia e a construção de conjuntos habitacionais na região foram os principais vetores da ocupação na direção do Ribeirão Onça.

As fazendas da região do Ribeiro de Abreu, de maneira geral, forneciam suprimentos à cidade de Belo Horizonte, tais como madeira, alimentos, pedras, tijolos etc. Quanto à fazenda Capitão Eduardo, especificamente, o primeiro registro oficial de suas atividades data de 14 de novembro de 1950 (lei nº 645), quando já estava na posse de Ambrosina de Castro. Consta que suas terras foram alugadas como pastagens para o Estado de Minas Gerais.

Art. 1º Fica aberto à Secretaria da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho o crédito especial de Cr\$120.000,00 (cento e vinte mil cruzeiros), para pagamento a Dona Ambrosina de Castro Abreu, proveniente de aluguel de pastos durante o corrente ano.

Não consegui levantar a área total exata da fazenda, pois parte dela foi registrada em cartórios de Santa Luzia. Porém, no formal de partilha de Antônio Ribeiro de Abreu, de 1943, no qual foi transferida metade da propriedade para Ambrosina e o restante para as filhas, consta uma área de 460

¹³ Cf. BORSAGLI, Arraial de Bello Horizonte, 2019.

¹⁴ O coronel foi presidente da Associação Comercial de Minas (1928-29), Sociedade Mineira de Agricultura e da Associação Mineira dos Proprietários, fundou o Banco dos Proprietários e a primeira fábrica de tecidos no Bairro da Cachoeirinha, além de ter participado da criação do Centro de Atacadistas de Cereais.

¹⁵ Cf. APCBH, Histórias de bairros de Belo Horizonte, 2008

¹⁶ BORSAGLI, Arraial de Bello Horizonte, 2019.

alqueires,¹⁷ incluindo a casa de moradia, moinhos, currais e entre outros equipamentos, detalhadamente descritos no documento.

[A Fazenda Capitão Eduardo é composta] de terras de cultura, cerrado e campo e tendo mais dois alqueires, mais ou menos, em mato, servida pela estação do mesmo nome da Estrada de Ferro Central do Brasil, no Município de Santa Luzia, deste Estado, [...] tendo uma grande parte de terreno inundável e benfeitorias: - Casa de moradia. Sede da Fazenda de construção antiga, coberta de telhas, com alpendre, com nove cômodos, sendo 4 forrados e assoalhados e cinco atijolados e cozinha, barracão coberto de telhas, com cinco cômodos; uma casa coberta de telhas; um cômodo; uma casa coberta de telhas com três cômodos, servindo para despejo, Engenho de cana, não funcionando, constante de coberta, moendas e alguns cochos, etc.; dois moinhos de fubá funcionando; um paiol; um galinheiro, seva coberta de telhas para engorda de porcos; uma coberta para carros, tudo coberto de telhas; Turbina, dínamos e transmissão de luz, com a respectiva casa, coberta de telhas, quatro currais cercados de régua e taipa; aguada; duas pequenas casas próximas à Estrada de Ferro, ambas cobertas de telhas, uma com três e outra com cinco cômodos térreos; um carro de bois, com três juntas; um carroção e três cavalos velhos, tudo por Cr\$530.000,00.¹⁸

Em 1953, a sede da fazenda já tinha deixado de ser a moradia da família. Ambrosina se mudou para um apartamento no centro de Belo Horizonte e lá permaneceu até seu falecimento, em 1958. A sede passou, então, a ser uma casa de passeio e férias.

No decreto nº 35.552, de 24 de maio de 1954, consta a primeira desapropriação de áreas da fazenda, em função de uma ampliação da Estrada de Ferro Central do Brasil, que, diga-se de passagem, nunca foi construída. Tratava-se de uma variante (um desvio) e da estação ferroviária Capitão Eduardo, que ficaria bem ao lado da sede da fazenda. Mas, mesmo nesse decreto, o perímetro e os limites originais da fazenda são incertos, sendo mencionada apenas a área de desapropriação.

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, para efeito de desapropriação pela Estrada de Ferro Central do Brasil área de terreno com 86.242.304,4470 m² [...] representada na planta que com pl baixa, devidamente rubricada, pertencente à Fazenda de Capitão Eduardo, de propriedade da Senhora Ambrosina de Castro Abreu, necessária à construção da variante de General Carneiro à Ponte de Bicas, no Estado de Minas Gerais.

¹⁷ Em metros quadrados a área correspondente é: 22.264.000 m² (vinte e dois milhões, duzentos e sessenta e quatro mil metros quadrados).

¹⁸ O formal de partilha está documentado no 'livro 3-Y, fls. 26 e reg. 23.565' do 3º Ofício de Registro de Imóveis de Belo Horizonte.

Nessa mesma década, Belo Horizonte passava por um ciclo de modernização do setor industrial e de espraiamento da cidade. As áreas privilegiadas foram o vetor oeste-sudoeste (Barreiro), o vetor norte (Venda Nova) e a Pampulha, depois da construção da Avenida Antônio Carlos. O investimento no setor industrial aumentou paulatinamente, concentrando-se também no município de Contagem (Cidade Industrial). No mesmo contexto, houve altas taxas de crescimento populacional com a vinda de migrantes para Belo Horizonte. Como constata Heloísa Costa, “a expansão econômica dos anos [19]50 é também uma expansão sem precedentes do espaço urbano de Belo Horizonte, principalmente através da produção de loteamentos”.¹⁹ Loteamentos populares — geralmente clandestinos — transformavam áreas antes tidas como sub-urbanas ou rurais em espaços lucrativos para o capital imobiliário e favoráveis ao capital industrial. No mesmo período, iniciou-se também a construção da Avenida Cristiano Machado, principal ligação do centro da cidade com a região nordeste e o Baixo Onça, concluída no fim da década de 1970.²⁰

João Mingau, morador do Conjunto Ribeiro de Abreu, conheceu os ribeirões Pampulha e Onça ainda com águas limpas. Ele morava onde hoje é o bairro Primeiro de Maio, próximo à lagoa e ao aeroporto da Pampulha, numa região conhecida como Favela do Primeiro de Maio. Na década de 1950, quando tinha por volta de dez anos, João ia até o Onça para nadar e pescar dourado. Ele me contou também que naquela época havia nas margens do ribeirão um monjolo de uso coletivo, onde viu muita gente socando milho.

A fala de João é carregada de saudade e nostalgia de um tempo que foi atropelado pela urbanização. E João não está sozinho. Histórias como a dele foram recorrentes nas conversas que tive com outros moradores, que me falavam de seu convívio estreito com o Onça: nele nadavam, pescavam, lavavam roupas, tomavam banho e brincavam, até o período em que a poluição começou a dar sinais. Para alguns dos moradores que apenas tiveram contato com o Onça já poluído, essas memórias alimentam a vontade de um dia vê-lo limpo novamente.

O cenário que se configurou a partir da década de 1970 foi de expansão da mancha urbana por meio de loteamentos populares, cuja produção se intensificava continuamente, correspondendo à demanda de acesso à terra das camadas populares. Os bairros São Gabriel e Belmonte, por exemplo, seguiram essa lógica. Como sintetiza Heloísa Costa, a expansão do espaço urbano na RMBH apresentou três tipos de produtos imobiliários: os condomínios distantes do centro urbano e fechados; os lotes próximos às áreas valorizadas; e os loteamentos populares afastados do centro urbano e de baixa qualidade construtiva, que proliferaram a partir de meados dos anos 1970.²¹

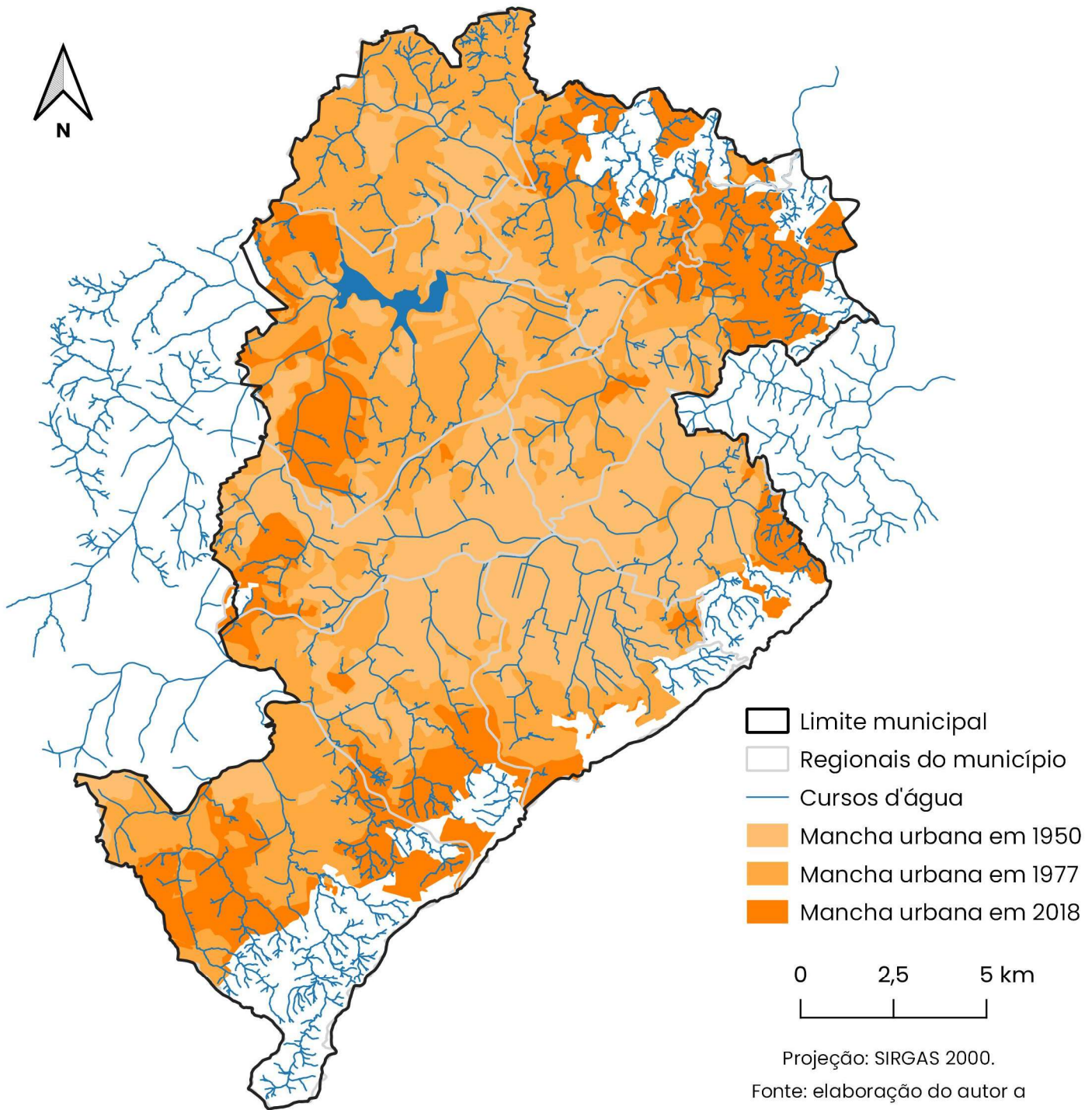
¹⁹ COSTA, Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte, 1994, p. 57.

²⁰ Cf. APCBH, *Histórias de bairros de Belo Horizonte*, 2008

²¹ COSTA, Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte, 1994, p. 62-63.

Belo Horizonte

Localização do município e regionais municipais



Ao contrário das favelas e invasões — que podem ser consideradas como uma estratégia de “solução” da questão habitacional, através da ocupação intensiva de espaços de certa forma preteridos em algum momento do processo de expansão da cidade —, as chamadas periferias são fruto de uma ação claramente orquestrada por parte de uma fração específica do capital imobiliário, que, num determinado momento, vislumbra as condições favoráveis para um produto específico: o lote popular.²²

Como em muitas outras cidades do Brasil, os lotes nesses parcelamentos de Belo Horizonte eram relativamente baratos e, ainda assim, lucrativos para seus empreendedores porque os custos de produção eram mínimos; “o preço a ser cobrado pelo lote determina não só o processo de produção como também a qualidade final do produto”.²³

Nesse processo, a paisagem da sub-bacia do Baixo Onça se transformou. O loteamento Ribeiro de Abreu, produzido ainda na década de 1950, havia ficado relativamente desocupado até então. Em 1968, foi construído o Conjunto Casas Populares, pelo BNH, mas a região ainda continuava pouco ocupada. O cenário só mudou paulatinamente ao longo da década de 1970. Foi então, também, que surgiu a primeira organização local oficial: a União Comunitária Ribeiro de Abreu (UCRA).

No início da mesma década, a fazenda Capitão Eduardo sofreu uma nova desapropriação pela PBH, numa área ainda mais remota, destinada à instalação de um “aterro sanitário, para o depósito e industrialização de lixo, podendo também, no todo ou em parte, destinar-se a outro uso de interesse público”.²⁴ A desapropriação foi feita mediante um acordo judicial com as herdeiras do coronel e de Ambrosina. O respectivo decreto (nº 2302 de 18 de dezembro de 1972) estabelecia a desapropriação de duas áreas não contíguas, somando cerca de 2,6 quilômetros quadrados, correspondentes aos atuais conjuntos Capitão Eduardo e Paulo VI, bairros Capitão Eduardo e Montes Claros, e à ETE-ONÇA.

A destinação de uso das áreas desapropriadas foi feita por meio de outro decreto (nº 2764, de 17 de março de 1975), em que a PBH autorizou a cessão de uso de terreno para a Superintendência de Limpeza Urbana, a fim de cumprir as determinações do decreto anterior. Nesse novo decreto foram incluídos usos possíveis para a área destinada inicialmente ao aterro sanitário.

Art. 3º A Superintendência de Limpeza Urbana terá direito de uso da parte que for necessário para a implantação do aterro sanitário na área localizada no lugar denominado Fazenda

²² Ibidem, p. 64.

²³ Ibidem, p. 64.

²⁴ DECRETO Nº 2302, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1972.

Capitão Eduardo, sendo que a parte restante, embora sob sua responsabilidade, será franqueada ao uso público, para atividades esportivas, a serem oportunamente, estabelecidas.

Já no início da década de 1980, a construção do Conjunto Ribeiro de Abreu, também pelo BNH, foi um marco na ocupação do Baixo Onça. Assim como o Conjunto Casas Populares, ele foi implantado numa área que originalmente fazia parte do loteamento Ribeiro de Abreu. Porém, à diferença daquele conjunto de 1968, ele de fato impeliu a ocupação e valorização — senão econômica, certamente simbólica — do restante do loteamento e de toda a região. O novo conjunto era visto como sinal de modernidade e desenvolvimento.

Voltando à proposta de construção do aterro sanitário, até o final da década de 1980 ela não havia se concretizado. Assim, a PBH recorreu à prerrogativa de uso público desses terrenos para a implantação de loteamentos populares. Com isso, respondia à pressão de movimentos de luta por moradia, cuja atuação marcou profundamente esse período em Belo Horizonte e que pertenciam a um contexto de efervescência dos movimentos populares em todo o Brasil.

Surgiu nesse cenário, para além do capital imobiliário, outro tipo de agente na produção do espaço urbano: os loteadores associativos, isto é, associações de pessoas sem casa que se uniam para adquirir áreas rurais — mediante pagamento direto aos proprietários ou por negociações com as prefeituras —, parcelar essas áreas e então lutar por sua inclusão no perímetro urbano e pela respectiva infraestrutura. Como descrevem Kapp et al., esses loteadores associativos tiveram “duas peculiaridades: a busca do valor de uso da moradia e da cidade, em vez de lucro ou renda fundiária; e experiências de gestão independentes do capital privado e do Estado”.²⁵

No Baixo Onça, semelhante organização e mobilização deu origem aos loteamentos Capitão Eduardo e Paulo VI, nas áreas desapropriadas da Fazenda Capitão Eduardo. Atuaram na implantação desses loteamentos a Federação de Associações de Moradores de Bairros, Vilas e Favelas de Belo Horizonte (FAMOBH), “que tinha como estratégia unificar as lutas e reivindicações urbanas e ocupar áreas públicas ociosas”, e a Associação dos Moradores de Aluguel de Belo Horizonte (AMABEL).²⁶ Essa última foi fundada pelo padre Piggì, uma referência comunitária no Baixo Onça, que organizou centenas de famílias na luta por moradia nesse e em outros assentamentos da RMBH.²⁷ Foi também a AMABEL que, no início da década de 1990, produziu o loteamento Novo Aarão Reis, numa área às margens do Onça que pertencia ao Estado de Minas Gerais.

²⁵ KAPP et. al, *Loteadores associativos*, [2014] 2021, p. 229.

²⁶ SOUSA, *O movimento de luta por moradia do bairro Capitão Eduardo*, 2006, p. 48.

²⁷ Além da FAMOBH e AMABEL, foram criadas a Central Metropolitana dos Sem-Casa (CEMCASA), também pelo Pe. Piggì, a Federação das Associações Comunitárias das Vilas, Favelas e Conjuntos Populares de Belo Horizonte e Região Metropolitana (FAVIFACO) e a União dos Trabalhadores de Periferia (UTP).

Portanto, as décadas de 1980 e 1990 foram de transformação nas dinâmicas locais do Baixo Onça. Antes, a ocupação não havia chegado até as bordas da cidade, e as dinâmicas locais se caracterizavam por áreas rurais e ocupação dispersa. Depois, houve adensamento populacional e instalação de equipamentos públicos e privados, bem como de infraestrutura urbana. Esse também foi o período em que as águas do Onça começaram a apresentar sinais visíveis de poluição.

As eleições municipais de 1992 deram vitória à Frente BH Popular e ao prefeito Patrus Ananias (1993–1996), de gestão mais democrática e progressista do que todas as anteriores. Houve uma reformulação da política habitacional com a participação dos movimentos populares. No entanto, as associações de sem casa que atuavam como loteadores “perde[ra]m o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte e começa[ra]m a agir de maneira bem menos organizada do que na fase anterior”.²⁸ Assim, a mudança na gestão de Belo Horizonte resultou no deslocamento da produção de loteamentos associativos para outros municípios da RMBH.

Quanto ao loteamento Ribeiro de Abreu, ele foi um caso típico de loteamento realizado pelo capital imobiliário, sem infraestrutura nem equipamentos urbanos. Suas precariedades levaram à formação de redes de solidariedade e ajuda entre vizinhos. Havia, por exemplo, ‘gatos’ de energia elétrica entre casas que tinham acesso à rede e aquelas que não tinham. No entanto, a principal causa de organização e mobilização locais foi a reivindicação de infraestrutura e equipamentos públicos, impulsionada pela criação do Orçamentos Participativo, em 1994, no governo da Frente BH Popular. Nesse contexto, surgiram no Loteamento Ribeiro de Abreu organizações mais permanentes de moradores, especialmente o Conselho Comunitário Unidos pelo Ribeiro de Abreu ou COMUPRA, formalizado em 2001.

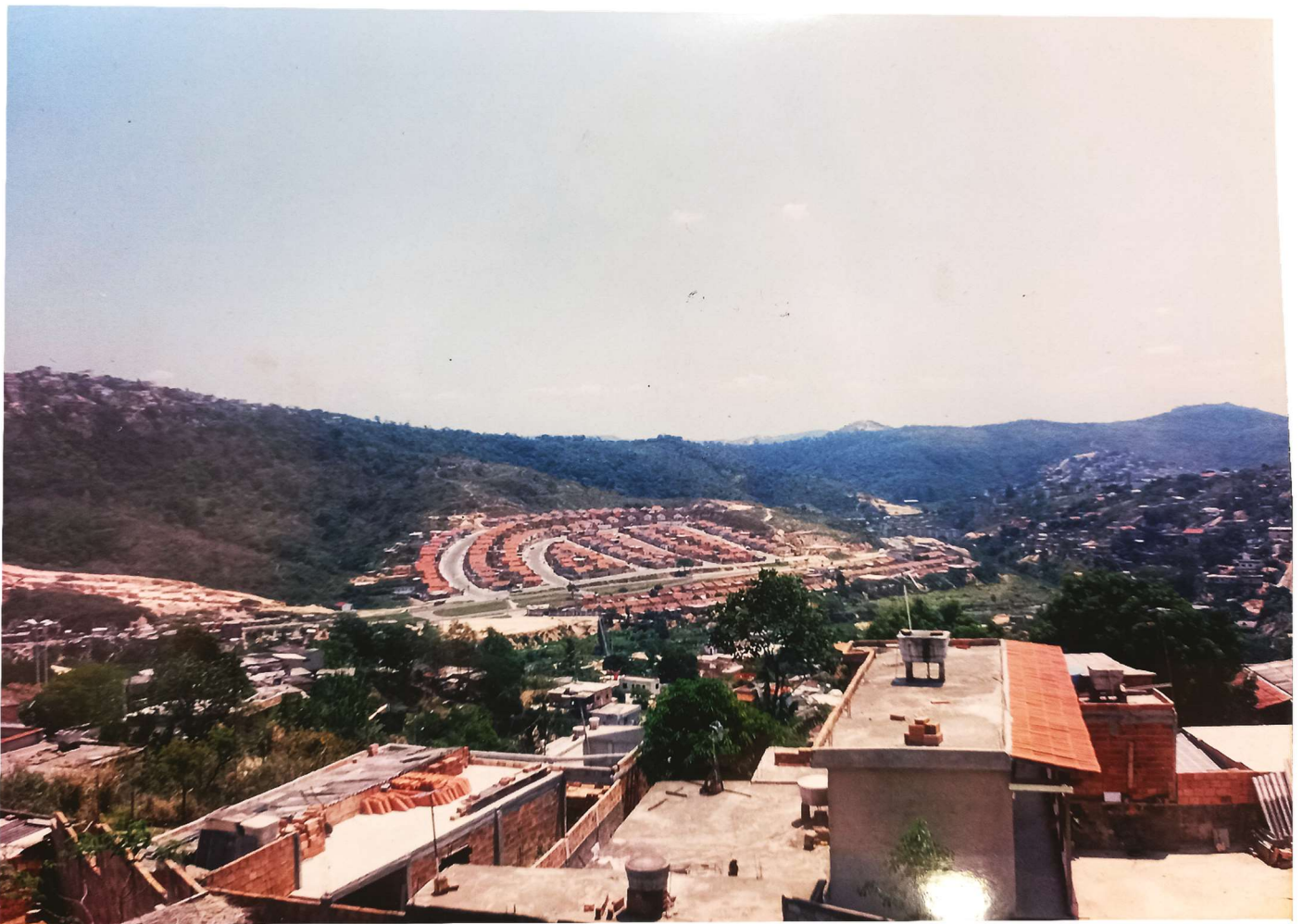
Num primeiro momento, as pautas centrais dessas organizações locais foram a drenagem e o asfaltamento das ruas, equipamentos de educação e saúde, e a melhoria do transporte público. Embora as conquistas via Orçamento Participativo tenham sido modestas em face da extensão do bairro, foram significativas para consolidar as alianças entre os moradores do Baixo Onça. Considero até que foram imprescindíveis para que, posteriormente, esses mesmos grupos pautassem questões socioambientais, como a instalação de redes de esgoto, a despoluição do Onça e a reconstituição da mata ciliar, que culminaram na criação do movimento DEIXEM.

²⁸ KAPP et al, Loteadores associativos, [2014] 2021, p. 235.



5 Antiga sede do COMUPRA

Sede do COMUPRA em 2004, na rua Remi Pereira Lopes, no Loteamento Ribeiro de Abreu. Fonte: COMUPRA.



6 Início da ocupação Novo Lajedo

À esquerda o início da ocupação Novo Lajedo e no centro o Conjunto CBTU, 2002. Fonte: COMUPRA.

A década de 2000 foi marcada pela ocupação espontânea das áreas ainda livres na região e pela construção da ETE-ONÇA. Os loteamentos mais ou menos clandestinos, feitos por pequenos capitais imobiliários, não cessaram por completo. Exemplifica-o o bairro Montes Claros, loteado nesse período. Contudo, as ocupações espontâneas (ou aglomerados, nos termos da tipologia acima delineada) foram mais expressivas. A principal delas, chamada Novo Lajedo, foi iniciada em 2002, numa área ao lado do Quilombo Mangueiras. Conta com 3.500 famílias vindas de outras partes de Belo Horizonte e da RMBH, mas também do próprio Conjunto Ribeiro de Abreu.²⁹

Quanto à ETE-ONÇA, tratou-se de um empreendimento da COPASA, executado em duas etapas, em 2006 e 2009. Como já dito, a área onde foi implantada fazia parte da Fazenda Capitão Eduardo, incluindo a sua sede, mas os acordos por trás da aquisição pela COPASA são nebulosos. Durante as duas etapas, a sede da fazenda serviu de escritório para os trabalhadores da construção da ETE.

Após sua finalização, o casarão e a área contígua ficaram sem uso até 2016, quando a COPASA firmou com o COMUPRA um termo de concessão de uso de vinte anos (até então, as atividades do COMUPRA eram realizadas numa garagem cedida por um dos moradores do loteamento Ribeiro de Abreu). O termo garante ao COMUPRA a gestão e o uso comunitário do espaço para realização de atividades com moradores da região. Hoje configura um espaço de experimentação, aberto a moradores e colaboradores, abrigando as reuniões do COMUPRA e do DEIXEM, atividades como oficinas de educação ambiental e práticas comunitárias de cultivo e criação de animais.

O COMUPRA é uma organização não governamental integrada por moradores do Conjunto e do Loteamento Ribeiro de Abreu, que tem como lema ‘viver com o rio vivendo’. Ele procura articular a questão socioambiental com as demandas de moradia, o direito à cidade e o direito à natureza. A já mencionada liderança Cléria expressa essas motivações:

A gente aqui, COMUPRA, que é esse conselho comunitário, que é tanta coisa, mas que foi criado, principalmente, para pensar numa vida comunitária com o ambiente, impulsionado por um rio que foi invadido, violado... Ele foi estuprado, é feio isso, mas o rio foi estuprado.

O principal objetivo do COMUPRA é a recuperação do Onça e de suas margens: despoluição, remoção das moradias nas áreas inundações e implementação do parque. Com esse objetivo, conseguiu agregar instâncias como os comitês de bacias, órgãos municipais e grupos de moradores.

²⁹ NASCIMENTO; LIBÂNIO, *Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, 2016, p. 23.



7 Atual sede do COMUPRA

No primeiro plano, covas onde estão plantadas pitaias, ao fundo a varanda do casarão e ao lado sombrite de proteção dos plantios na 'horta da cozinha'.

Em 2007, o COMUPRA organizou uma atividade nas margens do Onça para a conscientização da população local acerca da importância do ribeirão para a região e a cidade. Itamar me contou que, durante essa atividade, um morador comentou o despejo do esgoto sanitário diretamente no ribeirão com a frase *Deixem o Onça beber água limpa!*. Assim, surgiu o movimento DEIXEM, concentrado na mobilização moradores do Baixo Onça e da cidade, e em pressionar a PBH pela reversão da degradação ambiental do Onça e de seus afluentes. O movimento é, por assim, um braço do COMUPRA, que capilariza a participação e o engajamento de agentes como escolas e outros parceiros potenciais.

Desde 2008, o DEIXEM realiza eventos anuais em diferentes pontos das margens do Onça.³⁰ Inicialmente, esses eventos consistiram em pequenas atividades de mobilização no Ribeiro de Abreu, como rodas de conversas e passeios às margens do ribeirão. Em 2012, COMUPRA e DEIXEM fizeram uma parceria com o Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas (CBH-RIO DAS VELHAS) para a realização desse evento, que contou com shows musicais, exibição de vídeos, biblioteca na rua e exposições. A partir de então, COMUPRA e DEIXEM organizam os eventos de forma itinerante, isto é, a cada ano acontecem em um local diferente na área do Baixo Onça, sempre com um tema específico. Os temas dos eventos realizados entre os anos de 2012 e 2021, assim como os locais de realização, estão sintetizados no quadro a seguir.

Ano	Nº do evento	Tema	Local
2012	4º	Todos juntos pela requalificação socioambiental da bacia do Ribeirão Onça	CBTU
2013	5º	Vamos à praia?	Areia branca
2014	6º	Nosso esgoto: para onde vai?	Monte Azul
2015	7º	Nosso parque: que parque queremos?	Belmonte
2016	8º	Moradia digna com qualidade ambiental e água limpa	COMUPRA
2017	9º	Água limpa nos rios: direito humano	Ribeiro de Abreu
2018	10º	Eu ajudo a melhorar o mundo, comecei pelo Onça	Guarani
2019	11º	Viver com o rio vivendo!	Novo Aarão Reis
2020	12º	Sanear é preciso, porque viver é preciso	Online
2021	13º	Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça	Online

Quadro 2

Temas dos eventos do DEIXEM. Elaboração do autor.

O evento acontece sempre no segundo sábado do mês de junho, uma decisão conjunta com os professores da Escola Municipal Humberto Almeida e da Escola Municipal Herbert José de Souza. As escolas têm uma atuação importante de articulação entre as pautas socioambientais e raciais no Baixo Onça. Sônia, professora da Escola Municipal Humberto Almeida cita o papel da escola com os alunos no processo de aprendizado sobre o território. Lá são realizadas oficinas com a temática

³⁰ Devido a pandemia da COVID-19, os 12º e 13º eventos foram realizados de forma online.

ambiental, visitas pelo território do Baixo Onça como no Espaço Vitrine e na Nascente Fundamental do Ribeirão Onça.

O papel nosso [como comunidade escolar] é conhecer, ver as demandas, trabalhar isso e obviamente desconstruir estereótipos, preconceitos e combater o racismo. Esse é o objetivo principal da gente. Então por isso que a gente é parceiro e está no Deixem o Onça Beber Água Limpa. (Sônia)

A atuação de Sônia também passa por articular dentro da escola e do DEIXEM as pautas da despoluição do Onça junto às práticas ancestrais no Quilombo Mangueiras.

A gente já tem no nosso projeto político-pedagógico dois projetos extremamente importantes, que relaciona com a história da comunidade, que é a questão ambiental e racial. [O quilombo] é um território de aprendizagem para gente. Aliás o Baixo Onça inteiro um território de aprendizagem (Sônia).

Em 2021, COMUPRA e DEIXEM formularam a *Meta 2025: nadar, pescar e brincar no Ribeirão Onça*, que deu nome ao primeiro evento de que participei (como mencionado acima). Seu o principal objetivo é o de pressionar o poder público. Os cinco pontos da Meta 2025 são:

- a) Implementação do ‘Plano de Realocização de Famílias e Negócios’ inseridos nas manchas de inundação do Ribeirão Onça;
- b) Implantação do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça em trecho de 5,2km de onde as famílias serão removidas;
- c) 100% de interceptação e tratamento de esgoto da bacia hidrográfica do Onça, recuperação das margens e proteção das nascentes;
- d) Municipalização da MG-20;
- e) Construção do novo acesso ao Ribeiro de Abreu e região, para melhorar o trânsito entre os bairros circundados pelo Ribeirão Onça.³¹

A remoção das famílias (PONTO A), estabelecida pela SUDECAP, subsidia a liberação de áreas das margens e, conseqüentemente, a implantação do parque (PONTO B). Contudo a Meta 2025 envolve mais do que ações da PBH. A interceptação e o tratamento de esgotos (PONTO C), que seria de responsabilidade da COPASA, é um dos principais entraves para alcance da Meta. Outro é municipalização da rodovia MG-20 (PONTO D), que envolve instâncias estaduais. Como rodovia estadual, ela

³¹ Informações disponibilizadas pelo COMUPRA.

segue parâmetros incompatíveis com as necessidades de acessos aos bairros, iluminação, semáforos e travessias (PONTO E) de uma área residencial.

O processo de remoção das famílias ribeirinhas (no Areia Branca, no Novo Aarão Reis e no Loteamento Ribeiro de Abreu) para a implantação do Parque Ciliar motivou o tema do mais recente evento do movimento, em 2022 (dessa vez realizado de forma híbrida, à diferença dos de 2020 e 2021, realizados apenas on-line). O tema surgiu em uma reunião do COMUPRA, com o intuito de resgatar as memórias, histórias e vivências dos moradores que foram removidos ou estão em processo de remoção. Foi batizado: *Famílias ribeirinhas... Ribeirão*. Nas atividades on-line foi reforçada a Meta 2025 e foram apresentadas as ações de ocupação da área do parque e os relatos de moradores do Novo Aarão Reis, do Areia Branca e do Quilombo Mangueiras. Já entre as atividades presenciais, houve apresentações de música, de dança, poesia e brincadeiras com as crianças, pela manhã, e, à noite o III Arraial do Onça, realizado no chamado Espaço Vitrine. Tudo isso para retomar e potencializar a ocupação do local pelos moradores e celebrar e mobilizar a luta da população do Baixo Onça. A preparação para o evento se deu por frentes de trabalho, que organizaram tanto o seminário on-line, quanto as atividades presenciais. Estavam presentes nas barracas o CBH-VELHAS, URBEL, Manuelzão, COPASA, centros de saúde do Ribeiro de Abreu e as escolas.

Vale resumir que a trajetória da região e a luta histórica por direitos que dela faz parte integram a construção coletiva de um imaginário de mobilização, que inspira novas ações e a vontade de transformar a vizinhança, o bairro e a região. A luta pelas águas, pela natureza e pelos mundos que habitam o Baixo Onça está apoiada em memórias de interações cotidianas com esses mundos que não pertencem ao repertório da urbanização ‘moderna’. Ao mesmo tempo, não se trata de uma perspectiva única ou homogênea. Nos próximos itens, busco rastrear as particularidades dos principais tipos espaciais no bairro Ribeiro de Abreu, mapeando suas diferenças.

Loteamento Ribeiro de Abreu

O loteamento Ribeiro de Abreu é margeado à oeste pelo Ribeirão Onça e faz divisa com o aglomerado frágil Beira-Linha (a leste), o loteamento Belmonte (a sudeste), o Conjunto Ribeiro de Abreu (a noroeste) e o mais recente loteamento Montes Claros (a nordeste). Hoje, é um bairro de aproximadamente onze mil moradores e três mil e oitocentos domicílios, com a maioria das ruas asfaltada, de alta declividade e traçado predominantemente regular. Para chegar ‘ao Ribeiro’ — como o chamam os moradores e como o refiro daqui em diante —, passa-se pela rodovia MG-20 (rumo a Santa Luzia), de onde se avista toda a paisagem característica do Baixo Onça.

A porção mais consolidada do loteamento está localizada logo após a ‘primeira ponte’ ou ‘ponte do Ribeiro’. Ela constitui a principal centralidade do loteamento (e do bairro), nas ruas Antônio Ribeiro de Abreu, Frei Luiz de Ravena e Dona Ambrosina. Ali estão a Escola Bolívar Tinoco Mineiro (a mais antiga do loteamento), padarias, lanchonetes, lojas de construção, farmácias, hortifrutis, oficinas mecânicas, dentre outros comércios e serviços, todos de pequeno porte. Os lotes apresentam alta taxa de ocupação, com moradias nos fundos ou no segundo pavimento de estabelecimentos comerciais. Ali também está a parte do Parque Ciliar que, em 2022, foi batizada ‘Espaço Vitrine’. Trata-se de uma espécie de piloto da recuperação almejada, onde a remoção de cerca de duzentas famílias deu lugar a uma academia a céu aberto (implantada pela PBH), um parquinho, um campinho, a ‘horta do Ribeiro’ (gerida pelo COMUPRA), a agrofloresta e a prainha.

O Ribeiro é um parcelamento de lotes médios (entre 500m² e 600m²), uma situação bastante atípica em loteamentos populares que lhe confere características peculiares. Nas partes além da centralidade acima descrita, as moradias são, em sua maioria, casas térreas e sobrados com grandes quintais e plantações diversas. O tamanho dos lotes também possibilita a coexistência de vários núcleos familiares num mesmo lote e em condições relativamente boas. Muito comum é a construção uma segunda casa para pessoas da mesma família, sobretudo os filhos. Dessa maneira, muitos lotes constituem pequenas unidades de vizinhança, onde convivem pais, filhos e netos, e onde os principais agentes das decisões sobre o espaço coletivo que se constituiu internamente são os próprios moradores. São poucas as construções de três ou quatro pavimentos, embora também nessas áreas menos centrais haja pontos de comércio junto às moradias, com venda de picolés e artesanatos ou de manutenção de celulares, por exemplo.

Nos quintais e moradias do Ribeiro, percebem-se as rugosidades, as marcas do tempo, as práticas de cultivo e troca de alimentos, fazendo com que tempos e mundos se misturem e se choquem. Muitos elementos sociais e naturais remetem ao passado. As trajetórias individuais e familiares mostram a construção de afetos e redes de solidariedade, assim como as perdas e dificuldades. Entender as reivindicações dos grupos do Ribeiro passa pela compreensão dessas trajetórias pessoais dos moradores — como na produção de suas casas e quintais — e de seu imaginário sobre os espaços cotidianos privados, coletivos e públicos. A maneira como experienciam os cursos d’água e as matas da vizinhança se transformaram drasticamente ao longo dos anos, evidenciando as violências da urbanização periférica. Ao mesmo tempo, eles continuaram reinventando as possibilidades de interação com a natureza ou de coexistência com mundos não humanos.



8 Loteamento Ribeiro de Abreu

Imagem aérea Parcelamento Ribeiro de Abreu, 2022. Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

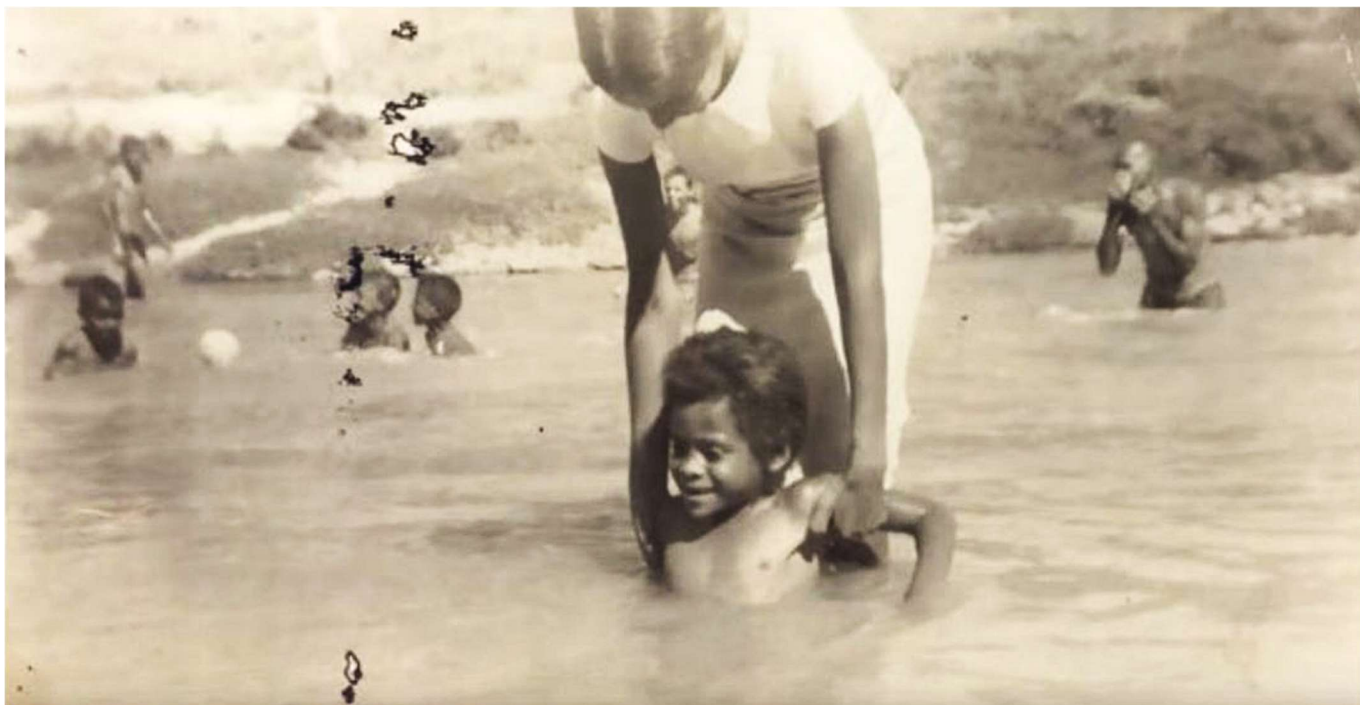
Para elucidar essas realidades e os imaginários a ela relacionados, faço em seguida uma nova passagem pela história do Loteamento Ribeiro de Abreu, mas, em vez de suas determinações externas explicitadas na sessão anterior, quero focar as narrativas dos sujeitos que produziram esse espaço concretamente. Antes, porém, será preciso um breve detalhamento das determinantes formais e das pistas documentais.

Como já mencionado, o Loteamento Ribeiro de Abreu foi produzido na década de 1950, pelo capital privado e sua ocupação gradativa se deu sobretudo pela autoprodução das moradias. Sendo assim, ele seguiu a lógica de produção da estrutura urbana definida de antemão, mas resumida ao desenho de ruas e lotes, sem nenhuma infraestrutura urbana. Não havia nem sequer abertura de ruas, quanto mais redes de eletricidade, água e esgoto (implantadas apenas na década de 1980). Improvisos de infraestrutura recaíam sobre os moradores.

No mais, o traçado urbano seguiu os moldes da cidade moderna, apartando natureza e espaço construído. Nascentes e pequenos cursos d'água foram ignorados no desenho do loteamento.

Os documentos cartoriais indicam que, em 1953, Ambrosina de Castro transferiu em vida 60% das terras para as filhas. Porém, no registro de partilha, onde consta a divisão dessas terras, não é mencionado o loteamento. Quatro anos após a morte de Ambrosina em 1958, foi feita a partilha do restante das terras. Nesse documento é mencionada a planta do loteamento denominado 'Bairro Antônio Ribeiro de Abreu', com 1.688.625m². A partilha se deu pela divisão das quadras entre as herdeiras, de modo que cada uma delas ficou responsável pela negociação e venda dos respectivos lotes. Dessa forma, estimo que o projeto do loteamento foi feito entre 1953 e 1955.

No registro geral da Fazenda Capitão Eduardo constam os primeiros registros de compra de lotes em 1955 e 1958. Esses lotes estavam localizados próximos à chamada 'primeira ponte', onde se iniciou a ocupação. Nessa fase, houve compradores que adquiriram conjuntos de lotes vizinhos, conformando as chamadas *fazendinhas*, com plantações e até criação de bois e cavalos. As negociações durante as três décadas seguintes, se deram entre as herdeiras, os proprietários das fazendinhas e os futuros moradores. Com abertura de ruas de terra a ocupação se expandiu da primeira ponte em direção às bordas do loteamento. Algumas ruas foram pavimentadas só em 2019, enquanto outras ainda permanecem de terra.



9 Banhos no Onça

Pessoas nadando nas águas do Onça, na década de 1970. Fonte: Sônia.

Na década de 1970 a região mantinha caráter rural, com plantações, criações de animais e poucas casas. O equipamento público mais antigo do loteamento é a Escola Estadual Bolívar Tinoco Mineiro, construída em 1979. Até então, as crianças do Ribeiro iam à Escola Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu, no Conjunto Casas Populares. Relatos compilados no livro *Histórias do Nordeste de BH: rede de memória dos agentes culturais comunitários*, evidenciam essa condição. Um exemplo é o de Dona Conceição, moradora do loteamento Ribeiro de Abreu há mais de quarenta anos.

A maior dificuldade que eu tive foi quando eu mudei pra cá é que não tinha nada, não tinha casa pra morar. Falei pra ele [o marido]: ‘Oh Raimundo, você vai lá bater adobe pra nós fazer dois cômodos de adobe. Bate o barro e pronto, não queima igual queima tijolo não’. Mas ele sai quadrado, porque tem a forma do tijolo. Põe o barro e vai despejando no chão, aí você seca. Qualquer barro faz, mas o melhor pra fazer é barro branco. E aqui embaixo tinha uma terra boa pra fazer. Fizemos aquele buraco.

Pra cozinhar na mata, lá tinha muita lenha seca, a gente ia pra lá e cortava as lenhas secas, fazia o fechinho [sic], colocava na cabeça e trazia. Água pra beber e cozinhar, eu buscava na dona Madalena. Tinha cisterna, muito boa essa água dela. [...] Tinha um corregozinho [o Onça], esse que passa ali embaixo, a água era uma beleza, era limpinha. Eu lavava roupa lá. Luz não tinha não. Era lamparina, era querosene. Mas não tinha casa nenhuma. Isso aqui tudo foi depois que eu vim pra cá.³²

A interação estabelecida com o rio estava conciliada às vivências cotidianas desses moradores. Claudecir, por exemplo, que nasceu no Loteamento Ribeiro de Abreu no início da década 1970, me contou que também costumava pescar com seu pai no encontro do Onça com o Córrego Izidora. Pegava muito bagre ali, você acredita? Cascudo! Eu ia pescar com meu pai no ano novo, pescava muito bagre. É um peixe que você não está nem vendo mais, é raro.³³ A consonância entre habitar próximo do Onça e conviver com suas águas é lembrada com muita nostalgia por Claudecir.

Nessa época, não havia moradias nas margens do Onça, mas aqueles que habitavam as proximidades conviviam com as cheias. O Onça já enchia, enchia mas não tinha as casas, meus avós contam isso, diz Simone. Ela recorda da primeira inundação que presenciou logo depois de mudar com sua família para o loteamento, no final da década de 1970. Além dos eventos das cheias e as consequências que elas trouxeram para sua família, ela, suas primas e outros familiares brincavam nas águas do Onça.

³² ANDRADE et al., *Histórias do Nordeste de BH*, 2018, p. 191–192.

³³ Como mencionado no primeiro capítulo os relatos estão ao longo do texto destacados em itálico.

Na primeira enchente realmente a gente perdeu tudo, foi aquela coisa nova, foi um impacto. Então, meu pai já dava um jeito, a gente já sabia, já levantava as coisas. Depois dessa enchente, essa primeira, a gente não perdeu mais nada, muita gente ajudou de novo.

O caráter rural da região se modificou a partir do final da década. Começaram a chegar moradores de outros bairros e municípios. As antigas fazendinhas foram subdivididas aos poucos, de acordo com os lotes originalmente projetados. Lotes ainda vagos começaram a ser vendidos num ritmo mais intenso.

Anos 1980

A década de 1980 marca a fase de maior ocupação do Ribeiro, que, como mencionado acima, foi impulsionada pela construção do Conjunto Ribeiro de Abreu, mas também pelo aumento do preço da terra em Belo Horizonte e pela migração de pessoas da RMBH e do interior de Minas Gerais.

Dona Júlia é de Turmalina e se mudou para Belo Horizonte em 1971 ou 1972. Ela trabalhava como empregada doméstica e morava de aluguel. Com os altos custos do aluguel, começou a ‘tecer crochê’ e fez uma poupança para dar entrada num lote do Ribeiro, onde mora até hoje.

E [o lote] ficou um bom tempo esquecido, custamos a achar o lote, não tinha estrada. Quando eu mudei para aqui, sem dinheiro e sem nada para comer, foi quando eu comecei a plantar couve, porque eu procurei e não tinha dinheiro.

O intervalo entre a aquisição do lote e sua ocupação apenas anos depois parece não ser uma história incomum no Ribeiro, assim como não é incomum a complementação da renda familiar por uma atividade que, em princípio, é considerada rural: o cultivo de alimentos. Dona Júlia conta que a água era um problema para esse cultivo, e a solução que encontrou foi utilizar a água da nascente que fica no final de sua rua. *Quando mudei para aqui, foi a nascente que me salvou. Até colocaram o nome de nascente da Dona Júlia. Quando me mudei não tinha água aqui. Buscava água na nascente para regar minha horta. Enchia tambores e molhava.* Dona Júlia se tornou, assim, a principal referência de cuidadora da nascente. Até pouco tempo atrás, a nascente era conhecida como ‘Nascente Dona Júlia’ e, após a proposta do parque, foi renomeada ‘Nascente Fundamental do Ribeirão Onça’.

A rede de abastecimento de água foi implantada na rua de Dona Júlia apenas em 1987. O mesmo vale para a rua onde moram Angélica e Itamar. Até então, eles e seus vizinhos obtinham água de poços construídos dentro de seus lotes. Porém, quando a água da COPASA chegou, ainda não havia rede de esgoto. Os moradores então, como diz Angélica, aprenderam onde jogar o esgoto de suas casas: na rede de drenagem — situação que persiste até hoje e contribui para a poluição do Onça.



10 Praia

Pessoas utilizando as praias e margens do Onça, no Loteamento, como espaço de lazer na década de 1980. Fonte: co-MUPRA.

Dona Vera chegou em Belo Horizonte, no início da década de 1980, vindo de Coronel Murta, no Vale do Jequitinhonha. Morava no bairro Concórdia e trabalhava como cuidadora (mais tarde se formou em enfermagem). Uma conhecida, que já morava no Ribeiro, lhe contou que havia lotes à venda. Ela relata que comprou o lote de André Gustavo (neto de Ambrosina) em 1983.

Tinha uma vizinha aqui que ficou sabendo desse lote e era resto de terreno. E aí eu não tinha um centavo. E como construir? Tinha aquele governo, João Figueiredo, que teve um negócio de transação de dinheiro, e subiu muito, e eu não podia construir. Quando abriu o crédito, quando estava trocando cruzeiro por real, eu comecei a comprar material a prestação, e a gente trazia, comprava no [bairro] Renascença. O meu dinheiro não dava para pagar. Eu lembro que foi por uma financeira, Losango. Já tinha feito um barraquinho através do meu cunhado, marido da Maria José [participante do COMUPRA]. Ele que levantou [a casa] e depois eu casei com o irmão dele. Nós moramos de aluguel um ano e depois a gente voltou e construiu. Eu continuei trabalhando.

No Vale do Jequitinhonha, a família de Vera já plantava e criava animais para o sustento. Quando ela se mudou para o Ribeiro, continuou essas práticas.

Desde que cheguei aqui, eu plantava verduras nas latas, nas bacias, aquelas de alumínio. Plantamos milho, arroz. Conseguimos o pilão. Minha mãe conseguiu um franguinho e a gente começou a criar galinha. E eu sempre gostei. Só que eu trabalhava à noite e no dia era uma distração.

Trazer os conhecimentos do Vale do Jequitinhonha para o Ribeiro foi fundamental para a subsistência de Vera. Assim como no caso de Júlia, o plantio complementava a alimentação em tempos de difícil acesso a supermercados e hortifrutis. Além disso, com sua habilidade e seu gosto pelo plantio, ajudou outros moradores e criou relações com vizinhos, a quem vendia ou doava alimentos, ou com que os trocava por outros produtos e favores. Assim, por exemplo, pediu aos vizinhos energia elétrica ‘emprestada’.

[No Ribeiro] Só tinha a Lourdinha ali e o Seu Hilário que emprestou a luz. A quarta casa. Só tinha luz até no seu Hilário. Material a gente trouxe da [rua] Capricórnio. A água pegamos o Tião, emprestada. Mas era um tempo bom. Hoje eu falo, eu trabalhava lá na Maria Goretti [bairro a norte do Ribeiro] e eu vinha a pé pela Beira-Linha no escuro, não tinha luz e ninguém era assaltado.

Vera conta que, na esquina da sua casa, passava um córrego. Era por ele que caminhava quando trabalhava no bairro Maria Goretti. Vinha a pé, margeando suas águas. Às vezes eu chegava de madrugada e muitas vezes nós caímos no córrego, ela diz, às gargalhadas. O córrego que guiava seu caminho conformava pequenos brejos, que, segundo Vera, eram responsáveis pelos muitos sapos e pela

infestação de pulgas na vizinhança. (No traçado original do loteamento, esse córrego seria uma rua, e ele de fato foi aterrado e asfaltado mais tarde.)

Hoje, Vera se engaja principalmente pela agricultura urbana e pela agroecologia. É membro da Associação Horizontes Agroecológicos e uma das organizadoras da Feira Terra Viva, no bairro Santa Tereza, além de comercializar na Feira da UFMG. Seu lote no Ribeiro possibilitou que mantivesse uma relação íntima com a terra. Na horta de seu quintal, planta desde folhosas, como alface, almeirão e rúcula, até temperos e PANCS. Além disso, ela catalisa uma rede para a comercialização de alimentos produzidos na vizinhança. Por vezes, deixa até de levar algum produto de sua própria horta para comprar e revender produtos cultivados por vizinhos.

Anos 1990

Na década de 1990, iniciou-se o processo de regularização fundiária dos lotes do Ribeiro. *Essa questão de legalização de documentação no bairro sempre foi mais atrasada*, conta Simone. A primeira etapa remonta ao ano de 1988 e à criação do PROBARRRO, um programa municipal que tinha como objetivos identificar, regularizar e urbanizar os “loteamentos existentes de fato”.³⁴ O processo de regularização foi retomado em 1994, quando a PBH criou o projeto MORE CERTO, que, num desdobramento do programa anterior, se subdividia nos programas BH LEGAL-EDIFICAÇÕES e BH LEGAL-BAIROS.³⁵ Realizou-se o levantamento topográfico de Belo Horizonte, identificando loteamentos e atualizando bases cartográficas de acordo com “a situação existente ou implantada”.³⁶ Além disso, o programa recorreu a “outros documentos comprobatórios sobre a existência de fato ou de direito dos loteamentos” (registros, escrituras e contrato de compra e venda), para facilitar a formalização dos lotes.³⁷ A premissa adotada foi de titular as famílias antes das obras de urbanização.

Paralelamente à regularização do Ribeiro, foram feitas obras de infraestrutura a partir de 1994, via Orçamento Participativo: drenagem, asfaltamento das ruas e canalização dos cursos d’água ainda em leito natural (então tratados sobretudo como problemas). Vera e outras moradoras participaram das reuniões do Ribeiro para conseguir tais ‘melhorias’.

Mas aí veio, no tempo do primeiro mandato do seu Patrus Ananias, que começou o Orçamento Participativo e nós entramos. Eu, Lurdinha, Josefina, pessoal do bairro lá embaixo. E para nós era mais difícil, porque tinha que fazer um aterro, tinha que canalizar o córrego todo. E foram várias reuniões. No último dia, que era para sair [o recurso] para nós, não tinha ninguém. Só eu e

³⁴ ALVARENGA, *Cidade ilegal e regularização fundiária*, 2005, p. 70.

³⁵ Cf. *Ibidem*.

³⁶ *Ibidem*, p. 73.

³⁷ *Ibidem*, p.87.

Dalvina. Ou eu votava para a Dalvina ou a Dalvina votava para mim. E se tivesse mais rua, tinha que votar para as outras ruas. Mas não tinha ninguém das ruas. E aí, o que é que Dalvina fez? Vou votar para você porque seu lado está mais andado que o nosso. Na época, ganhamos o terreno da escola Paulo Freire, o terreno do posto de saúde e a rua. Quando saiu lá no painel que tínhamos ganhado eu falei: Glória a Deus!

Outro tipo de mobilização no loteamento foi a construção do centro de saúde. Um grupo de moradores, entre eles Itamar, conseguiu a doação de um terreno por parte do neto de Ambrosina. Então, organizaram doações de material de construção e, nos fins de semana, promoviam gincanas e preparavam comida para arrecadar dinheiro. Simone lembra desse momento: *todo sábado tinha som na escola e aí vendiam porções, faziam serestas para poder arrecadar, sabe?* Na construção do centro de saúde houve mutirões organizados pelo grupo de moradores e o pagamento de pedreiros e serventes com o dinheiro arrecadado, que também serviu para comprar algum material de construção que estivesse faltando. E assim, por meio de mutirões e pela gestão dos moradores foi construído o centro de saúde.

Embora as águas do Onça tenham deixado de servir a atividades cotidianas quando a poluição aumentou, as margens do ribeirão ainda continuaram a ser usadas como espaços de encontros e lazer por bastante tempo. Mas, com o adensamento do loteamento, da sub-bacia do Baixo Onça e o avanço da urbanização, a relação dos moradores com o Onça se desmantelou. Foi então, a partir da metade da década de 1990, que as margens do ribeirão começaram a ser ocupadas por famílias recém-chegadas.

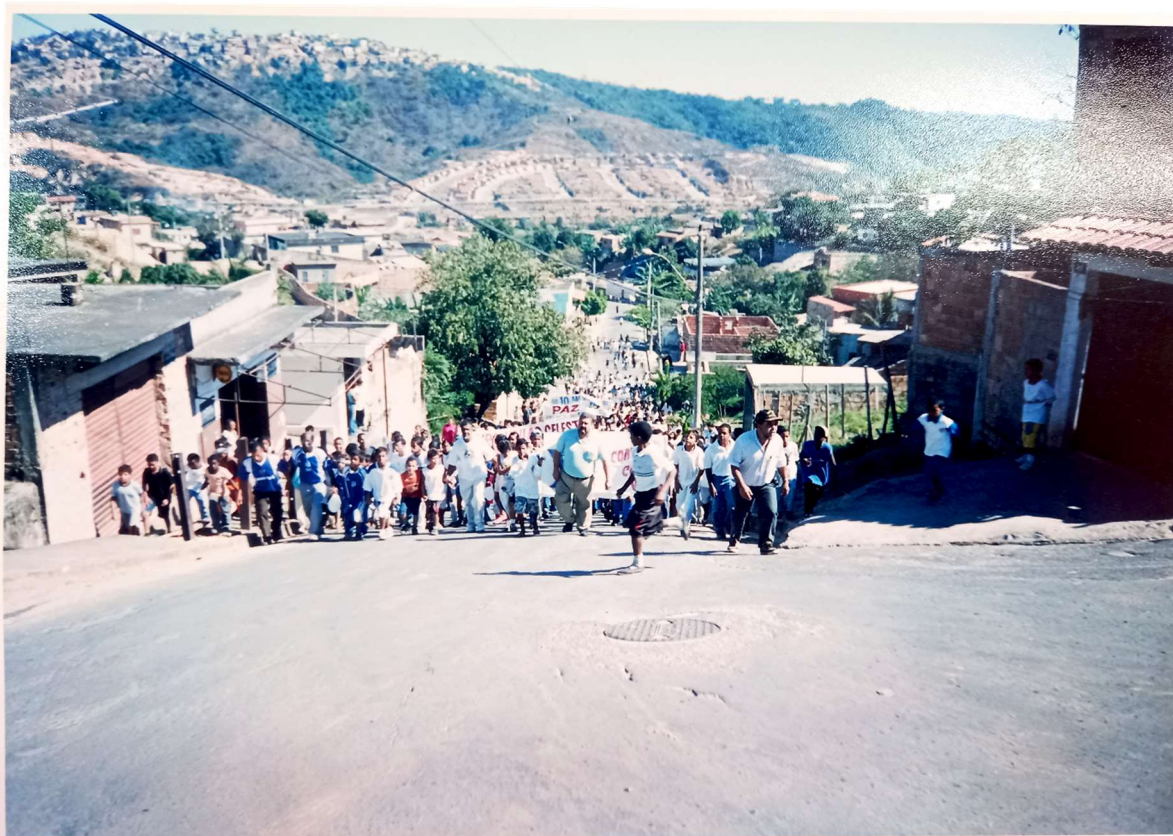
Anos 2000

À medida que os lotes do Ribeiro eram regularizados, foram também implantados equipamentos públicos. A Escola Municipal Paulo Freire, conquistada no Orçamento Participativo de 1994, foi construída entre os anos 2000 e 2001. No entanto, mesmo com alguns novos equipamentos públicos e o aumento de estabelecimentos de comércio e serviço, as precariedades persistiam e, em alguns aspectos, até se agravavam. Se as cheias do Onça e as inundações de suas margens foram periodicamente relatadas desde a década de 1970, com o avanço da urbanização na própria sub-bacia do Baixo Onça e nas sub-bacias a montante, as águas se avolumaram e começaram a afetar as casas e a causar danos materiais e psicológicos mais graves.



11 Horta comutária na Escola Bolivar Tinoco Mineiro

Primeira experiência do compra com uma horta comunitária, em 2003. Fonte: COMUPRA



12 Caminhada pela paz

Caminhada frente aos altos índices de violência no Loteamento Ribeiro de Abreu, 2004. Ao fundo o bairro Tupi e mais abaixo o início da ocupação Novo lajedo. Fonte: COMUPRA.

Além disso, o início da década de 2000 foi marcado por altos índices de violência no Ribeiro. Nesse contexto o COMUPRA propôs a criação de uma horta comunitária na Escola Municipal Bolívar Tinoco, em 2003. Foi a sua primeira experiência com práticas coletivas de agricultura, e deveria inserir o COMUPRA na escola, chamar os moradores à participação e promover uma interação que ajudasse a reduzir os índices de violência. De fato, os moradores ajudaram a construir os canteiros e a fazer o plantio e a manutenção da horta. “O COMUPRA não está dentro da escola só para mexer com a horta, nós estamos dentro da escola para mexer com a escola”, disse Itamar para Revista Ecologia Integral. Foi um momento de transição nas pautas do COMUPRA, em que a questão socioambiental, o acesso a alimentação saudável e a promoção de outra relação com a terra e com as águas se tornaram centrais. Junto com essa atividade, em 2004, o COMUPRA organizou uma caminhada pela paz, a fim de mobilizar e sensibilizar a população e o poder público pela segurança e cidadania na periferia.

Anos 2010 até hoje

Quando o Onça transborda, a chamada primeira ponte, principal acesso ao Ribeiro, fica interditada, isolando a população. Em 2010, o COMUPRA e os moradores solicitaram uma audiência pública para discutir essa questão. Foi elaborado um projeto para a nova ponte e mais de cem famílias foram removidas para a sua implantação. Contudo, ela não foi executada e a situação perdura até hoje, impossibilitando outras melhorias para o loteamento. João Victor, morador das margens do Onça conta:

Tem o projeto da nova ponte que, a gente é um pouco desacreditado com isso. São muitos anos esperando, muitas revisões de projeto, mas tem essa esperança. O supermercado BH sempre foi assim... Todo mundo do bairro pede por um supermercado BH, mas eles já falaram que a ponte não comporta a entrada de mercadorias aqui no bairro.

Durante a entrevista com Simone e Claudécir, a filha do casal, Cecília sentou-se à mesa e relatou sua experiência com as inundações. Para ela, foi difícil vivenciar as cheias do Onça. As lembranças de Cecília estão permeadas pelas perdas e pelos acontecimentos na casa de sua avó.

Teve uma vez que a água entrou e a minha tia estava dentro do barracão dela e eu estava lá em cima. Só estava eu, minhas primas não estavam no dia. Aí ela [tia] entrou lá dentro e entrou água. A porta dela fechou e ela não conseguia sair lá de dentro e eu, na hora, entrei em desespero, gritava tanto, chorava tanto com medo dela afogar lá e aí eles conseguiram tirar ela lá de dentro pela janela. (Cecília).



13 Aniversário da ponte

A situação da ponte levou os moradores, por meio da mobilização do COMUPRA, a fazerem o 'aniversário da ponte' em 2018. Feito como uma 'brincadeira', o evento deveria chamar a atenção da PBH. Fonte: COMUPRA.



14 Rua Antônio Ribeiro de Abreu: antes e depois das remoções.

Na primeira foto aérea, de 2014, as moradias nas margens do Onça, na segunda, 2022, as margens desocupadas, vemos a área do parquinho, o campinho e ao lado a Horta Comunitária Ribeiro de Abreu. Fonte: Google Earth.



16 Rua Antônio Ribeiro de Abreu

Na primeira imagem, a Rua Antônio Ribeiro de Abreu, as moradias a esquerda foram removidas em 2016. Na segunda imagem, inundação na mesma rua por conta das chuvas. Fonte: COMUPRA.



15 Início das remoções

Primeira etapa das remoções na Rua Antônio Ribeiro de Abreu, 2016. Fonte: COMUPRA.

É tão engraçado que a gente cresceu com essas enchentes, o rio já fazia parte. A gente não tinha tanto medo, mas essas crianças quando viram as enchentes elas ficaram traumatizadas, foi engraçado, porque...a gente já estava mais assim... [acostumados]. (Simone)

Também o empreendimento do parque nas margens do Onça tem implicado transformações no espaço construído e na relação com as águas. Em 2016, iniciaram-se as remoções das famílias nas margens do Onça para a implantação do parque. Nesse ano foram removidas 246 famílias, que moravam na Rua Antônio Ribeiro de Abreu,³⁸ na entrada do loteamento. Alguns moradores removidos já possuíam familiares em outras partes do loteamento e conseguiram construir outra moradia no mesmo lote, como me relatou Itamar.

Com as margens do Onça desocupadas, o COMUPRA solicitou apoio ao professor Roberto Andrés, da Escola de Arquitetura da UFMG, para realizar ações na área. Iniciou-se a transformação da área por meio de mutirões, visando a construção de um espaço de lazer (o Espaço Vitrine) e tentando prevenir novas ocupações por moradias. A atividade contou com o cientista social Lucas Alves que, nos dois anos seguintes, desenvolveu no Conjunto e no Loteamento Ribeiro de Abreu a pesquisa intitulada *Exercícios de mobilização sócio-espacial: o Jogo Oasis*. Ela consistiu na aplicação e no exame crítico de um método de mobilização comunitária de curto prazo, desenvolvido pelo Instituto Elos (o dito Jogo Oasis), e numa experiência posterior em que Lucas Alves procurou catalizar formas de organização local mais contínuas e sólidas.

No calço das mobilizações em torno da implantação do parque, o COMUPRA levou, junto com o professor Roberto Andrés, o carnaval (com o bloco Tico Tico Serra Copo) para as ruas e praias do Baixo Onça. O momento de celebração das praias da região, como Malu contou, foi *nessa levada de mostrar que BH tem praia, tem cachoeira!* O intuito do grupo era contrapor as visões comuns ligadas às periferias, que sempre as associam a precariedade e pobreza, e festejar junto com a população do Baixo Onça. *Então, o chamado era esse, de mostrar as belezas, porque a gente também já estava cansados de falar só de problema.* A festa passou pelas ruas do bairro Ribeiro de Abreu, *começando lá em cima no bairro e fomos andando, andando, andando e terminou lá no encontro do Izidora com o Onça.* A Praia do Onça recebeu o bloco com foliões, colaboradores e moradores da região nas edições de 2016 e 2019.

A partir de então, houve outras intervenções no Espaço Vitrine, como os mutirões para constituir a horta comunitária, iniciados em 2019, e a construção de uma agrofloresta, no mesmo ano. A agrofloresta foi realizada com apoio de instituições parceiras como o CBH-VELHAS e o Manuelzão, e a

³⁸ Estes dados foram apresentados por dois funcionários da URBEL, que coordenam o processo de cadastramento, remoção e realocação ou indenização das famílias, durante o 14º evento do Deixem o Onça Beber Água Limpa em 08 de junho de 2022. Disponível em: <https://youtu.be/Xfz7F3nnv2l>.

partir de um projeto da PBH, intermediado pela da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional (SUSAN), intitulado Da Horta a Florestas. Esse projeto visa implementar sistemas agroflorestais em áreas de degradação ambiental e vulnerabilidade social, para recuperar matas ciliares, proteger recursos hídricos e aumentar a biodiversidade.

Com essas transformações, Cecília tem experimentado outra relação com o rio e suas margens. Para ela *é importante cuidar da natureza*, para que outras famílias não passem por situações que viveu. As margens do Onça no Loteamento Ribeiro de Abreu, se tornou um lugar de *brincar, encontrar os amigos e interagir de outra forma com o rio* (Cecília). Assim, ao longo do tempo e com o tempo das águas Simone e sua família aprenderam a conviver com as dinâmicas do Onça.

A mobilização pelas águas tem gerado articulações importantes entre grupos no Baixo Onça e entre esses grupos e o poder público. As atividades nas áreas do parque estão transformando e reintroduzindo o Onça de outra forma nos imaginários e visões dos moradores. A festa, o lazer, o esporte e a ocupação coletiva e comunitária feita em mutirões autogestionários se configura como estratégia política de reivindicação do direito à cidade e do direito à natureza. Coloca em xeque os moldes funcionalistas da cidade moderna, do planejamento urbano e das políticas públicas referentes à melhoria de vida da população periférica e do tratamento das águas no meio urbano.



17 Primeira ponte (2002)

Imagens onde podemos ver moradias nas margens do Onça (direita) e a ponte que permanece com a mesma estrutura até os dias de hoje. Fonte: COMUPRA.



18 Primeira ponte

Entrada do Loteamento e ao centro a Escola Municipal Bolivar Tinoco Mineiro.



19 Rua Frei Luiz de Ravena

Porção central do bairro com os principais comércios e serviços.



20 Rua Dona Ambrosina

Vizinhança no Loteamento Ribeiro de Abreu, no 'pé do morro' está a rua Frei Luiz de Ravena.



22 Paisagem de parte do Baixo Onça

Ao fundo e na lateral, prédios de um conjunto habitacional de interesse social no bairro Belmonte. Foto tirada da laje da casa de Dona Helena.



21 Fim de tarde

Rua Lírio da paz, às 17:31, depois de passar a tarde na casa de Itamar e Angélica, ao fundo o aglomerado Novo Lajedo.



24 Rua Olavo Ferreira
Ao fundo o aglomerado Novo Lajedo e a direita o território do Quilombo Mangueiras.



23 Esquina
Encontro da rua Marilândia e Florianópolis e ao centro um barracão com diversas plantações.

Conjunto Casas Populares

O Conjunto Casas Populares, numa encosta na margem esquerda da rodovia MG-20 (sentido Belo Horizonte-Santa Luzia), é o conjunto de interesse social mais antigo na sub-bacia do Baixo Onça. Hoje, tem cerca de mil e quinhentos moradores num total de quinhentos domicílios. A porção leste corresponde à implantação original do conjunto, e a porção oeste, a ocupações posteriores. O uso do solo é predominantemente residencial, com casas térreas e alguns sobrados. A maioria das casas foi modificada ao longo do tempo (adições de cômodos, telhados ou até mesmo outro andar), mas uma parte expressiva permanece com a mesma estrutura de quando foram construídas. O acesso ao Conjunto Casas Populares se faz pela rua Marcos Donato de Lima, onde estão os principais equipamentos urbanos, como a escola e a capela. Há alguns pontos de comércio e serviços de pequeno porte espalhados pela área, que é atendida por uma linha de ônibus que faz o trajeto direto para a Estação São Gabriel.³⁹

Os cursos d'água que correm ao lado do conjunto são o Córrego Santinha, o Córrego Izidora, o Pocinho Azul e, mais abaixo, o Ribeirão Onça. O Pocinho Azul fica na borda oeste do conjunto e deságua no Córrego Izidora. Ao lado do Córrego Izidora fica a indústria Itaplásticos, a estrada para o retiro da boa viagem (antigo sanatório Hugo Werneck) e a Comunidade Quilombola de Mangueiras. Já o Córrego Santinha percorre toda a borda leste. Mais a norte, hoje, estão as Ocupações da Izidora. *Eu costumo dizer que nós moramos aqui no quadrilátero das águas, tá? Porque tem o Santinha, o Onça aqui embaixo, o Izidora do nosso lado esquerdo e o Pocinho Azul*, conta Tomás. A área em volta do conjunto é conhecida como a 'Mata do Isidoro' ou 'Mata dos Werneck', área de cerrado com mata atlântica. O nome tem origem na antiga fazenda de Hugo Werneck e no Córrego Izidora.

O Córrego Santinha é o curso d'água que recebe ações das lideranças do conjunto. Antes de desaguar no Onça, forma uma pequena queda d'água conhecida como 'Cascatinha' ou 'Casata da Santinha'. Ali, havia uma gruta onde *as pessoas rezavam no dia de Santa Luzia*, como contou Tomás.

Após esse ponto, o Santinha segue canalizado debaixo da rodovia até desaguar no Onça. A gruta foi destruída, em 2009, com a duplicação da MG-20.

³⁹ A linha que atende atualmente o Conjunto Casas Populares é a 714 - Estação São Gabriel / Casas Populares, criada em 2002 por ocasião da inauguração da Estação São Gabriel. O tempo médio é de 20 minutos.



25 Conjunto Casas Populares

Imagem aérea Casas populares, 2022. Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor

Na época que o Conjunto Casas Populares foi implantado, em 1968, a região era predominantemente de florestas, pastos e as chamadas fazendinhas nas margens do Onça. Sua implantação seguiu a lógica do BNH: uma área distante do centro e desarticulada da malha urbana. O uso previsto era, evidentemente, residencial, mas havia áreas reservadas para uma escola, uma capela e algumas praças.

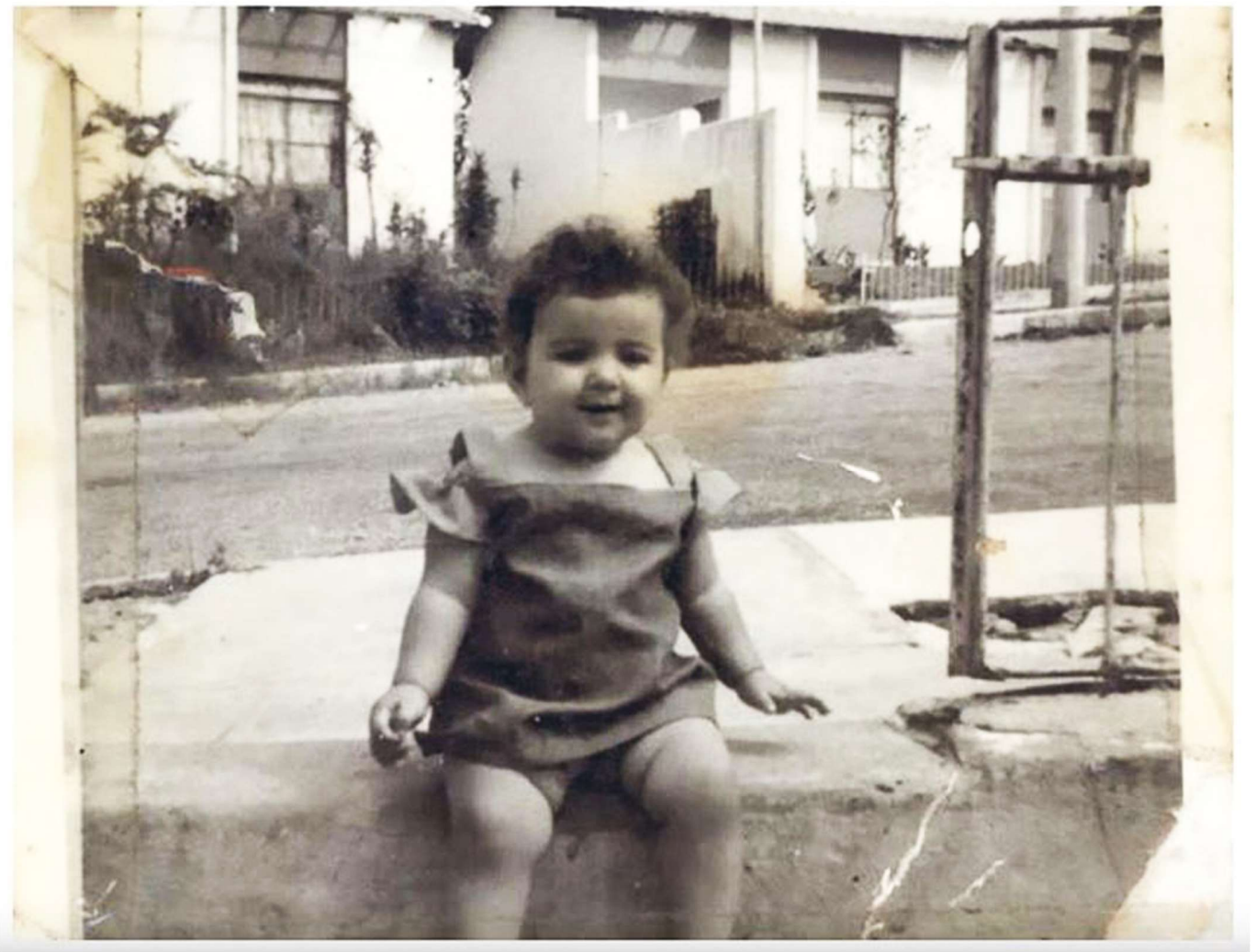
Estavam previstas trezentas moradias térreas em lotes de 360m² e 450m², mas foram construídas apenas cem unidades. As moradias são de um único tipo arquitetônico, sempre construídas no centro de cada lote, conformando um pequeno jardim na frente e um quintal nos fundos. Isso possibilitou alterações nas casas, o que, por sua vez, quebrou a homogeneidade inicial do conjunto. O contexto de um planejamento centralizado, que predeterminou os espaços coletivos e particulares do conjunto se alterou significativamente ao longo dos anos. Nos fundos dos lotes estavam previstas 'áreas verdes' de fruição pública, que foram incorporadas pelos moradores e separadas por muros seguindo o alinhamento dos lotes. Atualmente, muitas dessas áreas ainda são utilizadas como quintais.

Tomás se mudou para o Conjunto Casas Populares logo após sua construção. Ele conta que, antes disso, morava no município de Santa Luzia e trabalhava como bombeiro em Belo Horizonte. Quando passava pela antiga estrada para Santa Luzia, ficava admirado com a paisagem das casas rodeadas de uma floresta. Isso e uma ocasião em que conheceu a já referida gruta lhe deu motivos para comprar uma casa no conjunto. *Fiquei conhecendo essa gruta quando ainda estava no [corpo de] bombeiros, porque eu sou dos bombeiros. Então, uma ocorrência um dia chegou, me encantei com a santa, mas com a cascata também. A santa vai me perdoar, mas me encantei mais com a cascata*, diz Tomás. Sua esposa, Rosângela, conta que a ocupação da região era dispersa e estava concentrada na primeira ponte, no Loteamento Ribeiro de Abreu.

Desde o final da década de 1960 que existe essa comunidade aqui. Na época não existia nem o Conjunto Ribeiro de Abreu onde é a sede do COMUPRA. Então, só eram essas casas populares aqui e poucas [casas] no Ribeiro, lá na primeira ponte.

A Escola Municipal Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu, prevista no projeto do conjunto, foi construída pela PBH em 1971. Contudo as áreas destinadas às praças permaneceram vazias, as ruas eram de terra e esgoto doméstico era destinado ao Córrego Santinha.

Nesse contexto, em 16 de outubro de 1977, com o objetivo de trazer melhorias para o conjunto, Tomás e outros moradores fundaram a União Comunitária Ribeiro de Abreu (UCRA). Até então, havia apenas um equipamento público — a Escola Municipal Desembargador Loreto de Abreu, — e uma capela em construção pelos moradores (finalizada em 1980). De acordo com o depoimento de



26 Criança no Conjunto Casas Populares

Ao fundo se veem a rua asfaltada e as casas térreas construídas pelo BNH. Fonte: Histórias do Nordeste de BH.

Tomás para o *Jornal da Comunidade* em 1981,⁴⁰ nessa época, além das cem casas do conjunto habitacional, o bairro havia recebido outros moradores, instalados em barracões nos fundos dessas casas e em construções informais, nas proximidades dos conjuntos, somando aproximadamente duzentas novas moradias. A luta da UCRA nesse primeiro momento passou pela organização de mutirões para realizar melhorias no conjunto e pela discussão da preservação das matas, cursos d'água e da natureza do entorno.

Nos três primeiros anos de criação da UCRA, destacaram-se a mobilização pela preservação ambiental, ações para lidar com a água das chuvas e, principalmente, a construção de uma praça com parquinho infantil e uma quadra esportiva pelos moradores. Eles também organizaram mutirões para a construção do ponto de ônibus e de um muro de arrimo na rua de acesso ao conjunto, que estava desmoronando devido às chuvas. Junto com os moradores a associação conseguiu construir o arrimo. Essas atividades fortaleceram a associação e os moradores, motivando-os a continuar com as intervenções e melhorias no conjunto. Outro problema era a falta de espaços de lazer e recreação nas redondezas. Assim, a UCRA iniciou ações de mobilização para a construção de uma praça em uma das áreas livres previstas no projeto do conjunto. No início de 1980 a associação solicitou um investimento para a construção da praça, com parquinho e quadra esportiva, por meio do recém criado Programa de Desenvolvimento de Comunidades (PRODECOM).

O PRODECOM, criado em 19 de julho de 1979 e extinto em 1983, foi uma iniciativa do governo do estado para responder às demandas de vilas, favelas e periferias das cidades mineiras. Teve cinco linhas de atuação: habitação popular, legalização de terras urbanas, melhorias urbanas, nutrição e abastecimento, e serviços comunitários. De acordo com Carvalho, o PRODECOM “implementou ações numa linha de consolidação urbanística dos assentamentos favelados a partir de um processo de planejamento participativo que incorporou as lideranças de favelas como interlocutores”.⁴¹ O programa inovou ao implantar:

[...] um sistema de gestão partilhada com as associações de moradores de favelas na execução de obras de urbanização, em que os recursos eram repassados para essas entidades através de convênios e a equipe de técnicos do programa assessorava tecnicamente a comunidade. Era uma experiência avançada mas que apresentou muitos problemas principalmente por falta de controle do governo estadual sobre a aplicação dos recursos.⁴²

⁴⁰ O *Jornal da Comunidade* foi uma série de publicações feitas como um boletim informativo das atividades do PRODECOM, publicada pela Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais (SEPLAN-MG) durante os anos de 1980 e 1982.

⁴¹ CARVALHO apud BEDÊ, *Trajetória da formulação e implementação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular (1993–1996)*, 2005, p. 38.

⁴² *Ibidem*, p. 38–39.

O método do PRODECOM consistiu em receber e analisar as propostas desses grupos, traçar o histórico de atuação de cada grupo e assim, liberar recursos para que as obras fossem feitas em mutirões pelos moradores locais. Esse método possibilitou ao programa inovar na gestão compartilhada, partindo da premissa do apoio técnico e financeiro a grupos organizados em espaços periféricos.

Muitas das comunidades já dispõem do projeto técnico e trazem o cálculo dos custos. A equipe de Serviços Comunitários examina a planta, discute com a liderança as modificações que se fizerem necessárias, confere e atualiza os preços dos materiais. Nessa fase também é hierarquizada a demanda, de acordo com a capacidade de realização da comunidade.⁴³

A construção da praça no Conjunto Casas Populares foi contemplada pelo PRODECOM em 23 de janeiro de 1980, dentro da linha de serviços comunitários. Essa foi a principal linha de atuação do programa e objetivava promover “condições para o desenvolvimento de ações socioeducativo-culturais e produtivas, que contribuam para melhorar o nível de vida, saúde e renda de comunidades carentes, permitindo que se tornem, tanto quanto possível, independentes de assistência externa”.⁴⁴ Houve 23 obras nessa linha em 1980, e 260 obras em 1981. Compreenderam construções de “creches, lavanderias coletivas, sedes de associações, salões e salas multifuncionais, cursos profissionalizantes ou artesanais, postos médicos, odontológicos, bibliotecas, cantinas e oficinas de produção”.⁴⁵ Um quinto das obras do programa foi realizado em Belo Horizonte, e as demais, em outras cidades do estado. Um dos ganhos do programa foi reconhecer a capacidade da população das periferias de autoproduzir seus espaços.

A construção da praça promoveu discussões e eventos no conjunto e fortaleceu os laços de afeto e vizinhança entre os moradores. Antes da construção da praça houve um evento de despedida dos habitantes daquele local. *Sensibilizados com o aspecto ecológico, nos despedimos do pequeno monte, das gramas, dos cupins, dos ramos, enfim, de todos os ocupantes que foram removidos pelas máquinas, contou Tomás para o Jornal da Comunidade.*

⁴³ MINAS GERAIS, *PRODECOM*, 1982, p. 37.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 34.

⁴⁵ *Ibidem*, p. 34.



QUEREMOS ESCREVER NO JORNALZINHO

☆ O pessoal do Ribeiro de Abreu, assim como do Arão Reis, bairro vizinho que trabalha em conjunto conosco, recebeu o 1.º número do JORNAL DA COMUNIDADE. Achamos válido. Foi feito até um levantamento em termos de Comunidade e em breve levaremos para a Secretaria do Planejamento as opiniões do pessoal.

Achamos muito válidas as colocações feitas pelo jornal: o incentivo que o jornal deu para a gente continuar trabalhando juntos. Principalmente o artigo que cita um presidente de Associação de Bairro, que no momento não me lembro bem, que leva um feixe de vara e pede que quebrassem aquelas varas, então alguém teve a idéia de desmarchar o feixe, quebrando vara por vara. O ensinamento é bastante profundo: se o pessoal estiver unido, a união faz a força. O pessoal também está disposto a fornecer matéria para os próximos números do jornal.

(Tomás Francisco de Oliveira – Presidente Associação do Bairro Ribeiro de Abreu).

GOSTEI DA IDÉIA

☆☆ Acho que se a gente se interessar mais, a gente pode conseguir melhoramento pelo menos para arrumar algumas ruas daqui. Quando chove não dá nem para passar. Gostei da idéia do Jornal da Comunidade, eu até queria ir lá ou escrever uma carta.
(Marlene de Araújo Souza – Bairro Jardim do Monte)



DESPERTAR A CRIATIVIDADE DAS COMUNIDADES

Vi o primeiro número do Jornal da Comunidade. Gostei. Felicito-os cordialmente pela iniciativa que julgo muito importante pela sua oportunidade: é preciso despertar por todos os meios a criatividade das nossas comunidades. E é isso que o seu Jornal com toda certeza vai fazer.

Sou o presidente desta obra social, o MOCRICO. Ela dispõe de um Conselho de Líderes a quem será entregue precisamente essa função de despertar e liderar a criatividade dos sócios do Bairro semi-favelado em que vivem, o Rio Grande, em Diamantina.

Venho assim pedir-lhes que nos incluam entre os destinatários do seu Jornal.

Agradecendo desde já a gentileza, subscrevo-me com subida estima e consideração.

Pe. Marcos Frota, SVD
(do Movimento da Criatividade Comunitária do Rio Grande (MOCRICO) - Diamantina/MG)

DOMINGO ESPORTIVO NO CONJUNTO

Os jovens do Conjunto Habitacional Ribeiro de Abreu, com o apoio da União Comunitária Ribeiro de Abreu (UCRA), realizaram uma grande jornada esportiva no dia 22 de junho de 1980. Local: "Triângulo da Esperança", onde será construída a nossa praça polivalente. Estes foram os nossos objetivos com esta promoção:

a) sensibilizados com o aspecto ecológico, nos despedimos do pequeno monte, das gramas, dos cupins, dos ramos, enfim, de todos os ocupantes que foram removidos pelas máquinas.

b) Divulgação do esporte, educação física e suas atuações no campo mental, físico e emocional.

c) Preparação da comunidade no sentido de construir e assumir a nossa tão sonhada praça.

Observação: – A praça polivalente do Conjunto Ribeiro de Abreu é mais um projeto que a Comunidade executa com o apoio do PRODECOM e da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

VILA S. GABRIEL: seus problemas, suas lutas e suas vitórias

O Movimento comunitário Vila São Gabriel foi criado após grandes esforços para superar as dificuldades colocadas por aqueles que não entendiam o que é um movimento com poder de decisão da própria comunidade.

Nosso objetivo é lutar por melhores condições sociais no meio em que vivemos. E isso está exigindo um trabalho de união muito grande entre nós. Contamos também com a ajuda de vários órgãos, inclusive o PRODECOM, que colaborou conosco na construção da passagem que liga a Vila São Gabriel ao Bairro Belmonte.

O nosso movimento já conseguiu muita coisa e continua lutando para melhorar cada vez mais a vida do povo daqui.

Esta é a lista de nossas reivindicações:

- junto com toda a comunidade lutamos pelo abastecimento de água;
- lutamos junto da Prefeitura para o cascalhamento de algumas ruas;
- estamos enpenhados na construção do salão comunitário, onde será implantado o posto médico para atender toda a comunidade e bairros vizinhos;
- ajudamos algumas famílias na construção de barracos;
- continuamos a luta pelo asfaltamento da entrada da vila;
- a luta pelo esgoto da escola municipal;
- a luta pela recuperação de nossas ruas com erosão;
- a luta pela construção da galeria da Avenida Santo Antônio de Pádua;

- Transporte coletivo;
- extensão de série do primeiro grau no grupo municipal;
- mudança de vila para bairro;
- colocação de telefone público e mesmo cabos para telefones particulares;
- a luta pela continuação da feira instalada pela Ceasa e Prodecom;
- a luta pelo abastecimento de água nas ruas que estão faltando;
- andamento da passagem da rua Belas Artes e drenagem na Praça final do ônibus.

Estes são nossos problemas e nossas lutas. Esperamos contar mais com a colaboração dos órgãos competentes.

Movimento Comunitário da Vila São Gabriel.



PARA TODO MUNDO ESCUTAR

O bairro Ribeiro de Abreu tem uma atividade comunitária muito grande. E isso está conseguindo melhorar a vida do bairro. Não só com a construção de obras comunitárias, mas, também, com um maior entrosamento entre moradores. Quem conta tudo isso para nós é o Tomás Francisco de Oliveira, casado, pai de dois filhos e monitor de educação física e primeiros socorros no Corpo de Bombeiros. Há dois anos Tomás é presidente da Associação do Bairro Ribeiro de Abreu.

☆ Já está conosco a 1ª parcela da verba de 270 mil cruzeiros que o PRODECOM aprovou para a nossa comunidade, aqui do Ribeiro de Abreu, construir uma praça polivalente. Com a ajuda da Prefeitura de Belo Horizonte, já fizemos o serviço de terraplenagem e estamos trabalhando na praça. No dia 22 de junho inauguramos o centro esportivo com um domingo cheio de festa para toda a comunidade. Era a despedida do terreno onde está sendo construída a praça. Digo despedida no aspecto ecológico: uma homenagem ao monte que tinha ali, à grama e ao capim. Aproveitamos a oportunidade para promover partidas de peteca, volei, queimada, recreio para os meninos, na terra mesmo, antes de cimentar a praça.

☆☆ No conjunto habitacional Ribeiro de Abreu há 100 casas, fora os barracões que existem no fundo destas casas. E se somar às casas próximas ao conjunto vai para 200 casas. Em termos gerais, o povo é unido, embora existam aqueles problemas normais, da convivência dos grupos.

☆☆☆ No ano atrasado, na época das chuvas, nós construímos um abrigo na beira da estrada, porque o ônibus não entra no bairro. Infelizmente não tivemos autorização do DER, que achava que ali era uma zona de perigo. Mas nós tivemos que construir lá mesmo pois há 10 anos estamos tomando ônibus nesta zona de perigo.

☆☆☆☆ No ano passado tivemos que fazer um arrimo de 10 metros por 5 para evitar que ficassemos sem água e sem luz. Agora estamos construindo uma capela e, no momento, só falta o telhado. O problema da água, atualmente, é um dos mais sérios do bairro. O que depende de nós, já fizemos tudo: o resto está nas mãos da COPASA.

☆☆☆☆ E além dos trabalhos em termos de construção, a nossa comunidade de Ribeiro de Abreu está sempre fazendo programação de entrosamento. Dia 27 de janeiro deste ano fizemos uma Jornada Ecológica, visitando o Pico Belo Horizonte. Há poucos meses fizemos outro encontro numa casa de repouso entre pessoas bem idosas da comunidade com pessoas mais jovens. Era uma experiência de intercâmbio de gerações. Troca de experiências de vida: pessoas idosas contando suas lutas aos mais novos. Foi um dia maravilhoso: passamos 11 horas quase sem perceber.



LEITE DE CABRA É UMA SOLUÇÃO

A Associação de Proteção à Maternidade, à Infância e à Velhice que fica no distrito de Funilândia, perto de Belo Horizonte, identificou dois grandes problemas da sua comunidade: a desnutrição infantil e a má alimentação das mães, mulheres grávidas e velhos.

Procurando uma melhor solução para estes problemas, a Associação resolveu fazer uma Granja de Cabras leiteiras. A cabra é um animal de fácil

Nossa Opinião

LIDERANÇA DOS BAIRROS

Todo lugar tem de tudo, gente boa e gente rude, gente que fala e faz, que fala e não faz, que faz e não fala, tem de tudo.

É assim no centro da cidade, na periferia, na roça, em toda parte.

Quem representa o povo? É aquele que fala e faz. É o que vai.

Liderança é isso aí. Líder é o que vai e leva, vai e puxa os outros. É o que se preocupa com as coisas dos outros e não usa disso para subir na vida. Ele faz todo mundo crescer. Ele sabe ouvir e sentir as coisas do povo. Ele tem resposta na boca e na mão.

Não representa o povo aquele que grita sozinho, fora do bando.

Não representa o povo aquele que só sabe falar, sem acontecer mais nada, tudo ôco, dura só o tempo da palavra e depois cai.

Não representa o povo aquele que só trabalha para si mesmo.

Não representa o povo aquele que usa do sofrimento e necessidade dos outros para sua escada de poder.

Os bairros da periferia têm Associações boas, grupos de reflexão, presidentes bons, liderança firme, gente de dentro, com vontade de acertar e com pensamento alto.

Estes bairros caminham, porque escutam o grito e vão atrás, quando o grito é valioso.

Como é a liderança no nosso bairro?

Quais são e como são os líderes?

Nós escutamos o grito bom e vamos atrás para ajudar?.

BIBLIOTECA
Fundação João Pinheiro

criação e manejo, adaptando-se facilmente à região, como já foi comprovado. E o seu leite é muito rico em proteínas (vitaminas).

Com a participação da comunidade e com o apoio do PRODECOM a granja, que já existia, foi ampliada.

O projeto da granja começou com 50 cabras e dois produtores. Daqui há 3 anos estará atendendo a mais de 7.500 pessoas na região.

Ainda nessa década, a UCRA realizou caminhadas pelas matas do entorno com os moradores, na chamada Jornada Ecológica, com intuito de fortalecer os laços dos moradores com a natureza. A UCRA também conseguiu que a COPASA instalasse a rede de esgoto no conjunto. Contudo, nem todas as casas tiveram seu esgoto doméstico conectado à rede; aquelas localizadas às margens do córrego continuaram despejando o esgoto no Santinha. No final da década de 1990, a UCRA organizou então discussões para resolver o problema da poluição do Santinha que ainda persistia. Assim, se mobilizaram e por meio do Orçamento Participativo de 2001, conseguiram incluir a pavimentação da rua das margens do córrego, que foi executada em 2004.

Com a melhoria do espaço construído, as ações e discussões socioambientais lideradas por Tomás continuaram girando em torno da conscientização para a preservação da natureza e despoluição das águas do Santinha. Essas ações culminaram na criação do Núcleo Santinha, do Projeto Manuelzão, em 2005, que fortaleceu e deu visibilidade para as práticas de cuidado e preservação das águas do Córrego Santinha.

[Os núcleos] são fóruns de discussão, elaboração e execução de metas relativas à gestão das águas, à educação ambiental e, também, participam da formulação e avaliação de políticas públicas por bacia hidrográfica.⁴⁶

Assim, com a rua pavimentada e com o apoio do Projeto Manuelzão, a UCRA pressionou a PBH para solucionar a coleta e destinação do esgoto sanitário das moradias nas margens do córrego. Como contou Tomás, as moradias foram removidas e conseguiram que o córrego não fosse canalizado.

A proposta inicial era canalizar. Mas conversamos com a Prefeitura e conseguimos a remoção dos moradores da margem do Córrego e a manutenção do leito natural. Então fizemos uma campanha junto à COPASA para colocar os interceptores de esgoto, que foram instalados entre 2009 e 2010.⁴⁷

A UCRA foi desfeita em 2013. No entanto, as ações continuaram mobilizadas por Tomás e Rosângela, com o apoio do Manuelzão e da Escola Municipal Desembargador Loreto Ribeiro de Abreu. Nos últimos anos, Tomás vem construindo um ‘espaço contemplativo’, como ele denomina. Quando conversamos, eles me esperavam nesse espaço. Essa área está nas margens do Córrego Santinha e também é um espaço residual do conjunto. Hoje é uma praça onde convivem moradores, visitantes, animais, plantas e o Santinha. *O objetivo é incentivar e também ter a criação de soluções compartilhadas para que gere esse projeto de transformação socioambiental em toda a região e isso eu acho que a gente está conseguindo bem*, disse Rosângela. O espaço é utilizado com diversos fins como a

⁴⁶ Informações retiradas do site do Projeto Manuelzão. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/nucleos/>

⁴⁷ MANUELZÃO, Reconhecimento, 2011.

aproximação com a natureza, com práticas religiosas, lazer e aprendizado. *Nós recebemos visita aqui de escolas, de pessoas fazendo pesquisas sendo com raízes, da área de botânica, a gente recebe também visitas de espíritas que vêm aqui se reunir em prol da natureza, porque eles se sentem bem.*

A última ação de Tomás junto com os moradores foi a construção de uma pequena ponte no Córrego Santinha. Tomás mobilizou moradores e por meio de um mutirão construíram a ponte, que potencializou ainda mais a aproximação dos moradores e visitantes do espaço com as águas do Santinha. *Nós chegamos à conclusão de que se você não tomar a frente, não tiver iniciativa e criatividade não sai nada.*

Nesse sentido, mesmo com uma produção heterônoma no Conjunto Casas Populares surgiram mobilizações importantes de melhoria do espaço e de preservação e despoluição das águas do entorno. Além disso, a partir do engajamento na questão socioambiental, Tomás e Rosângela têm feito articulações com outros grupos do Baixo Onça, como o DEIXEM e as lideranças do Quilombo Mangueiras.



29 Casa 'original'

Exemplo de moradia que permanece com a mesma estrutura original do conjunto.



30 Rua Monte Gilgal

Moradias modificadas a esquerda e a final da rua estão localizados o *espaço contemplativo* e o *Córrego Santinha*.

31 Rua Monte Moriá

À esquerda a mg-20, ao fundo o aglomerado Novo Lajedo, ao lado a mata do Quilombo Mangueiras. Essa porção do conjunto não corresponde ao núcleo original, foi ocupada posteriormente. Aqui, destaco a desintegração do sistema viário, que colabora para o isolamento dos moradores no conjunto.



32 Cascata da Santinha

Na lateral esquerda o muro de arrimo construído para a duplicação da MG-20 e logo a direita a cascata da Santinha.



34 Espaço contemplativo

Troncos de madeira para reuniões, onde aconteceu a entrevista com Tomás e Rosângela.
Ao fundo, o Córrego Santinha



33 Barragem

'Barraginha' e ponte no Córrego Santinha construída por Tomás e moradores do Conjunto Casas Populares

Conjunto Ribeiro de Abreu

O Conjunto Ribeiro de Abreu, às margens do Onça e da rodovia MG-20, é composto por uma parte de prédios e outra, de sobrados. A oeste, ele faz divisa com o Onça e a Nascente Fundamental do Ribeirão Onça, e, a nordeste, com a área da Estação de Tratamento de Esgoto do Ribeirão Onça (ETE-ONÇA). O principal acesso ao conjunto é pela chamada *segunda ponte*, seguida pela Avenida Serra do Navio, que divide a porção dos prédios, a oeste, das casas, a leste. Os usos são predominantemente residenciais, apenas com alguns poucos pontos de comércio e serviços na parte das casas, em garagens e dentro das moradias. O sistema viário de acesso aos prédios segue o relevo do local, com um traçado ‘orgânico’, enquanto o da parte das casas é um reticulado ortogonal. Em todo o conjunto, as ruas são asfaltadas, com vias íngremes que se conectam a vias de pouca declividade. Ao andar pelo conjunto, notei poucos pedestres nas ruas. Os moradores dos prédios parecem utilizar a rua Serra da Mantiqueira para caminhadas. O maior fluxo de pessoas se dá em alguns bares e nas suas proximidades.

O conjunto também foi financiado pelo BNH, como já mencionado, e construído entre 1982–1984, com previsão de pagamento da unidade num prazo de vinte e cinco anos. A construção do conjunto modificou o curso natural do Onça para a implantação de uma das quadras de prédios. João Mingau trabalhou nessa construção e contou que foram feitos aterros para acomodar as torres — *arrastou o rio*, ele disse. À época existiam o Conjunto Casas Populares e algumas poucas moradias no Loteamento, que se concentravam nas proximidades da primeira ponte. Sua construção foi um marco para a região, trazendo muitos habitantes para uma porção da cidade com uma ocupação incipiente.

Primeiro foram construídos aproximadamente duzentos sobrados e, logo em seguida, cinquenta prédios de três pavimentos divididos em dez lotes, espaçados e permeados de vazios. Em Belo Horizonte, essa é uma configuração relativamente rara, tanto pela mescla casas e prédios quanto pela baixa taxa de ocupação.⁴⁸ O conjunto foi implantado juntamente com ruas asfaltadas, coleta de esgoto e iluminação. Nenhuma outra área da região dispunha desse tipo de infraestrutura.

⁴⁸ Cf. UFMG et al, Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010.



35 Conjunto Ribeiro de Abreu

Imagem aérea do Conjunto Ribeiro de Abreu, 2022. Fonte: Google Earth, adaptado pelo autor.

O projeto destinou aos moradores dos prédios uma área externa particular para cada unidade habitacional, dentro da área de cada conjunto de prédios, exceto na quadra em que moram João Mingau e Viviane. Nessa quadra, a área particular para cada unidade foi projetada do outro lado da rua, margeando o Onça. Isso aconteceu porque o espaço na mesma quadra não era suficiente, como relatou João Mingau. A utilização dessas áreas fica a cargo de cada família e, no início, eram utilizadas principalmente como garagens, como nas demais quadras. João conta que usou o seu espaço como um bar e que se divertia ali. No entanto, nos últimos anos tem havido a erosão desse local, o que causou o desmoronamento do talude. Assim, as construções que havia ali tiveram que ser removidas. *O rio está tomando de volta o lugar dele*, diz João.

Na parte das casas, alguns lotes foram reservados a equipamentos de lazer, esporte e recreação, que seriam de uso exclusivo dos moradores; situação não muito comum para esse tipo de empreendimento. Em 2010, um desses lotes foi destinado à construção de um centro de saúde, enquanto os demais continuam sem uso. A gestão desses lotes coletivos é de responsabilidade da Associação de Moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu (AMCRA).

As unidades unifamiliares não foram ocupadas imediatamente após a construção, e sim gradativamente, ao longo da década de 1980. Malu conta que, quando se mudou, aos seis anos de idade, *não tinha nada, era só o Quilombo Mangueiras, que [hoje] está ali sufocado*. Já Roneide mudou do bairro Barro Preto para o bairro Carlos Prates e depois para uma das casas do Conjunto Ribeiro de Abreu. Para ela, *na época, foi muito difícil de adaptar, tá? Foi difícil de adaptar, mas eu acho que depois, assim, eu acho que essa região aqui ela tem alguma coisa, assim, de encantador, sabe?*

Após a construção do conjunto, foi criada a Associação de Moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu (AMCRA). Sua atuação consistiu em estimular comércios e serviços no conjunto, que ali não havia sido previstos no projeto original. Porém, atualmente, a AMCRA é apenas uma representação institucional do Conjunto, com pouca participação dos moradores.⁴⁹

Nós temos associação aqui a AMCRA, no início do conjunto ela funcionou bem, e ao longo dos anos ela foi se tornando uma disputa de poder e muitos dizem, inclusive, por causa de uma ascensão financeira. Hoje o diálogo dos moradores com a AMCRA é muito difícil não há esse diálogo, não há relação. É conflituosa, de descrença. Os moradores hoje, quando falam de AMCRA só mesmo defeitos, nenhum elogio. E é resultado do que os moradores sentem e veem no bairro. No início foi efetiva, mas ao longo dos anos perdeu sua objetividade e hoje em dia a gente não vê ela trabalhando em prol da melhoria do bairro. Hoje está voltada para um pequeno grupo. A

⁴⁹ Não entrevistei nenhum participante da AMCRA, me relataram sobre o envolvimento da associação com as ocupações irregulares nas áreas do entorno e fui aconselhado a não entrar em contato com a associação.

preocupação e o grande problema hoje do bairro é justamente isso. É desmontar esse grupo que foi formado.

O transporte público no início da década de 1980 era escasso. O conjunto era servido por uma linha de ônibus que passava pela MG-20. Comércio e serviços não existiam, o que era uma das principais dificuldades encontradas pelos moradores. Com a implantação do conjunto, foi construída a Escola Municipal Secretário Humberto Almeida, em 1983, a fim de atender a demanda dos novos moradores. Entre 1991 e 1992, essa escola foi reformada e ampliada para atender a demanda também do bairro Ribeiro de Abreu e dos bairros do entorno.

Sônia nasceu no município de Nanuque, no Vale do Mucuri, e se mudou para Belo Horizonte em 1976. *Nasci lá e, dos cinco anos aos dez, eu morei em Teixeira de Freitas. E aí a gente veio para morar todo mundo no mesmo lote. Morei no Tupi, morei aqui no Conjunto [Ribeiro de Abreu, prédios] e depois voltei para o Tupi.* Sonia se formou como professora e leciona na Escola Municipal Humberto Almeida, no bairro Ribeiro de Abreu. Ela sempre foi engajada nas mobilizações por moradia e pela preservação da natureza, e hoje é participante do DEIXEM. Como professora, faz uma articulação importante entre a escola, o movimento e o Quilombo Mangueiras.

A partir de então, a maioria das casas foi ampliada e modificada. Andando pelo conjunto, é possível perceber poucas casas com a conformação inicial. Roneide conta que nesse período foram abertos mais comércios, sobretudo padarias e mercearias de pequeno porte. Mais ainda do que no Conjunto Casas Populares, a homogeneidade inicial deu lugar a uma paisagem construída heterogênea. Hoje, diz Malu, *a estrutura dessas casas é muito boa, de casão para a periferia sabe?*



36 Escola Secretário Humberto Almeida (1992)

Escola depois da reforma no início da década de 190 e ao fundo os prédios do Conjunto Ribeiro de Abreu.
Fonte: Sônia.

Poucas ações coletivas e comunitárias são realizadas por grupos de moradores do conjunto. Porém, em 2020, Roneide e alguns outros propuseram a construção de uma árvore de natal. Essa atividade se deu sem a participação da AMCRA e surgiu com a intenção de mobilizar os moradores das casas e dos prédios numa ação coletiva que deveria promover um ‘senso de pertencimento’ e comunidade. *Começou com esse objetivo de mobilizar mesmo, de mobilização*, diz Roneide. Ela também está organizando com alguns moradores da porção das casas a ocupação de um dos lotes coletivos com quadras esportivas e áreas de lazer, em parte para evitar que sejam ocupados informalmente. Essa ação, como ela diz, é uma *sementinha*, como a árvore de natal — *é estar ocupando os espaços do bairro*.

Ações pontuais também tem sido articuladas pelo COMUPRA e feitas por processos autogestionários. Uma delas é o cercamento e a poda da vegetação na Nascente Fundamental, antes conhecida como Nascente Dona Júlia. O lugar se transformou em um ponto de visitação e percurso onde, por exemplo, professores das escolas do bairro levam os alunos para realizar atividades de conscientização das questões socioambientais.

Na Nascente foram feitos mutirões para a construção de um tablado, de escadas e de corrimãos, para melhorar o acesso e tornar as visitas dos alunos das escolas mais seguras. No entanto, com o final desses mutirões, as mobilizações em torno da nascente também cessaram e iniciou-se um processo de degradação devido ao despejo ilegal de entulho de construção no local. Viviane e João, que moram ao lado da nascente, iniciaram, em 2022, ações para recuperar e preservar as águas da nascente e a área ao seu redor. Fizeram o plantio de árvores, limpeza e capina. Eles relataram a situação para o COMUPRA e então retomaram a mobilização com os moradores do conjunto para a sensibilização pelo cuidado com a nascente. Junto com o Manuelzão, o COMUPRA realizou ‘oficinas de memória’ para resgatar a história dos moradores e suas interações com a nascente e com o Onça. Como Roneide conta, muitos moradores ainda não se mobilizam e nem mesmo conhecem a nascente. Nós estamos inseridos dentro do bairro Conjunto Ribeiro de Abreu e muitos não sabem dessa sede [COMUPRA]. Muitos não sabem, José, inclusive da nascente, que está no próprio no Conjunto Ribeiro de Abreu.

Durante a entrevista, Viviane narrou sua relação com a natureza e como ela se transformou depois que foi morar nas margens do Onça. Pelo contato com os seres que habitam ali, passou a ter uma relação de cuidado com o rio e as plantas, e passou a escutar os pássaros. Sua relação com esses outros mundos além de cuidado, também é de troca: as plantas estão trabalhando para a gente, enquanto cuidamos dela, ela conta.

Assim, a construção do conjunto impulsionou a ocupação da região e, ao mesmo tempo, atropelou suas características rurais. A produção heterônoma, sem organização prévia dos moradores (à

diferença de conjuntos produzidos a partir dos movimentos por moradia), parece ter determinado ou pelos menos condicionado a atuação relativamente tímida da AMCRA e o pouco engajamento dos moradores. Alguns conflitos cotidianos relatados por Viviane se referem à coleta de lixo e à ocupação das áreas livres dentro das quadras dos prédios, enquanto Roneide e Malu falaram da falta de engajamento dos moradores com as questões que permeiam o Baixo Onça e de conflitos com os moradores do entorno.



37 Segunda ponte

Vista do Conjunto Casas Populares para a mg-20 e para a segunda ponte, o principal acesso para o Conjunto Ribeiro de Abreu. Acima do Onça, uma passarela que liga o loteamento Areia branca e Escola Humberto Almeida ao conjunto.



38 Casas geminadas

À direita moradia com estrutura original do conjunto e à esquerda casas com modificações.



39 Erosão

Área onde havia lotes particulares da quadra de Viviane e João Mingau onde está acontecendo o desmoronamento do talude. Segundo João, era aqui onde havia o monjolo.



41 Quadra de prédios

Exemplo de ocupação dos lotes particulares como garagens.



40 Prédios e jardim

Nessa outra quadra, há um pequeno jardim cuidado pelos moradores. Aqui os lotes particulares estão no fundo da quadra.

Sobre o Areia Branca

Além do Loteamento e dos dois Conjuntos acima descritos, o bairro Ribeiro de Abreu inclui ainda um loteamento clandestino produzido na década de 1980, com cerca de trinta casas térreas ou sobrados. Ele se localiza na área onde o Córrego Izidora desemboca no Ribeirão Onça, também chamada de Praia do Onça. Por formar uma pequena península, a área parece ter ‘sobrado’ na partilha do Loteamento Ribeiro de Abreu e ter sido então apropriada ilegalmente por um loteador, que vendeu as parcelas para os atuais moradores. Todos eles têm os respectivos contratos de compra e venda, mas nenhuma das ações anteriores de regularização fundiária no bairro alcançou esse loteamento.

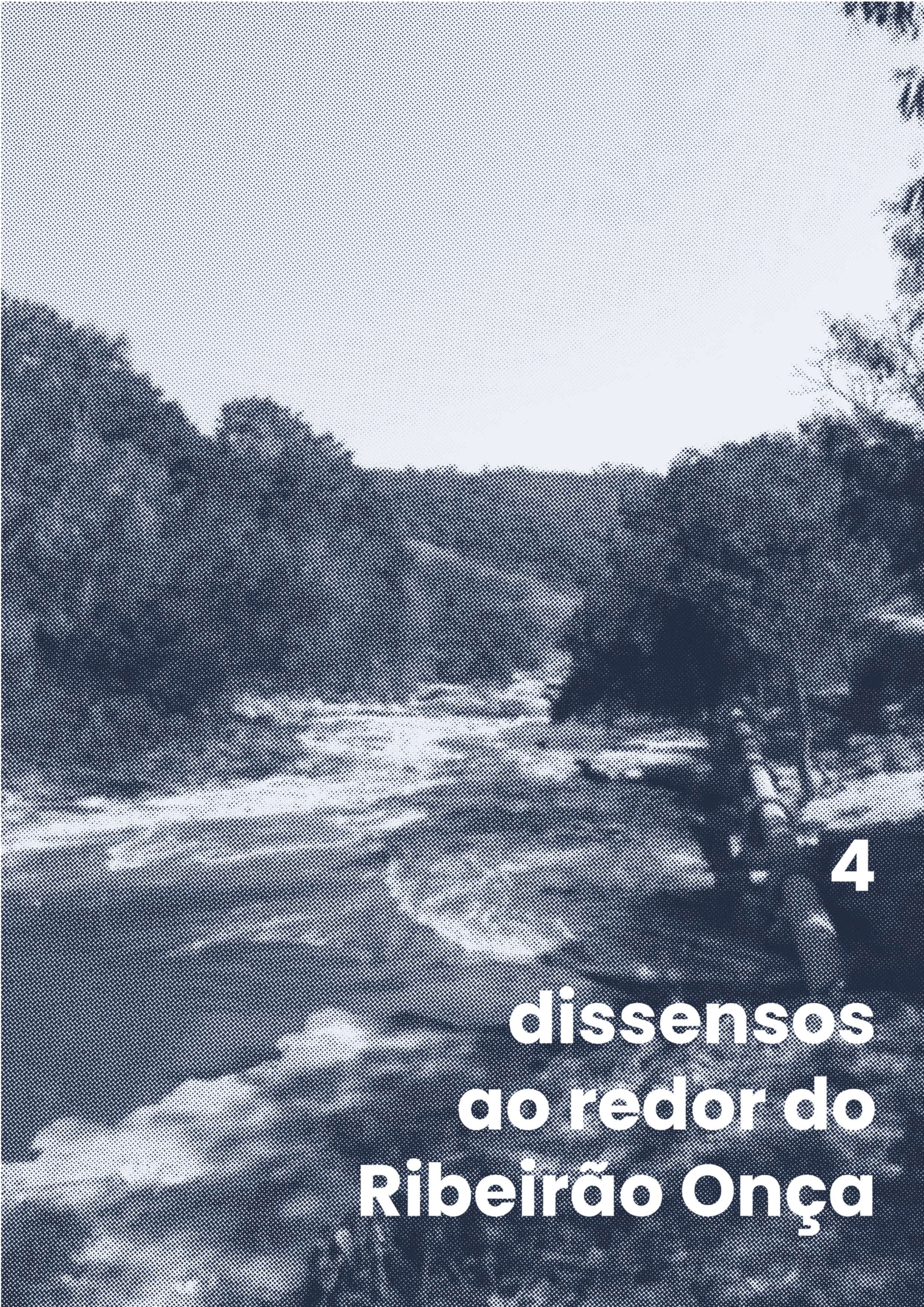
Tentei entrevistar moradores do Areia Branca, mas, como estão em processo de remoção, não tive sucesso. As pessoas me diziam que preferiam não falar, talvez entendendo que eu seria ligado à prefeitura ou que suas declarações poderiam prejudicá-los de alguma maneira. No entanto, pelas informações obtidas em eventos e reuniões com outros moradores e representantes das diversas instituições, ficou claro que as remoções em curso — justificadas pelo fato de as casas ocuparem parte das margens do Onça — têm sido bastante difíceis para os moradores. A URBEL declarou, desde o princípio, que não teria recursos para construir novas unidades habitacionais na região e que os removidos seriam indenizados em dinheiro. Os valores desse tipo de indenização, como se sabe, dificilmente dão acesso a outro imóvel na mesma vizinhança.

Um dado que talvez valha mencionar, que a moradora do Areia Branca, Clenilda, relatou no último evento do DEIXEM, é que a área sempre foi atingida pelas cheias do Onça; tanto que os moradores foram adaptando suas moradias para conseguirem escapar. Ela diz, por exemplo, que havia escadas nos fundos das casas, para conseguirem subir nos telhados e muros, e escapar quando a água chegava. Mesmo assim, a maioria das famílias iniciais preferiu ficar a se mudar de lá, o que tendo a atribuir à falta de alternativas numa localização equivalente na cidade.



42 Areia Branca

Ribeirão Onça no loteamento irregular Areia Branca. Nesse momento as moradias já estavam sendo demolidas. Na esquerda o encontro entre o aglomerado Novo Lajedo e a mata do Quilombo Mangueiras.



4

**dissensos
ao redor do
Ribeirão Onça**

4 Dissensos ao redor do Ribeirão Onça

Afetos e desafetos na vizinhança

As trajetórias dos moradores dos tipos espaciais descritos no capítulo anterior mostram diferenças significativas no processo de produção das moradias, nas interações com o entorno e nas formas de articulação. Das pessoas com quem conversei ao longo da pesquisa, nenhuma nasceu no Baixo Onça ou teve ali sua primeira moradia. Elas migraram para lá no processo da urbanização periférica, muitas vindas do interior para a ‘cidade grande’. O lugar lhes deu a possibilidade de moradia, com inúmeros problemas, mas também com virtualidades.

No Loteamento Ribeiro de Abreu, a autoprodução do espaço de moradia propiciou o fortalecimento de relações de vizinhança, afetos e redes de solidariedade em torno da (sobre)vivência numa periferia escassa de infraestrutura e equipamentos públicos. Assim, por exemplo, a falta de rede de abastecimento de água fez com que nascentes, às vezes dentro dos lotes particulares, que não tinham muros nem grades, propiciassem encontros cotidianos das mulheres da vizinhança, que ali lavavam roupas e utensílios domésticos (foi o caso de Angélica). Os primeiros contatos às vezes foram facilitados por familiares ou amigos que já moravam ali, mas as relações logo se ampliaram em negociações e ajudas mútuas, como para compartilhar a rede elétrica (foi o caso de Vera), para transportar materiais de construção pelas íngremes ruas de terras em que caminhões não circulavam (*a gente era tipo formiguinha, cada um pegava uma lata e ia trazendo*, diz Simone), ou até na construção de mais de uma casa no mesmo lote (o caso de Dona Helena). Cooperar com vizinhos, que muitas vezes se tornaram amigos, possibilitou habitar uma periferia nas bordas da cidade e, ao longo do tempo, possibilitou também articulações em espaços institucionais, como o engajamento no Orçamento Participativo para reivindicar escolas, posto de saúde e asfaltamento de ruas. Nesse sentido, por mais que houvesse inúmeras dificuldades, os moradores tiveram certa autonomia individual e coletiva na gestão do loteamento.

No Conjunto Casas Populares, o mais antigo da região, a associação de moradores, UCRA, teve um papel relevante nesse sentido. Ela fortaleceu laços e mobilizou as pessoas para lutar por melhorias. Diante dos entraves cotidianos da falta de rede de esgoto, das ruas de terra, da inexistência de equipamentos de lazer e da desarticulação no sistema urbano, a UCRA organizou os mutirões para construir a capela e a praça, assim como organizou a reivindicação da rede de esgoto, as caminhadas pelas matas, os campeonatos de vôlei e futebol. Essas ações fortaleceram as redes de vizinhança e

o sentido de pertencimento dos moradores. Hoje, existe nesse conjunto, às margens do Santinha, um *espaço de contemplação*, lazer e reuniões, que foi inaugurado com muita festa e é mantido pelos moradores num movimento de recuperação da interação amistosa com a natureza e as águas. Rosângela resume: *Todo mundo abraça isso aqui com muito carinho. [...] É o amor que as pessoas têm por esse lugar. Isso é o que a gente queria, é desconstruir aquela ideia de ‘ah, poxa, olha que rio feio’, mas o rio não é o culpado disso não! O rio é lindo. Nós sujamos o rio, a gente é que tem que ter vergonha de ter feito isso com o rio, porque ele é maravilhoso.*

No Conjunto Ribeiro de Abreu, a história foi outra. À diferença dos moradores do Loteamento, as pessoas que se mudaram para o conjunto, não tinham vínculos anteriores. E, à diferença dos moradores do Conjunto Casas Populares, chegaram ali já com uma situação urbana bem mais consolidada. Na parte dos prédios, ficaram isolados em apartamentos e compartilharam as áreas comuns num regime condominial bastante restrito. O fato de as relações serem sempre mediadas por uma instância de controle, na figura do síndico, geraram conflitos. A premissa foi de não compartilhar decisões, gestão e manutenção das áreas comuns para além das reuniões condominiais, enquanto as ações propriamente ditas eram delegadas ao síndico. Os moradores dos prédios não tiveram, nas palavras de Viviane, a *evolução como os do [loteamento] Ribeiro*. A possibilidade de ação dos moradores ficou limitada a minúsculas intervenções nas áreas livres. Ainda hoje, poucas quadras têm algum jardim ou pomar cuidado por moradores. Quem tentou, enfrentou conflitos com vizinhos (como no caso de João Mingau). Já na parte das casas, as interações se ampliaram ao longo do tempo: *Tem muita coisa de [cidade do] interior, [hoje] quase todo mundo conhece todo mundo, criou esse elo bacana*, diz Roneide. Embora as pessoas tenham recebido unidades ‘prontas’ do BNH, muitas fizeram mudanças consideráveis nas casas e nos lotes, que por sua vez estimularam trocas e criaram um imaginário de ‘interior’ nessa porção do conjunto. Ainda assim, os moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu — sejam dos prédios ou das casas — compõem um grupo desarticulado internamente e desmobilizado para as ações do bairro e do Baixo Onça. Há relações afetivas e algumas pessoas engajadas politicamente, mas isso não resultou numa articulação para a reivindicação de melhorias do espaço cotidiano. Mesmo a AMCRA, que no início foi ativa e incentivou a abertura de comércios e serviços, não tem conseguido uma mobilização efetiva. Roneide resume a situação: *É uma desatenção dos moradores, falta de interesse de se apropriar mais das coisas do bairro e do que acontece no bairro.*

Dadas tais diferenças, como esses três espaços cotidianos — Loteamento, Conjunto Casas Populares e Conjunto Ribeiro de Abreu — se relacionam entre si? Que conflitos e hierarquias sociais envolvem? Em que medida são capazes de se unir pelas melhorias na região do Baixo Onça? E como veem os demais tipos de ocupações dessa região?

Para a maioria das pessoas que entrevistei, o Ribeiro de Abreu constitui um bairro formado por essas três porções. No entanto, à diferença da designação oficial, utilizada pela PBH, muitos não o chamam de *bairro*. Para eles, o Conjunto Ribeiro de Abreu constitui um *bairro* à parte, distinto do Loteamento e do Conjunto Casas Populares. Nisso se reflete uma oposição entre os moradores do Conjunto Ribeiro de Abreu e os outros dois espaços, especialmente acentuada em relação ao Loteamento. Veja-se o que dizem as moradoras do Conjunto.

O Ribeiro de Abreu é muito grande, tem o Ribeiro de Abreu e [as áreas] são diferenciadas e é dividida a população. (Sônia)

Tem essa rivalidade Conjunto e [Loteamento] Ribeiro, sabe? Quem mora no conjunto não gosta de falar que é do Ribeiro não! [...] É como se o Ribeiro fosse uma favela, como se eu não morasse na favela, sabe, como se eu não fizesse parte. 'A rua de cima é favela, a minha não é não'. (Malu)

O Ribeiro de Abreu é uma região enorme, mas que ficou fragmentada, ficou muito fragmentada. Eu penso que, talvez, faltou esse entrosamento das associações de cada bairro [AMCRA, UCRA e COMUPRA]. [Os moradores do conjunto] sentem como se morassem na Savassi [...] num patamar melhor, até economicamente falando. (Roneide)

Os moradores do Conjunto tendem a ver o próprio espaço como um lugar organizado devido ao 'planejamento' e à infraestrutura instalada no momento da construção; ao contrário do Loteamento, que é visto pelos moradores do Conjunto como uma favela, uma anarquia, uma área sem regras. O estigma em relação ao loteamento é atribuído à precariedade das moradias e do entorno, que, para os moradores do conjunto, é associada a um *patamar inferior*, como relatou Roneide. Outro componente que se soma a essa distinção é a ascensão econômica dos moradores do conjunto à diferença dos moradores do Loteamento. Essa contraposição parece ter aumentado no período em que a região mais sofreu com altos índices de violência. Para João Victor, morador do Loteamento, *era uma coisa conturbada, era uma casa em cima da outra e acaba que criava se esse 'visual urbano', essa paisagem urbana um pouco de conflito, porque era um espaço de conflito*.

Quanto ao Conjunto Casas Populares (também chamado de Conjunto Velho), alguns moradores do Loteamento e do Conjunto Ribeiro de Abreu mantêm uma relação que pode ser caracterizada como carinhosa. Ela parece derivar principalmente do fato de terem estudado na escola localizada no conjunto ou terem visitado as matas no entorno para pegar lenha ou visitar a cascata da Santinha, como disse Diego. No entanto, hoje não há interações significativas com o Casas Populares, nem mesmo entre o COMUPRA e as ações feitas por Tomás e Rosângela. *Seria interessante e eu tenho certeza que teria muito mais força se tivesse, por exemplo, a associação das associações na hora das reivindicações (Tomás)*. Internamente, no Casas Populares, os moradores têm uma relação amigável e, com a

construção do espaço contemplativo e seu uso para as celebrações, aniversários e caminhadas, têm tido maior envolvimento entre si.

Cada um desses espaços cotidianos possui pequenos comércios, serviços e escolas municipais que suprem as necessidades imediatas de cada grupo. Quando os moradores precisam ir até uma agência bancária ou um supermercado de maior porte, por exemplo, se deslocam até outros bairros como o Nazaré e o São Gabriel, como relatou João Victor. Desse modo, parte das oportunidades de convivência entre os grupos não se efetiva.

Um conflito relevante é dos moradores com assentamentos irregulares mais recentes. Ocupações informais nas margens do Onça para fins de moradia não são novidade, mas Cléria e Malu distinguem entre as *ocupações* e o que elas chamam de *invasões*. Entendem que as ocupações — hoje, em sua maioria já removidas — foram feitas por *pessoas que não tinham onde morar, construíam uma casa simples para ter algum lugar e viram no espaço do rio, numa margem larga, que é o ribeirão Onça, uma casa* (Cléria). Já as invasões seriam de pessoas que constroem casas para venda ou aluguel. *Não é porque eles não têm onde morar, é porque eles são ‘corretores invasores’ [...] invasores profissionais* (Cléria). *Não invadiram com a intenção de morar e de não ter onde morar, foi muito pelo contrário, foi de fazer uma especulação. [...] A gente brinca, ‘especulação imobiliária de baixo custo’* (Malu).

A situação de ‘invasores profissionais’ é comum tanto nas áreas do Loteamento às margens do Onça quanto nas áreas livres do Conjunto, onde foram construídas casas e até pequenos prédios irregulares. Mas a culpabilização e os conflitos recaem menos sobre os invasores do que sobre os moradores que ocupam as construções irregulares.

Especialmente o fato de os domicílios das ocupações não estarem ligados ao sistema de esgoto e o despejarem diretamente no ribeirão tem causado irritações. *As pessoas têm que ter onde morar sim, mas que deixem áreas para que a gente possa curtir, interagir com o meio ambiente, porque a gente precisa disso, a gente não é só urbano!* (Rosângela). Malu se lembra das discussões internas no COMUPRA sobre as ocupações da região da Izidora e as consequências para os cursos d’água, indicando uma visão negativa em relação aos ocupantes desde o primeiro momento.

A princípio, se falasse ‘Ocupação Izidora’, o povo ia cair de pau: O que é isso! Secou o córrego Santinha! É que teve isso mesmo, mas e aí, né, o que nós vamos fazer? O córrego Santinha era um dos únicos que lançava água limpa para o Ribeirão Onça. Então, quando vieram as ocupações, na verdade nem a Izidora, mas a [Ocupação] Vitória, que é mais perto, secou o córrego. Mas eles também precisavam desviar a água limpa lá para eles. Eles não tinham água, mas virou um problema.

Para Tomás e Rosângela, há também a ambiguidade entre a necessidade de ocupar e a preservação dos cursos d'água, principalmente dos córregos Santinha e Izidora. Devido à *ocupação desordenada do Novo Lajedo, o pessoal [do quilombo] usava a água e agora não pode mais*. O que Tomás e Rosângela fazem hoje é mostrar para os moradores do conjunto *a diversidade e a beleza natural* que existe ali, e o espaço contemplativo tem ajudado nisso. Assim como outras lideranças no Baixo Onça, os dois questionaram a forma da urbanização da ocupação Novo Lajedo. Ao mesmo tempo que se opõem, pontuam a necessidade da moradia, principalmente na periferia.

Assim, as redes em torno da autoprodução das moradias dos grupos engajados na melhoria das condições do espaço foram imprescindíveis para uma articulação mais ampla e conjunta no Loteamento. Ao mesmo tempo, se criou um imaginário negativo sobre outros grupos, como os moradores das ocupações. Pelas falas, o que se critica é o processo de ocupação da região da Izidora e do Novo Lajedo. Como hoje essas áreas já estão consolidadas, não se culpabilizam os moradores desses locais. Contudo, não há ações conjuntas entre os moradores e grupos do bairro Ribeiro de Abreu com os moradores dessas ocupações. Nem o COMUPRA tem uma relação mais próxima com as ocupações. Por outro lado, existem alguns pontos de encontro, como as reuniões sobre o Parque da Izidora, indicando uma possível parceria. As mobilizações caminham entre ambiguidades intrínsecas à produção desse território, sobretudo o conflito entre direito à moradia e preservação da natureza.

Sob as cheias do Onça

À diferença dos moradores dos conjuntos Casas Populares e Ribeiro de Abreu, uma trama de interações se estabeleceu entre os moradores do Loteamento que conviveram com as dinâmicas das águas do Ribeirão Onça e seus afluentes. As práticas criadas ao redor do Onça mudaram e apontam a possibilidade de coexistência com o rio de forma harmônica. Contudo, as interações com o rio não são convergentes. Há dissensos intrínsecos à existência e às consequências das cheias do Onça.

Então, lá em casa, a gente já tinha ficado expert na coisa. O rio já dava sinal que ia encher, a gente já colocava as coisas para cima, já saía, já falava com os vizinhos e assim a gente foi fazendo, mas, realmente, tiveram famílias que perderam pessoas, porque não tinham essa dinâmica com o rio. (Simone)

O que Simone descreve como “dinâmica com o rio” se refere não só às cheias recorrentes, mas a uma percepção muito mais minuciosa e cotidiana das águas do Onça. Em nossa conversa, ela se referia ao Onça como um ser que também se fazia presente na mesa à qual conversávamos. Ele parecia presente ali, como sempre esteve presente na vida dela, seja nas cheias, nas brincadeiras,

nas andanças pelas matas ou nadando em suas águas. O rio continua ali no mesmo lugar dele, hora ele toma uma proporção e ele vai pra onde ele quer ir, ninguém segura não. Eu já vi o rio em vários cursos. Quando ele toma força dele ninguém segura, né? A água vem lavando, vem limpando tudo.

Com a recorrência das cheias, Simone relata que passaram a vigiar o rio: ‘ô, gente, o rio está enchendo’. [A gente] já avisava: ‘fica esperto porque o rio está enchendo’. A partir dessas situações, criaram redes de apoio entre os moradores do Loteamento. Como diz Simone: a gente foi criando esse vínculo, essa ligação devida a essa situação.

Clenilda contou, no último evento do DEIXEM, como essas redes de apoio entre ela e seus vizinhos foram criando laços de amizade. Para lidar com as cheias, os moradores foram adaptando suas moradias.

[Eu] presenciava um apoio, sempre um ajudando o outro, socorrendo, em várias circunstâncias, principalmente nas devastadoras, das enchentes que passamos muito. Tivemos momentos onde a enchente entrava devastava as casas, os que estão ali, iam apoiando. Possuímos uma escada no fundo das nossas casas para que quando o rio tivesse subindo a gente pudesse passar de muro em muro para sair lá no Sô Aézio. (Clenilda)¹

[A ocorrência das cheias] sempre foi um ponto chave de encontro da comunidade. (João Victor)

Recentemente os moradores criaram grupos no *Whatsapp* para avisarem uns aos outros quando o rio começa a subir. Isso fortaleceu os laços de vizinhança e reduziu os impactos das cheias. João Victor relata que, com a troca de informações entre eles, puderam criar estratégias de segurança, como se abrigar nas lajes e nas casas de outros moradores. Com o início das remoções para a implantação do Parque Ciliar, esses grupos no *Whatsapp* também estão servindo como canal de troca de informações sobre o processo de cadastramento dos moradores a serem retirados.

*É um grupo muito organizado, aqui no Ribeiro de Abreu a gente consegue trabalhar por causa da organização que tem por trás de tudo, a comunidade é organizada. Nós temos grupos no *WhatsApp*, a gente tem líder comunitário de referência. Então a gente consegue organizar e caminhar. (João Victor)*

As reuniões com a SUDECAP e a URBEL para a remoção das moradias foram retomadas no início de 2020, de forma on-line. Participei de algumas delas, e as percepções que tive sobre os moradores do loteamento foi de urgência no andamento das remoções.

¹ Os relatos de Clenilda aconteceram durante o 14º Deixem o Onça Beber Água Limpa.

Perto de setembro de 2022, a reivindicação dos moradores para acelerar o processo de cadastramento, indenização e retirada das moradias para que conseguissem sair das proximidades do Onça por causa das inundações foi ainda mais incisiva e urgente. As conversas por *Whatsapp* possibilitaram que os moradores trocassem informações entre eles durante o processo de cadastramento, já que as atualizações do processo só são apresentadas para os moradores nas reuniões on-line. Assim, puderam compartilhar entre eles a situação individual de cada família e se organizar para levar questionamentos para a URBEL. Esse é um movimento forte dos moradores nas margens do Onça que reivindicam sua saída.

As cheias e o mau cheiro do rio influenciam negativamente a percepção tanto dos moradores do Conjunto e Loteamento Ribeiro de Abreu em relação ao Onça. Nas conversas com as lideranças do COMUPRA, percebi que, para os demais moradores o Onça representa sobretudo um esgoto a céu aberto, algo a ser retirado da paisagem. *E aí depois que a gente ficou ferrado com rio cheio de esgoto. ‘Ah, na comunidade todo mundo é assim, nós vamos preservar o rio porque a gente quer ver o rio vivendo?’ Não! As pessoas, elas ainda continuam diversas, conta Cléria.*

Essas visões são divergentes e estão para além de uma oposição entre a qualidade de vida da população e a do rio. Como João Victor relata, o ribeirão *é necessário para a constituição do espaço, o rio estava aqui antes da constituição da comunidade em si, temos que respeitar ele, temos que valorizar esse espaço.* João Victor expõe essa percepção dissensual em relação ao rio:

O rio aqui sempre foi um problema para gente, só que a gente nunca enxergou ele como um problema definitivo. A gente sempre viu ele como uma solução sabe? Sempre esperamos dele uma solução. Então, ele [o ribeirão] é esse ponto negativo. Só que aqui a gente tem parte da população que vê isso somente de forma negativa, mas a maior parte vê como uma possibilidade de restauro. Entende o rio como possibilidade de espaço verde, entende essa constituição do espaço como uma necessidade, vê assim: ‘O rio tá aqui e ele é problema hoje, mas nós não queremos que tampem o rio’ e tentamos acabar com problema de uma outra forma. A gente quer o rio aberto, a gente quer a reconstituição da mata ciliar em volta do rio, a gente quer criar uma fauna e uma flora.

O COMUPRA, como um grupo composto majoritariamente por moradores do Loteamento Ribeiro de Abreu, caminha por dois objetivos complementares. O grupo acompanha e reforça a retirada das famílias nas margens do Onça, ao mesmo tempo que estimula outro imaginário sobre o rio. Como Itamar apontou, *é um conflito entre o rio e a população, não por causa do rio, mas por conta do Estado.* Sua fala reforça como o Estado lida com as águas e a moradia na cidade.

O transbordo desses rios [que deságuam no Onça], desce tudo aqui para o Ribeiro de Abreu, quando chega aqui o rio não tem espaço suficiente e teve o assoreamento do rio foi muito forte,

então ele vai transbordar e vai inundar o bairro. E isso é o ponto principal em relação as coisas negativas, porque a gente já teve muito problema com isso. [...] Então todo mundo já espera que isso vai acontecer e é triste, porque tem muita perda. Depois que o rio vai embora, você passa na rua e tem um caminhão para recolher os móveis e você tem dos dois lados da rua um monte de móveis, um monte. É sofá, geladeira, fogão. (João Victor)

A ocupação coletiva das margens do Onça, como diz Malu, tem como intuito a transformação daquele espaço, mas também o estabelecimento de outra interação dos moradores com o rio. Itamar, por exemplo, é conhecido como um grande articulador com moradores do bairro Ribeiro de Abreu e com o poder público. Em diversas conversas que tivemos sobre a luta pela despoluição do Ribeirão Onça, ele sempre enfatizou a relação com o rio. Ele citou o exemplo das universidades que esporadicamente vão até o COMUPRA para alguma atividade acadêmica. Para ele, *as pessoas precisam conhecer, andar, ver o Onça*, isto é, se deixar afetar pelo Onça, para entender as relações afetivas que os moradores estabeleceram com o rio, para assim conhecer, de fato, a luta do COMUPRA. Para Itamar, as pessoas só conseguem entender as motivações dos moradores engajados na despoluição das águas do Onça e na remoção das famílias a partir de uma perspectiva ‘de dentro’. *Rio, ele renasce primeiro dentro da gente. Você só vai olhar pro rio a partir do momento que você sente ele dentro de você.* Nesse contexto, Simone também enfatizou a potência de um grupo local com uma relação íntima com o sítio natural nas mobilizações e na transformação dos seus espaços e perspectivas.

Vejo muito isso no Itamar, ele não tinha consciência que ele ia enfrentar gente [que falasse]: “Ah, mas eu não quero isso”. Talvez é uma consciência meio inconsciente, mas era uma pessoa que fazia parte daquilo, não era ninguém que estava chegando de outro lugar, ele fazia parte. Essa é uma grande vantagem, e junto com outras pessoas, [atuam] no convencimento e também, estou inventando essa palavra, no ‘exergamento’ de outra realidade. (Simone)

As representações do ribeirão são, portanto, heterogêneas. Isso resulta em dissensos, tensões e contradições no que se refere às relações entre natureza e meio urbano. O COMUPRA tem tensionado essas interações. Para eles, falar em acesso à moradia é também falar da existência e sobrevivência do Ribeirão Onça. *É viver com rio vivendo, não precisa um tá morto para o outro viver. Isso a gente diz das pessoas e do rio, vivendo, é os dois vivendo, porque nosso desafio hoje é viver bem com o ambiente também vivendo bem (Cléria).* Essas leituras não são apenas dicotômicas, isto é, ou o rio é um esgoto ou é uma potência, mas, como Cléria diz, *de fato, ele é um esgoto. Ele é um esgoto maravilhoso. Mas é um esgoto porque ele está cem por cento poluído.* Ao mesmo tempo que a presença dos cursos d’água se mostra como potencialidade na relação sociedade-natureza, também contribui para conflitos entre os moradores. Durante as conversas, percebi que as visões sobre o Ribeirão Onça são

ambíguas e estão em contínuo movimento; se transformaram ao longo do tempo e continuam a provocar dissensos.

No tempo das plantas

As práticas de agricultura permeiam os espaços e as vivências dos moradores no bairro Ribeiro de Abreu. Andando pelo bairro, ouve-se o barulho das galinhas e veem-se bananeiras, pés de acerola e limoeiros atrás dos muros. Os cultivos estão intimamente ligados às trajetórias individuais e familiares, que incluem a criação de animais e o plantio de verduras, legumes, hortaliças, frutas, ervas medicinais e PANCS, em quintais particulares e em espaços coletivos ou públicos. Visitei os quintais de Maria José, Vera, Helena e Júlia, e o de Itamar e Angélica, além do espaço da sede do COMUPRA, da Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu (também gerida pelo COMUPRA) e do cultivo de Viviane e João Mingau numa área residual do Conjunto Ribeiro de Abreu. Quanto ao Conjunto Casas Populares, Tomás e Rosângela relataram que muitas das áreas nos fundos dos lotes, originalmente projetadas como áreas verdes coletivas, são usadas para cultivos.

A casa de Maria José fica numa rua muito inclinada (cuja pavimentação ela e os vizinhos conseguiram junto à PBH apenas em 2019). Na frente, dois cômodos estão em construção: um para a lojinha que quer abrir e outro para o carro que planeja comprar. Exceto por essas obras e pela própria casa, toda a área do lote de cerca de seiscentos metros quadrados, do jardim da frente e ao quintal dos fundos, é ocupada por árvores frutíferas, flores, pés de milho e plantas medicinais. Quando entrei lá, foi como entrar numa pequena agrofloresta — não há canteiros delimitados para cada espécie, ao mesmo tempo que nada é ‘só mato’. Andando por ali, ela me explicou a utilidade de cada espécie: *Essa aqui é para câncer, essa é para fazer curativos*. Aprendeu tudo isso sobre as plantas e seus benefícios num curso de ervas medicinais que pôde fazer por intermédio do COMUPRA. Desde então, ela produz xaropes, pomadas, shampoos, sabonetes e extratos que complementam sua renda, e, além do próprio quintal, ainda cuida das hortas na sede do COMUPRA toda semana.

Já Vera compartilha o lote com a irmã, o que torna o espaço mais exíguo. Ainda assim, logo na entrada, há roseiras, ora-pro-nóbis e plantas ornamentais formando um jardim, que segue pela lateral da casa com canteiros de rúcula, almeirão, alface e taioba. O plantio é uma atividade que Vera parece fazer com prazer: *Eu gosto de mexer com a terra. Amo! É uma terapia*. Sua produção serve ao consumo da família, mas ela também a comercializa na Feira Terra Viva, junto com os produtos de algumas vizinhas: *tem a Carminha que traz o ora-pro-nóbis, tem a Sergina que manda o ovo, tem a Dona Lourdes que manda o chuchu. E é assim. Eu até tenho ora-pro-nóbis, mas deixo para ela trazer*. Também

é importante mencionar que Vera faz parcerias com diversos outros agricultores e hortas comunitárias para compartilhar a aquisição de insumos como esterco e mudas.

Dona Helena diz que, quando criança, via seu pai plantando na casa onde moravam antes de se mudarem para o Ribeiro de Abreu, mas que não ‘tomou gosto’ pela prática do plantio. *Amo tudo que é da terra, mas não me dou muito bem com as plantas.* Ainda assim, ela colabora nas hortas da sede do COMUPRA, está experimentando o plantio de acerola, jabuticaba e milho nos fundos do seu lote, e conhece exatamente os melhores tempos para cada colheita. Sobretudo, Dona Helena prepara doces, geleias, conservas e temperos, e é *cozinheira de mão cheia*, como comentam todos que compartilham os almoços que ela prepara no COMUPRA.

No lote de Itamar e Angélica, também há jardins e pomar, mas o que mais chama a atenção é seu cuidado e manejo da nascente que existe nesse lote. Itamar, que é bombeiro hidráulico aposentado, construiu ao longo dos anos um tanque de peixes e um sistema de circulação e oxigenação da água: ela vem da nascente, passa pelo tanque e depois corre por uma tubulação até o Onça. Ali, em volta da piscina dos peixes, já aconteceram vários encontros com representantes da PBH e de outras instituições. Como Itamar diz, ele aprendeu a brincar no Onça, e a luta socioambiental pela sua despoluição tem que ser feita assim, brincando e se (re)aproximando do rio.

A experiência com plantas ornamentais e árvores frutíferas de Viviane e João, no Conjunto Ribeiro de Abreu, se dá numa área às margens do Onça, bem em frente ao apartamento em que moram. Pelo projeto original, essa área era destinada às famílias do prédio, que teriam ali pequenos lotes particulares, para jardins ou outros usos, inclusive com a permissão de construir. No entanto, a área está erodida em razão do desmatamento que sofreu, e sua utilização foi interdita pela prefeitura. Ainda assim, Viviane e João a ‘adotaram’ e estão tentando recuperar sua vegetação. Isso está causando conflitos com outros moradores, que não aceitam esse tipo de ocupação do lugar, porque não querem comprometer a possibilidade do uso individual e contam com a perspectiva de a prefeitura assegurar as margens com um muro de arrimo ou dispositivo semelhante.

As práticas coletivas e comunitárias organizadas pelo COMUPRA na sede da Fazenda Capitão Eduardo compreendem hortas em canteiros, uma estufa, cochos, um ‘curral’ com criação de peixes, galinheiros e pomares. A principal fonte dos conhecimentos necessários para empreender essa produção é a própria experiência dos moradores, isto é, seus saberes acumulados no plantio e na interação com a terra. Até 2021, o cultivo era coordenado por José, um morador antigo do Loteamento Ribeiro de Abreu, com apoio de participantes e voluntários do COMUPRA. Hoje, o manejo das hortas é feito por seus filhos, Fabiano e Júnior. O trabalho que fazem na sede é pago com recursos

provenientes da comercialização dos alimentos e de doações que o COMUPRA recebe de moradores do bairro.

Já a Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu localizada no Espaço Vitrine compõe a proposta do Parque Ciliar. Nela os plantios também acontecem em canteiros e são mantidos pelos participantes e voluntários do COMUPRA. O intuito da horta é proporcionar outro tipo de ocupação das margens do Onça, para além da moradia.

Esses dois últimos espaços estão intimamente ligados. Eles dão suporte à Comunidade que Sustenta Agricultura (CSA), rebatizada pelo COMUPRA como Comunidade Solidária em Agroecologia. Trata-se de um arranjo de distribuição de cestas agroecológicas a um preço acessível, que não segue os parâmetros dos grandes mercados e que busca promover alimentos sem agrotóxicos, assim como mudar a relação usual entre fornecedores e consumidores. O consumidor se torna um associado da produção, podendo também contribuir com trabalho próprio. A CSA foi criada no COMUPRA em 2020, por sugestão de um morador do Loteamento. A motivação para isso foi a insegurança alimentar durante a pandemia. Atualmente, a CSA conta com dez associados, moradores do Baixo Onça, que recebem cestas semanais com hortaliças, verduras, raízes e frutas, produzidas na sede e na Horta Comunitária do Ribeiro de Abreu. Assim, a CSA se tornou a principal fonte de arrecadação do COMUPRA para remunerar os já mencionados Fabiano e Júnior, que cuidam da manutenção de toda a sede incluindo o manejo da produção agroecológica. Tudo isso contribui para que a sede seja um espaço de experimentação, vivência e aproximação com a natureza, aberto a moradores e colaboradores.

O que essas diferentes práticas de agricultura têm em comum? Em que medida estão fortalecendo o engajamento na região do Baixo Onça? Em todos os casos de produção em quintais particulares, ela complementa a alimentação das famílias. Especialmente para as mulheres, também aumenta a independência financeira e a disponibilidade de recursos para realizar melhorias nas casas. Vera enfatizou esse aspecto da geração de renda: disse que conseguiu comprar um carro *com o próprio dinheiro da feira. Me ajuda demais. Intera meu salário de aposentadoria*. A mesma coisa vale para Maria José, que vende produtos feitos com suas plantas medicinais e tem usado essa renda para reformas e ampliações na sua moradia. A produção do quintal de Júlia é principalmente para consumo próprio, mas não por falta de demanda, e sim porque a comercialização a sobrecarregaria nas suas atividades diárias: *Se eu plantar aqui um canteiro de alface e falar que tem, vai ter gente de lá vindo aqui comprar*.

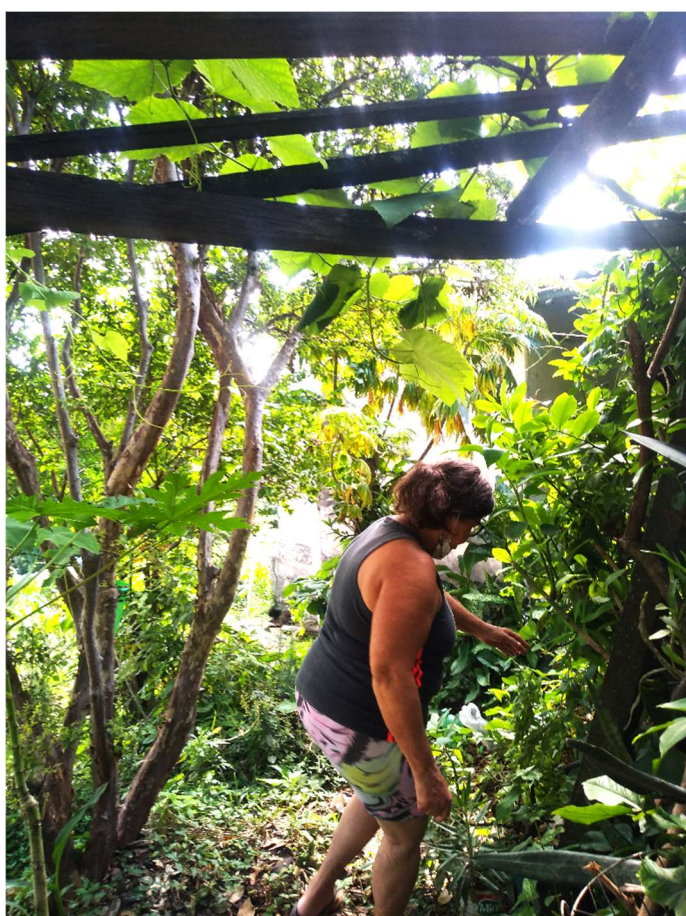
Já nos espaços coletivos da sede do COMUPRA e da Horta Comunitária, a autogestão do cultivo e a mobilização de outros moradores, que não as lideranças e os voluntários regulares, tem sido a

tônica. Mesmo contando com duas pessoas remuneradas para o manejo diário, as hortas demandam cuidados que extrapolam o trabalho delas e o das pessoas presentes no dia-a-dia da organização. Por isso, o COMUPRA organiza frequentemente mutirões para o plantio, a manutenção e a limpeza dos canteiros. O grupo decide de antemão o local e depois cada liderança divulga o evento pela sua rede de contatos de *Whatsapp*. A divisão de tarefas é feita no início do mutirão, quando cada participante escolhe sua atividade. São esses os momentos de maior interação entre as pessoas engajadas no COMUPRA e outros moradores do Baixo Onça. Há compartilhamento e trocas de saberes, de alimentos e, sobretudo, de afetos. Para os moradores é uma oportunidade de tomar conhecimento da luta do COMUPRA e do DEIXEM, e de contribuir com ela, além de proporcionar lazer e aprendizado para eles e para as crianças que sempre os acompanham.

Ademais, os mutirões têm gerado trocas do COMUPRA com outras iniciativas, como a Horta Comunitária Coqueiro Verde no Conjunto Paulo VI e, em especial, a Horta Comunitária Seu Geraldo, no bairro Novo Aarão Reis. A implantação dessa última se inspirou na experiência do próprio COMUPRA e, como ela também está situada numa área destinada ao parque ciliar, as pessoas nela envolvidas (sobretudo as duas moradoras que a gerem) têm sido importantes aliados nas negociações com a URBEL.

Assim, temos um mosaico de práticas de agricultura que se configuram de diferentes formas e que demonstram como relações diversas com a natureza são criadas e cultivadas cotidianamente. No Loteamento, os quintais criam espacialidades próprias, integradas à vida cotidiana e conformadas às singularidades de cada família ou grupo de famílias no mesmo lote. Andando pelos quintais, a percepção positiva que eu tinha desde o princípio se transformou paulatinamente na revelação de uma riqueza imensa. E, mesmo no Conjunto Ribeiro de Abreu, por mais que as práticas de cultivo ainda sejam pontuais e o engajamento, incipiente, a interação com a natureza tem o potencial de impulsionar ações coletivas mais sólidas, revertendo a situação de desmobilização.

Itamar sempre compara o cuidado com as plantas à luta mais ampla do COMUPRA e do DEIXEM. Da mesma maneira que é fazendo que se aprende o melhor jeito de lidar com as plantas e seu tempo, aceitando que algumas vão vingar outras não, a luta do COMUPRA também é um processo de tentativas, erros e acertos. Nas palavras dele, *é como cuidar das plantas, você faz a coisa e caminha*. A relação com a terra e a água parece transformar o imaginário sobre a melhoria do ambiente urbano: em vez da intervenção imediata, estrondosa e de curto prazo que as grandes obras civis provocam, torna-se mais nítida uma noção de melhorias paulatinas, cuidadosamente criadas por muita gente, no cotidiano e ao longo do tempo. Simone lembra a esse respeito um ditado popular cuja associação com a água, aqui, é literal: *infelizmente, o processo é lento, mas é necessário e é aquele ditado 'água mole em pedra dura tanto bate até que fura'*.



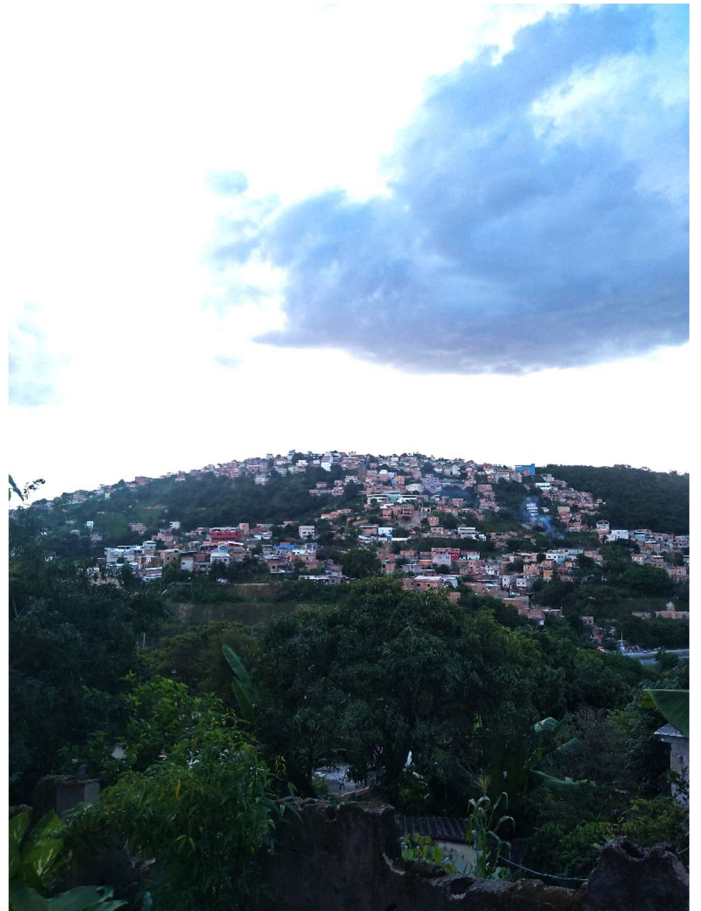
43 Quintal De Maria José

Aqui as plantas coexistem como numa floresta. Na primeira imagem temos bananeiras à esquerda, manjerição no canto inferior, taiobas no canto inferior esquerdo e mangueiras ao fundo. Na segunda, pés de milho plantados pelo marido de Maria José e ao fundo casas do aglomerado Beira-Linha. Na terceira, uma estrutura de madeira construída para abrigar o cultivo de parreira e na lateral uma jabuticabeira.



44 Quintal de Vera

A primeira imagem mostra a entrada da casa de Vera, ao lado o jardim com plantas ornamentais. A segunda, vemos os plantios de taioba, pimentas, couve, alface, protegidos por sombrite. A terceira, a lavanderia de Vera. A última, a vizinhança de Dona Vera.



45 Quintal de Júlia

As fotos foram tiradas durante a caminhada no quintal de Dona Júlia, onde ela mostrava suas plantações. A última foto mostra a ocupação Novo Lajedo.



46 Quintal de Angélica e Itamar

Nas imagem vemos Angélica dando ração para os peixes, Itamar descendo a rampa até o portão da casa, a piscina dos peixes com uma área de descanso e pesca e sobre a piscina um aguapé.



47 Cultivos de Viviane e João

No espaço destinado aos lotes particulares, hoje Viviane e João tem experimentado o plantio de frutíferas e plantas ornamentais.



48 Mutirões de plantio

Nas três primeiras fotos temos mutirões realizados em tempos diferentes Horta Comunitária Ribeiro de Abreu e a última, mostra, o mutirão na sede do COMUPRA.

Que parque queremos?

Nas palavras de Cléria, a relação dos moradores do Ribeiro de Abreu com o rio *passa de não violenta, de harmônica, para depois violenta, para depois um desejo de não violenta de novo*. O convívio com o rio foi amistoso no início da ocupação no Baixo Onça; foi hostil no período de ocupação das suas margens e poluição das suas águas; e agora há uma tentativa de reestabelecer algum equilíbrio, que se alimenta, justamente, das memórias e lendas de quando era usado para pescar, lavar roupas ou nadar. Como diz João Victor, *as histórias daqui que nós ouvimos, principalmente os mais novos, é sempre em relação ao rio como ele era antigamente*. A criação do DEIXEM, lá em 2007, foi um marco nesse sentido. Atividades esportivas e culturais, mutirões e festas, como o aniversário da ponte, reavivaram essa perspectiva de uma reconciliação e culminaram no engajamento de mais pessoas pela sub-bacia do Baixo Onça. Foi daí que emergiu a proposta do Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça.

Das quatro áreas que foram objetos de intervenções até agora, três estão no bairro Ribeiro de Abreu e são geridas pelo COMUPRA, enquanto a quarta, a Horta Comunitária Seu Geraldo, no Novo Aarão Reis, é gerida duas moradoras, professoras Escola Municipal Herbert José de Souza, que também fazem parte do DEIXEM.

Quanto à área da Nascente, o COMUPRA, com apoio do Manuelzão, elaborou o chamado Plano de Ação de Revitalização da Nascente Fundamental do Ribeirão Onça e, depois, articulou uma reunião com diversos representantes da PBH² para apresentá-lo. Os principais objetivos do Plano, para os quais o COMUPRA está buscando recursos públicos, se dividem em duas grandes frentes. Por um lado, trata-se da recuperação e preservação das águas, da flora e da fauna, incluindo ainda a instalação de um mirante e de dispositivos para aumentar a segurança. Por outro lado, trata-se da mobilização dos moradores mediante oficinas e atividades semelhantes. A vontade das lideranças é a de que o lugar de fato se torne um espaço de lazer e congregação, e seja ‘abraçado’ pela população local, principalmente a do Conjunto Ribeiro de Abreu, de cujos moradores têm vindo as maiores resistências a esse tipo de ação.

Já o Areia Branca, onde está em andamento o processo de remoção, tem sofrido com situações de violência e roubos, além dos bota-fora nas áreas em que já foram demolidas moradias. No projeto do Parque Ciliar, esse local, bem em frente à Escola Municipal Humberto Almeida, está destinado a quadras esportivas. Mas, como se trata de um trecho relativamente isolado do restante do Parque,

² Fundação de Parques Municipais e Zootônica - PBH; Coordenadoria de Atendimento Regional Nordeste - CARE/PBH; Gerência de Limpeza Urbana Regional Nordeste - Superintendência de Limpeza Urbana - GELUNE-SLU/PBH; Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura - SMOBI/PBH, por meio da Diretoria de Gestão de Águas Urbanas e Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte - URBEL; e Projeto Manuelzão - UFMG.

a implantação dessas quadras não é uma prioridade. Enquanto isso, as remoções se arrastam, e todas as pessoas ‘cadastradas’ permanecem num estado de incerteza e até de ambiguidade. A já mencionada Clenilda é uma dessas moradoras ‘cadastradas’, e trabalha na referida escola. Ela compreende que o Parque será uma melhoria para a coletividade, mas, para a sua situação pessoal, representa um prejuízo imenso. Ela não tem parentes na região e sua possibilidade de permanecer ali, se for mesmo removida, é quase nula.

Sabe, é um momento para nós, feliz, por essa evolução como funcionária da escola. Mas, como moradora, estou sendo desapropriada por motivos de um bem-estar social, que é a construção do parque. Sinto muito aliviada por saber que aquele momento de angústia de enchentes vai passar. Não vamos ter mais esse momento angustiante. Mas, na hora que a gente vê as raízes que a gente criou aqui... Fico emocionada, porque é difícil. [...] Sei que é difícil encontrar um lugar tipo esse.

Não houve — que eu saiba — nenhuma organização dos moradores do Areia Branca para resistir às remoções ou reivindicar, coletivamente, seu reassentamento no mesmo bairro. E as organizações existentes não demonstram nenhuma solidariedade efetiva com a situação desses moradores. Particularmente os membros do COMUPRA são categóricos em defender as remoções. Embora entendam as dificuldades pessoais dos removidos e não os considerem ‘invasores profissionais’, não lhes têm dado nenhum tipo de apoio.

A situação atual do chamado Espaço Vitrine é mais consolidada. Além da Horta Comunitária, implantada em 2019, já existem, desde 2016, um campinho e um parquinho infantil. Durante os meses do meu trabalho de campo, os membros do COMUPRA construíram, ainda, a chamada *pia coletiva*. A ideia foi de Itamar. Em maio de 2022, ele me disse: *Porque não podemos ter água limpa do lado rio? Essa água poderia estar vindo do próprio Onça*. Ele me pediu um desenho para ajudá-lo na arrecadação de materiais e na mobilização de moradores dispostos a ajudar na construção. De fato, conseguiu que o Depósito da Marcília, em frente ao Espaço Vitrine, doasse a pia e que o setor de assistência social da URBEL, atualmente conveniado com o COMUPRA, disponibilizasse o material para o telhado. Juntando isso com alguns mourões de eucalipto que havia no próprio COMUPRA, a construção foi realizada no início de junho, logo antes do evento público de que também representantes da prefeitura participaram. Assim, a pia coletiva serviu para provocar a PBH, mostrando a ela e aos demais moradores que há um grupo ali que continua forte e engajado em melhorias e que as transformações continuam acontecendo. Outra ideia para o Espaço Vitrine que está sendo negociada é uma pista de skate, não prevista na proposta do parque, mas demandada pelos jovens do bairro ao COMUPRA. A organização e os skatistas estão formulando, juntos, um projeto preliminar para pleitearem, na PBH, a concretagem de cem metros quadrados de piso, sobre o qual então pretendem construir rampas e obstáculos em mutirão.

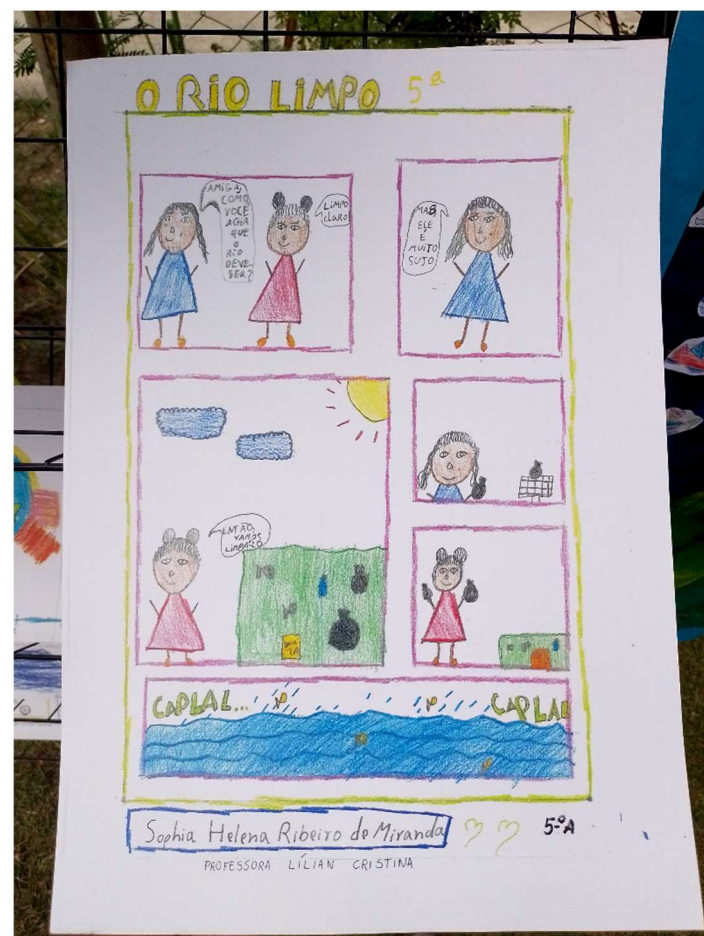
Vê-se que, no caso do Espaço Vitrine, as margens do rio foram de fato reinseridas no cotidiano dos moradores como um lugar de lazer, esporte e encontro. Itamar diz que essa reversão começou com a construção do campinho: *O campinho é resultado de uma experiência que deu certo. Ninguém acreditava nisso e hoje as pessoas colhem frutas naquele espaço.* Também João Victor afirma ter percebido uma mudança na região *a partir de quando começou iniciar essa ideia de projeto, sabe? É uma ideia de pertencimento mesmo, que todo mundo cuida.*

Dessa forma, o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça representa a consolidação das articulações e mobilizações do COMUPRA e do DEIXEM na transformação do Baixo Onça. A proposta é tida pelo COMUPRA não como um algo engessado, e sim como uma orientação para a definição paulatina dos usos. Como a implantação do parque tem acontecido concomitante à remoção das famílias, a cada etapa esses usos são rediscutidos, primeiro na sede do COMUPRA, entre lideranças, colaboradores e voluntários, e depois nas reuniões mensais mais amplas do DEIXEM. Para Itamar, *tem que ir acontecendo e construindo junto, não adianta chegar com a coisa pronta.* Essa fala enfatiza um modo de fazer intrínseco à autogestão de uma terra comum; *chegar com a coisa pronta* apontaria para a perda de autonomia na tomada de decisões sobre o território. João Victor expressa algo semelhante:

Aqui você vê que totalmente está sendo construído pela comunidade. Para mim, é o que mais chama minha atenção. É a comunidade se desdobrando, buscando mecanismos para a constituição do espaço. Se a gente não tem o dinheiro para poder mandar fazer os utensílios, o parquinho por exemplo, vamos tentar uma oficina para eles virem ensinar, para nós mesmos construirmos o espaço. Então, isso é fantástico para mim.

Nesse contexto, planejamento, projeto e construção não estão separados e distantes na percepção do grupo. Itamar frisou esse modo de fazer numa discussão sobre a ocupação do parque, quando alguém sugeriu que fosse feito um ‘planejamento estratégico’. Ele enfatizou que a ocupação dos espaços coletivos do parque deve ser feita pensando de forma conjunta as etapas de planejar e executar, em contraposição aos modos de fazer do poder público, em que essas etapas estão separadas do processo de intervenção. Para ele, as decisões sobre a ocupação devem partir da comunidade do Baixo Onça: *queremos a liberdade da comunidade não seguir padrões. [...] Você vai ficar planejando e planejando pelo resto da vida, e aí você não vê mudança nenhuma.*

Como Itamar diz, o desejo *é tirar o Onça de dentro do Onça!*, isto é, visibilizar a situação em que o Onça se encontra para o restante da cidade e incorporar mais aliados. *O que há de vir? não sabemos e também não queremos definir a priori, você faz a coisa e caminha*, ele diz, num processo contínuo de mudanças e transformações.



49 Espaço Vitrine

Nas fotos da esquerda vemos a Pia Coletiva, na imagem superior direita temos uma das atividades no Espaço Vitrine e por último um desenho feito por meio de uma atividade na escola Humberto Almeida para o 14º DEIXEM.

A black and white halftone photograph of a person in a boat on a river. The person is wearing a light-colored shirt and a dark cap, and is looking towards the camera. The background shows a wide river and a distant shoreline with some buildings. In the top right corner, there is a large white number '5'.

5

**viver
com o rio vivendo**

5 Viver com o rio vivendo

Os espaços cotidianos periféricos foram tratados ao longo desta dissertação a partir de sua potência transformadora na relação entre sociedade e natureza. Esses espaços são constituídos pelos processos de urbanização mais amplos, concretizados e confrontados pelas pessoas em suas trajetórias sócio-espaciais microlocais. Se, por um lado, as periferias são frutos da exploração e dominação capitalista, e marcados pela lógica da propriedade privada, por outro lado, não se definem apenas por isso.

Como vimos, há diferenças nos processos de produção dos tipos espaciais do Ribeiro de Abreu com significativas implicações na auto-organização de cada grupo e na sua relação com o sítio natural. Tudo indica que estruturas urbanas e edificações planejadas e completas, como o Conjunto Ribeiro de Abreu, tendem a reduzir a apropriação dos espaços coletivos e públicos, assim como a interação com os vizinhos. Os conflitos cotidianos não são resolvidos, mas, antes, evitados pelo distanciamento ou não envolvimento. As estruturas impostas restringem a ação dos moradores e, por consequência, os cuidados com espaços que não sejam particulares. Quando toda flexibilidade de ocupação fica restrita à própria unidade habitacional, dificilmente resultam organizações para pautas coletivas que digam respeito a mais do que o estatuto condominial e sua manutenção. Tudo o resto aparece como responsabilidade de alguma instância alheia, seja o síndico ou a prefeitura. Em contraste com isso, o processo de produção e tomada de decisões no Loteamento parece ter dado mais margem à iniciativa dos moradores, tanto nos seus espaços particulares quanto nos coletivos.

No entanto, a distinção proposta pela tipologia não dá conta da diferença entre os dois conjuntos habitacionais analisados. Por que o Conjunto Casas Populares não sofre da mesma inércia política que o Conjunto Ribeiro de Abreu? Entendo que a pesquisa dos processos sócio-espaciais no bairro Ribeiro de Abreu mostrou que há outro aspecto decisivo para o engajamento coletivo e, consequentemente, para a vida e os espaços cotidianos de seus moradores, a saber: a relação com o sítio natural, com a natureza urbana. Tão importante quanto a autonomia ou heteronomia na estrutura de planejamento é a relação que se estabelece com o sítio natural, que dá sentidos de pertencimento das pessoas a um grupo, uma vizinhança, um bairro ou a pautas mais amplas.

O grau de urbanização no momento da ocupação deixou precariedades a serem resolvidas. E essas insuficiências no espaço cotidiano podem ser entendidas como fissuras abertas do processo de produção. Não que essas fissuras tenham sido deixadas por uma intenção do capital imobiliário e do

Estado de delegar às pessoas decisões sobre seus espaços; foram deixadas apenas para baratear o custo de produção. Porém, dada a ausência de infraestrutura no bairro Ribeiro de Abreu, ao longo do tempo, alguns grupos se auto-organizaram em processos autogestionários. Isso não legitima a omissão do Estado nem os abusos do capital, mas é fato que os moradores foram aprendendo a lidar com as urgências e dificuldades do cotidiano que refletiram fisicamente e simbolicamente no espaço. O espaço foi deixando de ser algo abstrato, tornando-se, pouco a pouco, um lugar de significados e afetos. Quando os moradores conseguiram estabelecer relações positivas com a vizinhança, humana ou não humana, se deram redes de solidariedade para a melhoria da vida cotidiana. Assim, a dimensão temporal não pode ser deixada de lado na experiência desses grupos, levando redes de solidariedade na escala microlocal à auto-organização em pautas coletivas com potencial de transformar o espaço e as relações com o sítio natural. Nesse sentido, as ações coletivas, quando aconteceram, foram motivadas para enfrentar as urgências do cotidiano e fortalecidas pela relação de afinidade com o sítio natural. Ao mesmo tempo, as melhorias conquistadas podem estar fadadas a se desfazer com o tempo.

As lógicas urbano-industriais, que se colocam como padrão de desenvolvimento a serem seguidas, adentram a vida cotidiana levando a conflitos, oposições e dissensos frente a outras formas de habitar o espaço urbano. Nas margens das cidades essas lógicas se apresentam com diversas intensidades. Há disputas pela terra e pela natureza. Ao mesmo tempo que essas lógicas se estendem virtualmente por todo espaço, também se estende a virtualidade do urbano lefebvriano em que a politização do espaço social intensifica os embates entre lógicas distintas. No oposto da cidade como *locus* dos processos espoliativos da urbanização, a partir das margens e das bordas surgem (cosmo)visões, práticas cotidianas em volta das águas e da terra, que indicam outra compreensão da cidade e do urbano. Essas práticas dizem respeito ao aprendizado que se dá no cotidiano e nas brechas das lógicas urbano-industriais.

No Ribeiro de Abreu, foram criadas outras interações entre gente e rio, humanos e animais, cidade e natureza. As práticas de interação com os cursos d'água e nascentes e as práticas de cultivo desembocaram em articulações de moradores constituindo grupos engajados nas melhorias do espaço cotidiano, que inclui o direito à cidade, à natureza e à alimentação. Hoje, o COMUPRA é um desses grupos que provoca outros imaginários sobre habitar a cidade.

A memória coletiva de um rio ainda limpo é sempre retomada para que outras pessoas e moradores do Baixo Onça vislumbrem outra forma de interação com as águas e mesmo com as margens do rio, hoje pouco frequentadas e apropriadas para outros usos como lazer e recreação (algo que aconteceu nas décadas passadas). As práticas coletivas de agricultura se somam à luta socioambiental como ferramenta de engajamento e possibilita outra forma de experiência com as plantas e os animais,

com o espaço e a terra. Assim, o discurso e as ações do COMUPRA objetivam transformar os imaginários sobre o Onça, que não deve ser visto apenas como um esgoto, buscando num passado recente reconfigurar o futuro. Não que se busque uma retomada do passado, mas que as ações atualmente mostram possibilidades concretas de um futuro diferente.

Tudo isso se encontra num lugar ambíguo: o Parque Ciliar Comunitário do Ribeirão Onça. Ele serve de alibi para a transformação das margens do Onça, na mobilização e criação de um outro imaginário sobre o rio. Ao mesmo tempo, as lideranças do COMUPRA reforçam as remoções para a sua implantação, sem dar apoio às famílias removidas ou discussão sobre o futuro delas. Para as lideranças do COMUPRA, o maior entrave é a mobilização de mais aliados na luta socioambiental motivada pela despoluição do Onça e pela implantação comunitária parque. Como Simone e Roneide disseram é um trabalho de formiguinha que hoje, por mais que seja permeado de diversas ambiguidades e dificuldades, tem sensibilizado aos poucos os moradores nas margens do Onça.

Entendo que as lideranças do COMUPRA tiveram em algum momento de suas trajetórias uma interação íntima com as águas e/ou com a terra e que essas experiências foram cruciais para hoje lutarem por uma reconciliação com a natureza. Contudo, para os demais moradores que não experimentaram esse tipo de relação uma mudança na qualidade das águas parece impossível, ou pelo menos distante. Nesse sentido, as hortas comunitárias, os quintais produtivos, os eventos do DEIXEM e o parque ciliar podem tecer tramas comunitárias com intuito de reestabelecer a interação entre sociedade e natureza, humano e não humano.

Nesta dissertação foi analisada a produção de dois conjuntos de interesse social que mostraram diferenças significativas na auto-organização e no engajamento dos moradores, e de um loteamento popular onde surgiram mobilizações coletivas que se transformaram e continuam promovendo dissensos na região. Além do estudo de espaços cotidianos periféricos distintos que possibilita maior compreensão das particularidades das margens e das bordas da cidade, caberia também, comparar e confrontar as peculiaridades de espaços de mesmo tipo delineando as suas diferenças e seus graus de autonomia após a ocupação. Surgiram mobilizações coletivas? Elas desembocaram num pertencimento dos grupos ao espaço da moradia e outras formas de interação com o sítio natural?

Por fim, compreender as contradições da urbanização periférica tendo como perspectiva a dialética de cidade-natureza possibilita expandir o conhecimento sobre os processos socioecológicos inerentes ao espaço urbano. A reflexão das experiências coletivas com a natureza, e historicamente em movimento, podem apontar a potência da esfera do cotidiano nessa dialética caminhando para a construção do *urbano-natural*. As relações afetuosas com o sítio natural podem ser um elemento que subverte a apatia, a desmobilização e a perda de autonomia dos grupos caminhando em direção de

outras possibilidades de interação entre sociedade e natureza e de ações mais amplas em pautas conjuntas.

Referências

- ACSELRAD, Henri. **Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas**. In: Justiça ambiental e cidadania. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALVARENGA, Sofia Marta Salomão. **Cidade ilegal e regularização fundiária: um estudo sobre o parcelamento do solo em Belo Horizonte**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, **Histórias de bairros de Belo Horizonte: nordeste**, 2008.
- BONDUKI, Nabil. **Os pioneiros da habitação social: cem anos de política pública no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp: edições Sesc, 2014.
- BONDUKI, Nabil. **A habitação por conta do trabalhador** [1998]. In: Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.
- BEDÊ, Mônica Maria Cadaval. **Trajetória da formulação e implementação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular (1993-1996)**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- BORSAGLI; Alessandro, **Arraial de Bello Horizonte**, versão on-line, 2019.
- BOURDIEU, Pierre. **Efeitos de lugar**. In: A miséria do mundo. Petrópolis: Vozes, [1993] 2008.
- CHAMPS, José Roberto. **Drenurbs: a reabilitação das águas em Belo Horizonte**. Revista Pensar BH Política Urbana e Ambiental, set. 2003, pp. 4-11.
- COSTA, Heloísa Soares de Moura. **Habitação e produção do espaço em Belo Horizonte**. In: Belo Horizonte: espaços e tempos em construção. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 1994.
- _____. **Natureza e cidade na periferia: ampliando o direito à cidade**. In: Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.
- DE LA CADENA; Marisol, **Natureza incomum: histórias do antrope-cego**, Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, pp. 95-117, 2018.
- FERRO, Sérgio. **A produção da casa no Brasil** [1969]. In: Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006.
- _____. **O canteiro e o desenho** [1976]. In: Arquitetura e trabalho livre. São Paulo: Cosac Naify, 2006, pp. 105-200.
- GARDINER, Michael. **Critiques of Everyday Life**. London, New York: Routledge, 2002.
- GOVERNO DO ESTADO, SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **PRODECOM - Programa de Desenvolvimento de Comunidades: três anos de atividades**. Belo Horizonte, 1982.

KAPP, Silke. **Direito ao espaço cotidiano**. In: Moradia e outras margens, v. 1, Belo Horizonte: MOM, [2012] 2021.

_____. **Entrevistas na pesquisa sócio-espacial**. In: Moradia e outras margens, v. 2, Belo Horizonte: MOM, [2020] 2021.

KAPP, Silke. **Pontos de partida**. In: Moradia e outras margens, v. 1, Belo Horizonte: MOM, [2012] 2021.

_____. **Por que teoria crítica da arquitetura? Uma explicação e uma aporia**. In: Maria Lúcia Malard (ed.). Cinco Textos Sobre Arquitetura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

KAPP, Silke; NOGUEIRA, Priscila; BALTAZAR, Ana Paula. **Arquiteto sempre tem conceito: esse é o problema**. In: Moradia e outras margens. Belo Horizonte: MOM, [2009] 2021.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, [1970] 2002.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, [1968] 2011.

MONTE-MÓR, Roberto Luís Melo. **Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo**. In: Sarah Feldman; Ana Fernandes (orgs.). O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios Salvador: EDUFBA, 2007, p. 91–113.

_____. **Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental**. In: Ester Limonad (org.). ETC - Espaço, Tempo e Crítica. Rio de Janeiro: Letra Capital, [1994] 2019.

_____. **Urbanização, sustentabilidade, desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção do espaço urbano**. In: Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: Editora C/Arte, 2015.

NASCIMENTO, Denise Morado; LIBÂNIO, Clarice. **Ocupações urbanas na Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2016.

PERLMAN, Janice. **O mito da marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PINHEIRO, Cristiane Borda. **Políticas públicas de manejo de águas pluviais em Belo Horizonte: novos caminhos em meio a velhas práticas**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais, 2019.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Diagnóstico Propositivo do Parque do Onça**. Belo Horizonte, 2014.

RANCIÈRE, Jacques. **O dissenso**. In: Adauto Novaes (org.). A crise da razão. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996, p. 367–382.

SANTOS, Milton. **Por uma economia política da cidade**. In: Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

SOUZA, **Marcelo Lopes de**. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, [2001] 2010.

Swyngedouw, Erik. **A cidade como um híbrido: natureza, sociedade e “urbanização-cyborg”**. In: Henri Acselrad (org.). *A duração das cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

UFMG; PUCMINAS; UEMG; SEDRU-MG. **Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Estudos setoriais integrados, v. I, 2010, pp. 174–271.

WACQUANT, Loïc. **Os condenados da cidade: estudo sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro: Editora Revan; FASE, 2001.

